

CENTRO SUPERIOR DE ESTUDIOS DE LA DEFENSA NACIONAL



**MONOGRAFÍAS
del
CESEDEN**

12

XIII JORNADAS CESEDEN-IDN DE PORTUGAL

**LA SEGURIDAD
DE LA EUROPA CENTRAL
Y LA ALIANZA ATLÁNTICA**

**ABSTRACT
IN ENGLISH**

MINISTERIO DE DEFENSA



CENTRO SUPERIOR DE ESTUDIOS DE LA DEFENSA NACIONAL



**MONOGRAFÍAS
del
CESEDEN**

12

XIII JORNADAS CESEDEN-IDN DE PORTUGAL

**LA SEGURIDAD
DE LA EUROPA CENTRAL
Y LA ALIANZA ATLÁNTICA**

Junio, 1994



CATALOGACION DEL CENTRO DE DOCUMENTACION DEL MINISTERIO DE DEFENSA

JORNADAS CESEDEN-IDN DE PORTUGAL (13^a. 1994.
Madrid)

La seguridad de la Europa Central y la Alianza Atlántica /
XIII Jornadas CESEDEN-IDN de Portugal. — [Madrid] :
Ministerio de Defensa, Secretaría General Técnica, 1994.
— 170 p. ; 24 cm. (Monografías del CESEDEN ; 12)

Resumen en inglés. — Índice

NIPO 076-95-176-4. — D.L. M. 29827-95

ISBN 84-7823-404-7

I. Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional
(Madrid) II. España. Ministerio de Defensa. Secretaría
General Técnica, ed. IV. Título V. Serie

CENTRO DE DOCUMENTACION
MINISTERIO DE DEFENSA
REGISTRO 9055
NATURA
M.º N.º



EDITA: MINISTERIO DE DEFENSA
Secretaría General Técnica

NIPO: 076-95-176-4

ISBN: 84-7823-404-7

Depósito Legal: M-29827-95

IMPRIME: Imprenta Ministerio de Defensa

SUMARIO

	<i>Página</i>
PRESENTACIÓN.....	7
<i>Primera conferencia (Portugal)</i>	
EL CASO DE LA REPÚBLICA DE HUNGRÍA.....	11
<i>Segunda conferencia (España)</i>	
EL CASO DE LA REPÚBLICA DE HUNGRÍA.....	49
<i>Tercera conferencia (Portugal)</i>	
EL CASO DE LAS REPÚBLICAS CHECA Y ESLOVAQUIA	71
<i>Cuarta conferencia (España)</i>	
EL CASO DE LAS REPÚBLICAS CHECA Y ESLOVAQUIA.....	95
<i>Quinta conferencia (Portugal)</i>	
EL CASO DE LA REPÚBLICA DE POLONIA	115
<i>Sexta conferencia (España)</i>	
POLONIA Y LA NUEVA EUROPA	135
PARTICIPANTES.....	163
ABSTRACT.....	165
ÍNDICE.....	167

PRESENTACIÓN

PRESENTACIÓN

Durante los días 22 al 26 de junio de 1994, se desarrollaron en Madrid, las XIII Jornadas CESEDEN-IDN de Portugal.

El tema de estudio y análisis La seguridad de la Europa Central y la Alianza Atlántica consistió en la exposición de seis conferencias (tres portuguesas y tres españolas), sobre los temas siguientes:

- El caso de la República de Hungría.*
- El caso de las Repúblicas Checa y Eslovaquia.*
- El caso de la República de Polonia.*

Los cuatro países están tratando de acercarse a Europa Occidental y muestran una voluntad política de pertenecer al proyecto europeo de seguridad y colocarse bajo su amparo.

Todos ellos han firmado con la OTAN el Tratado de «Asociación para la Paz» y han suscrito con la Unión Europea, acuerdos económicos de asociación; pero para que esto se pueda llevar a cabo deben salvar previamente obstáculos, fundamentalmente económicos y políticos que desemboquen favorablemente en una evolución democrática de cada país y de sus esfuerzos de integración.

EL CASO DE LA REPÚBLICA DE HUNGRÍA

Primera conferencia (Portugal)

NUNO ANTONIO BRAVO MIRA VAZ
Coronel de Cavalaria Tirocinado.

A problemática da Europa Central e a percepção das Ameaças

A convicção de que a segurança na Europa Central interessa à Europa no seu todo é hoje uma realidade indiscutível para qualquer estrategista. Infelizmente, não existe a mesma certeza quanto aos caminhos que levam à segurança colectiva, os quais, de tão diversos, não facilitam o consenso dos interessados.

A primeira pergunta crucial a fazer é a seguinte: Contra quem precisa a Europa Central de se defender? Ian Zielonka, ao aventurar-se na procura duma resposta, começa por recordar que naquela região —e ao contrário do que se verificou na guerra do Golfo—, não é fácil encontrar um claro agressor e uma vítima indefesa; e essa circunstância, como muito bem acentua, pode por si só levantar graves problemas em caso de intervenção externa. Quanto a ele, os países ocidentais provavelmente seriam incapazes de apontar de forma consensual um *casus belli* na Europa Central, a menos que a Federação da Rússia reassumisse práticas políticas hegemónicas, reavivando por essa via o sentido de perigo comum e reforçando a solidariedade entre os antigos adversários.

E é com grande lucidez que apela ao Ocidente para concretizar as promessas que vem fazendo: «(...) a Europa Central não precisa de falsas promessas de envolvimento ocidental, mas sim de apoio concreto à estabilização da situação do pós-comunismo. Garantias vagas não dissuadirão possíveis agressores, podendo pelo contrário encorajar comportamentos irresponsáveis por parte de certos estados. Por outro lado, com o fim da bipolaridade na Europa, o conceito de segurança defensiva perdeu o seu significado original, uma vez que já não existe um perigo comum reclamando uma estrutura militar específica ao serviço dum objectivo específico, e isso faz com que a actual estrutura defensiva (do ocidente) sinta sérias dificuldades para incluir novos membros e assumir novas respon-

sabilidades. (...) Por ora, a Europa Central tem que se conformar com o facto de não dispor de garantias automáticas de defesa, até porque isso não torna os países da região inseguros em termos absolutos (...). (22;59).

O autor não afirma que a Europa Central é «mais Europa» do que outras partes do Leste europeu, e ele próprio considera que o conceito histórico de Mitteleuropa é vago, para não dizer artificial. No entanto, defende que os países de Visegrado (1) merecem atenção separada: antes de mais porque foram os primeiros da região a empenhar-se em reformas conducentes à economia de mercado e às liberdades democráticas; depois, porque a proximidade ao Ocidente os tem tornado mais interdependentes; e por fim, porque o próprio facto de terem formado uma associação destinada a coordenar políticas face à Europa Ocidental enfatiza a vantagem de um tratamento separado.

A situação, disse a primeira ministra polaca Hanna Suchocka em Viena em fevereiro de 1993, «(...) obriga todos os europeus a repensar a «Ordem Europeia» para poderem perceber como é que uma certa visão de liberdade, de democracia e de prosperidade, que já uniu a Europa Ocidental, pode ser realizada numa escala continental (...)». (14;326).

A desintegração da União Soviética foi de início generalizadamente saudada, mas à medida que os desenvolvimentos ali assumiram proporções caóticas, as preocupações aumentaram. Os países da Europa Central pensavam que, derrubada a «cortina de ferro», o caminho para a democracia e o progresso económico estariam livres; porém, quarenta anos de domínio comunista tinham produzido um autêntico vazio ideológico fora dos círculos dominantes, que muito tem dificultado a concretização das aspirações democráticas.

Este sentimento encontra expressão plena na forma como «(...) os países da Europa Central sentem que as maiores ameaças à sua segurança emanam dos desenvolvimentos internos, são fruto da dolorosa transição do totalitarismo para a democracia e da economia de planeamento central para a economia de mercado (...)». (22;34) Ameaças ampliadas, pode dizer-se, pelo facto de as dificuldades económicas e políticas, tendo como é sabido implicações de segurança, requererem sobretudo soluções políticas e económicas, que não somente de segurança.

(1) Polónia, Repúblicas Checa e Eslovaca e Hungria.

Neste ambiente de incerteza, a ameaça mais receada é a de que uma eventual guerra civil num dos Estados da região possa provocar uma intervenção estrangeira. Esse é o motivo pelo qual a instabilidade nos países limítrofes —seja por causa dos conflitos de natureza étnica que tão frequentemente tomam a forma de luta armada, seja por causa dos fluxos migratórios tão difíceis de controlar— constitui uma permanente preocupação para os estados da Europa Central.

Para Jan Zielonka, a eventual falha das reformas económicas e políticas em curso, produzindo caos económico e anarquia política, conduziria sem dúvida a uma intervenção estrangeira ou a uma solução interna de cariz ultra-nacionalista e autoritário. E Thomas Szayn alerta para a «(...) proliferação de partidos políticos ultra-nacionalistas que fazem apelos xenófobos e demagógicos. Semelhantes movimentos tornaram-se verdadeiros actores da cena política nas antigos países socialistas da Europa Central durante os dois últimos anos, e podem pôr em perigo a consolidação e a estabilidade da democracia na região (...)». (17;527).

Outra ameaça real, jamais mencionada em voz alta, é a relativa às aspirações hegemónicas das potências regionais. Muita gente receia que as chefias militares russas, inconformadas com a «perda» da Europa de Leste, em conjunto com um governo autoritário nascido da insatisfação popular com a actual situação socio-económica, poderiam ser tentadas a utilizar de novo, com todas as implicações desestabilizadoras de tal medida, a Europa Central como «tampão» contra o Ocidente.

As relações bilaterais dos países da Europa Central com a Federação da Rússia são extensas e objecto de abundante legislação, podendo destacar-se, de entre a mais recente, o Tratado de Boa Vizinhança, Relações Amistosas e Cooperação, que em outubro de 1991 foi assinado entre Polónia, Hungria, Checoslováquia e Federação da Rússia. O Tratado «(...) não obriga as partes a integrar instrumentos colectivos de segurança. As cláusulas negociadas asseguram às partes apenas garantias negativas, pelas quais se comprometem a não cometer agressão contra as outras e a não autorizar o uso do seu território como base para agressão por terceiros (...)». (22;38). Porém, após o golpe fracassado do verão de 1991 e o consequente aumento da instabilidade interna na Rússia, o estatuto real dos acordos celebrados está longe de ser pacífico, podendo detectar-se pelo menos três problemas de difícil solução.

O primeiro surgiu logo após o desmantelamento do Pacto de Varsóvia; a URSS começou por pretender reestruturar esta aliança militar, acabando no

entanto por sancionar a sua dissolução, mas apenas na primavera de 1991.

O segundo tem a ver com a retirada das forças militares russas estacionadas nos países do ex-Pacto de Varsóvia. Dificuldades internas têm levado a Federação Russa a protelar quanto pode essa retirada; mas mesmo em relação aos países de onde elas já retiraram totalmente, como a Hungria ou a Checoslováquia, permanece um complicado contencioso, da natureza predominantemente financeira, a respeito de eventuais reparações e outros ligados directamente à retirada.

O terceiro consiste na oposição que a Federação da Rússia tem manifestado contra a integração dos países da Europa Central em alianças militares que escapem à sua área de influência.

O diplomata húngaro Istvan Gyarmati não hesita em lembrar que «(...) A União Soviética sempre tratou a Europa Central como zona pertencente à sua esfera de influência e não há qualquer razão para acreditar que a Rússia nos tratará de maneira diferente». (22;35). E o ministro polaco dos negócios estrangeiros Krzystof Skubiszewski alerta para os perigos de a Europa Central se tomar numa zona neutral de segurança ou numa zona tampão: «uma área transformada numa tal zona, tornar-se-á em objecto de competição entre estados mais fortes». (22;36).

Igualmente apercebida como fonte de instabilidade é a possibilidade de a Alemanha vir a utilizar a sua enorme preponderância económica na região para tentar impor mudanças territoriais, em especial se se confirmarem os receios de alguns observadores de que no futuro próximo afrouxarão os laços entre a Alemanha e a NATO ou, no mínimo, de que a Alemanha tentará obter um estatuto especial no interior da NATO como «Estado Fronteira». Esse observadores chamam a atenção para o que consideram ser a ambiguidade das declarações oficiais sobre o futuro da política externa alemã e mostram-se reservados quanto à natureza do vector militar numa Alemanha reunificada. E, last but not least, receiam sobretudo uma reproximação entre a Federação da Rússia e a Alemanha.

O estatuto nuclear da Ucrânia é também fonte de preocupações. Embora ainda não tenham sido apresentadas, quer por parte dos responsáveis políticos quer por parte da opinião publica, reivindicações relacionadas com alterações de fronteiras, ninguém pode estar certo de que assim será no futuro, conhecendo-se a situação de crescente instabilidade que se vive no país.

Finalmente, muitos pensadores centro-europeus receiam que a segurança da região possa ser afectada por conflitos de natureza interna. Um deles é o ministro húngaro dos negócios estrangeiros Geza Jeszensky, que afirmou em maio de 1991, na Universidade Jonh Hopkins: «(...) Novas ameaças à segurança nacional e regional perfilam-se no horizonte. Questões como as migrações maciças, os acidentes ecológicos, a derrocada das infraestruturas económicas, a crise dos sistemas de saúde e de previdência social devem ser convenientemente ponderadas, antes que destruam as frágeis arquitecturas das novas democracias na Europa (...)». (22;36).

Na sua essência, não são ameaças muito diferentes das que se apercebem a ocidente. São, contudo, mais críticas, no sentido de que a proximidade da ex-União Soviética e do seu enorme potencial de conflitualidade agudiza essa sensação. Para já não mencionar o risco acrescido que resulta do controlo deficiente sobre um enorme arsenal nuclear. Numa consulta à opinião pública polaca em março de 1991, 62% dos inquiridos expressaram a opinião de que após a desintegração da União Soviética o recurso às armas nucleares era mais provável do que anteriormente.

Um dos problemas mais importantes enfrentados pelos países do centro europeu é porventura o de ainda não terem encontrado a sua forma definitiva. Um pouco por todo o lado, há problemas com minorias étnicas; e no cerne da questão encontra-se o conceito de nação «cultural», isto é, de nação descomprometida com a historia e com a geografia, e constituída na realidade pela comunidade de falantes da língua mãe, independentemente das fronteiras políticas. O caso da Hungria é elucidativo: tendo perdido cerca de dois terços do seu território como consequência da aplicação do Tratado de Trianon (1920) (2) o país, com uma população de quase 11 milhões, vive obcecado com a lembrança dos três milhões de húngaros radicados no estrangeiro e que constituem a preocupação central do Secretariado para os Húngaros Expatriados.

(2) Este Tratado deixou a Hungria com um terço do território histórico, dois quintos de população anterior à guerra e dois terços do povo magiar. Entre 1938 e 1945, alguns destes territórios foram-lhe devolvidos, a deste forma muitos elementos de etnia húngara foram reincorporados no Estado húngaro; mas em virtudes de a Hungria ter terminado a Segunda Grande Guerra como o «último satélite de Hitler», todos estes ganhos lhe foram retirados e as fronteiras de Trianon repostas, com excepção da chamada «cabeça de ponte de Bratislava», constituída por três únicas pvoações na margem sul do Danúbio, que acabaram por ser entregues à Checoslováquia em 1947. No plano económico as perdas foram igualmente severas: 83% do ferro, 58% das linhas férreas, por exemplo.

Outro problema fulcral resulta do facto de, após a dissolução do Pacto de Varsóvia, os países que o constituíam terem sido remetidos para um limbo em matéria de segurança. Esse vazio ainda não foi preenchido, e o futuro continua confrontado com uma série de negativas: a admissão à NATO não parece próxima (3), a integração na União Europeia (UE) está protegida, a adopção duma política de neutralidade comprometida e registam-se desenvolvimentos negativos no campo da segurança. A redução de efectivos e a reorganização das Forças Armadas acordadas pelo Tratado CFE faz-se num contexto muito difícil: orçamentos magros, equipamentos envelhecidos e a relutância russa em fornecer sobressalentes; e enquanto isso, a NATO não se mostra muito empenhada em cooperar no campo da produção de armamentos.

A cooperação comercial entre os países da região também não tem sido tarefa fácil, pois as trocas fizeram-se durante décadas de anos através das estruturas do COMECON, dominadas pela URSS, e o desaparecimento dessas estruturas, apenas parcialmente substituídas, tem dificultado enormemente a reorientação do comércio externo. A consciência das dificuldades levou-os a organizarem-se no «Grupo de Visegrado» (4), o qual mantém reuniões numa base informal desde abril de 1990, ano em que foi convidado para a Cimeira de Londres da NATO, durante a qual foram institucionalizados os encontros regulares dos ministros dos Negócios Estrangeiros e estabelecidos os princípios para diferentes formas de cooperação.

As relações no interior do «Grupo de Visegrado» nem sempre têm sido fáceis, se bem que tenham melhorado substancialmente depois do verão de 1991. As hostilidades ocasionais, bem como a aparente descoordenação entre os membros são devidas a vários factores. Primeiro, os velhos estereótipos nacionais e os preconceitos históricos que não desapareceram com o ocaso do comunismo (5). Depois, as disputas em torno dos interesses económicos, étnicos e mesmo ambientais, como o contrabando

(3) A criação, em dezembro de 1991, do NACC (North Atlantic Co-operation Council), que abrange os países da NATO e 21 países do leste e centro da Europa, pouco modificou a situação de facto.

(4) O acordo prevê igualmente medidas de coordenação no campo militar, embora declare solenemente não ser objectivo dos países signatários a criação duma nova organização de segurança.

(5) Para o professor polaco Wlodzimierz Aniol, a filosofia dominante na região, durante séculos, foi a de dividir para reinar, não se devendo estranhar que as classes mais educadas se inspirem no Ocidente, desprezando ostensivamente os vizinhos, frequentemente a estereótipos como: os polacos são clericalistas ou os checos são prussianos eslavos.

e a legislação relativa às fronteiras, a controvérsia a respeito do empreendimento Gabčíkovo no Danúbio ou as questões das minorias étnicas. E por fim, a competição entre eles para serem os primeiros a juntar-se ao Ocidente, se possível usufruindo de tratamento preferencial.

Contudo, como se disse atrás, os acontecimentos do verão de 1991 em Moscovo fizeram estes países partilhar o receio de que os desenvolvimentos conduzissem ao caos. Mas foi curiosamente o fracasso do golpe a tornar evidente que a neutralização da ameaça russa e a sequente aproximação ao Ocidente da ex-URSS retirava importância estratégica à Europa Central e diminuía o seu poder negocial, transferindo-o para a Ucrânia e os países Bálticos. Desta forma, os três (actualmente quatro), reunidos em Cracóvia em outubro desse ano, decidiram coordenar esforços para integrar as estruturas da UE e da EFTA. E um ano depois puseram de pé o CECC (Central European Co-operation Committee), responsável pela decisão de avançar com uma zona de comércio livre (não concretizada por oposição da Hungria) entre eles.

Até hoje, não se registaram nos países de Visegrado —se exceptuarmos o program anticiganos na cidade polaca de Mława ou a recente violação de sepulturas judias em Varsóvia—, problemas sérios envolvendo judeus, ciganos e emigrantes do Terceiro Mundo. Mas a deterioração da situação económica e as incertezas políticas, podem transformar o anti-semitismo e uma certa patologia racista, ambos adormecidos, numa fonte de conflitos com implicações sérias na segurança da região. Sabendo-se que aos países do centro da Europa se acolhe um número crescente de refugiados vindos dos países mais pobres da região, e também que esse espaço funciona como zona de transição para a rica Europa Ocidental, estes fluxos podem contribuir enormemente para paralisar a vida económica, desestabilizar a actividade política e potenciar a eclosão de conflitos transfronteiriços, devendo destacar-se a situação na periferia da ex-URSS, onde é elevado o risco de eclosão de guerra civil.

De resto, os países da Europa Central estão a tomar medidas a respeito do problema dos refugiados: legais (visto de entrada, duração da estadia e medidas restritivas do direito de asilo); de reforço do controlo nas fronteiras; e através de acções diplomáticas nos países de origem dos refugiados.

Em resumo, pode dizer-se que o Ocidente tem pelo menos três boas razões, todas relacionadas com a segurança, para se envolver nas questões da Europa Central: primeiro, a instabilidade que eventualmente

se apoderasse da região não poderia aí ser integralmente contida e isolada, e acabaria por afectar os interesses económicos ocidentais, por estimular a emigração e por exigir um enorme esforço na área diplomática; segundo, há alguns países ocidentais mais expostos do que outros aos problemas da Europa Central, e essa circunstância, se não for controlada através duma acção coordenada entre todos, pode levar os primeiros a desenvolver acções unilaterais desvantajosas para o conjunto; terceiro, torna-se imperioso para os objectivos de segurança prosseguidos pelo Ocidente que os valores democráticos sejam aprovados pela prática nos países da antiga Europa de Leste que mais cedo adoptaram regimes democráticos. Se o caos e a brutalidade ali prevalessem, pouco espaço restaria para a estabilidade no resto do mundo pós-comunista. (22;54 e 55).

A especificidade húngara

A situação política em fase de transição

A fuga à influência soviética processou-se de maneira diferente para cada um dos países do antigo «império». Na Hungria, as reformas, ainda que tímidas, iniciaram-se alguns anos antes do cair do muro e a oposição política ao regime pôde organizar-se durante a tutela comunista e com a sua cumplicidade; deste modo, a mudança fez-se através de compromissos sucessivos e pacíficos entre as elites do antigo regime e a referida oposição, (18;171) segundo um processo que Janos Kornai designa por «destruição creativa». (1;77).

A ausência de um Estado-Partido dotado de poderes totalitários e a existência de uma oposição tolerada permitiram à Hungria curiosamente sem movimento social unificador e sem líderes carismáticos- pôr de pé nesse período o sistema de partidos mais desenvolvido de entre os países da Europa Central. «(...) A partir do Outono de 1989 institucionalizou-se, sob a forma de mesa redonda, o diálogo entre o governo e o partido (Partido Socialista Operário Húngaro-PSOH) dum lado, e os diversos movimentos de oposição actuando de forma concertada (...)». (18;172).

As eleições de março-abril de 1990 deram origem à formação de duas grandes formações políticas: o Forum Democrático (MDF) com 42,9% dos votos, agrupando os Democratas Cristãos, os Populistas e os Liberais; e a oposição, constituída pela Aliança dos Democratas Livres e do FIDESZ, com 29,3% dos votos, tendo o Partido Comunista, autoproclamado Partido Socialista em outubro de 1989, recolhido cerca de 11% dos votos.

A despeito das evidentes clivagens internas, o MDF manteve uma aparência de unidade até junho de 1993, altura em que o líder ultranacionalista duma das facções do Partido Populista, Istvan Csurka, tendo sido expulso da coligação, fundou o Partido da Justiça. (17;535) Declarando que os acordos de lalta vão expirar em 1995, Csurka passou a sugerir que se devia aproveitar a oportunidade para reparar as «injustiças» consignadas no Tratado de Trianon de 1920 e para reunir todos os húngaros, incluindo os que vivem no estrangeiro, numa mesma nação. Particularmente grave é a simpatia que esta facção parece ter ganho nalguns sectores das Forças Armadas, em resultado da acção desenvolvida pelos activistas do MDF, colocados em altos postos do ministério da defesa pelo antigo ministro Lajos Fur, membro fundador do MDF. Esta interferência partidária no interior da Instituição militar já provocou aliás sérios protestos por parte da União para a Protecção dos Interesses dos Soldados, organização para-sindical das Forças Armadas. (17;537).

Na verdade, Fur aboliu a organização que havia sucedido à Administração Político-Militar —instituição do partido comunista encarregada da educação ideológica dos militares— e, em seu lugar, instituiu um programa de *educação patriótica*. Sabendo-se o que Fur pensa das actuais fronteiras do estado húngaro —já declarou que uma das missões das Forças Armadas é a defesa de todos os húngaros, quer vivam dentro quer vivam fora dessas fronteiras—, este programa de educação cívica destinado aos conscritos levanta fundados receios de irredentismo político. (17;537 e 538).

As recentes eleições vieram porém desmentir os augúrios de que um movimento político ultranacionalista, com laivos de fascista, se estivesse a consolidar na Hungria. A escolha feita pelo eleitorado, ao repor no poder com maioria parlamentar os antigos comunistas, não deve contudo ser entendida como um passo atrás no sentido das reformas, diz a maioria dos observadores. *De facto*, as consultas de opinião revelam que os novos apoiantes do Partido Socialista são maioritariamente gestores e licenciados, que se desgostaram das opções culturais do Forum Democrático, mas continuam adeptos das reformas económicas.

O vector económico

De acordo com Charles Gati, a Hungria é provavelmente o país da Europa Central com melhores resultados na transição para uma economia de mercado, em boa parte porque as reformas, iniciadas em 1968, tornaram o aparelho público administrativo mais apto a responder ao ritmo da tran-

sição. Como é de regra na região, os efeitos produzidos apresentam sinais contraditórios, atribuíveis à introdução dos mecanismos do mercado no vazio deixado pela supressão do plano:

- O fim do controlo sobre os preços agrícolas trouxe mais produtos para as cidades, mas concorreu significativamente para o aumento da inflação.
- A expansão do sector privado aumentou a oferta de bens e serviços, mas os altos rendimentos dos novos empresários colocou os pobres contra os ricos e exacerbou as tensões sociais.
- O fecho de empresas sem rentabilidade aumentou a poupança colectiva e a eficiência, mas as bancarrotas colocaram muita gente no desemprego.
- A descentralização económica, para além de aumentar a eficiência, estimulou também a reivindicação de descentralização política e do pluralismo.

Há contudo que distinguir entre as «(...) economias de «planeamento central degeneradas» (ex-União Soviética, Checoslovaquia, Bulgária e Roménia) e aquelas a que Thamas Bauer chamava «nem de plano nem de mercado» (...)» —de que a Hungria era o expoente principal—, nas quais as condições iniciais da macroeconomia se revelaram mais favoráveis às reformas. (2;16).

Os resultados destas tanto os positivos como os negativos são impressionantes: é o único país da região onde o valor do comércio externo aumentou (40% entre 1990 e 1991, apesar de as exportações para os antigos parceiros do COMECON terem diminuído 40% no mesmo período); de sinal contrário, devem assinalar-se os 7,3% de desemprego no final de 1991 e uma queda da produção industrial de 30%. Para Rudolf Andorka, todavia, «(...) o declínio do rendimento per capita foi relativamente pequeno e significativamente menor do que o decréscimo do produto interno bruto per capita, o que significa que nem todas as camadas da sociedade húngara foram igualmente afectadas pelo empobrecimento (...)». (1;77).

De qualquer modo, o investimento estrangeiro foi de cerca de 300 milhões de dólares em 1990 e de 1.500 milhões no ano seguinte. Além disso, beneficiou em 6 de fevereiro de 1991, dum crédito de 1.600 milhões de dólares a três anos avalizado pelo FMI, e a assistência económica do G-24 à Hungria em 1992 foi de sete mil milhões de dólares, o equivalente per capita aos valores do Plano Marshall. Contudo, alguns economistas questionam a sua utilidade, uma vez que boa parte das verbas disponibilizadas não foram utilizadas por falta de projectos adequados.

A Alemanha tornou-se o mais importante parceiro comercial da Hungria. Na sequência do acordo firmado em 1987 acerca da minoria germânica neste país, a Alemanha concedeu os primeiros créditos. Até hoje, cerca de um quarto do investimento estrangeiro total proveio da Alemanha (6).

Digno igualmente de registo é o esforço para manter as relações comerciais com os antigos parceiros do COMECON, até porque, em certos aspectos, a dependência em relação à ex-URSS é incontornável: desde que a guerra na Croácia obrigou ao encerramento do pipeline do Adriático, a Hungria ficou totalmente dependente do pipeline siberiano. Assim, em 14 de junho de 1991, estabeleceu com a Rússia um acordo bilateral que garante o fornecimento de bens de consumo em troca de matérias primas russas.

Há no encanto propostas de colaboração económica intra-regional que não têm encontrado bom acolhimento por parte do governo húngaro, por entender que elas desfavorecem a rápida adesão à UE. Em 6 de outubro de 1991, por exemplo, rejeitou uma proposta polaca para constituição, em conjunto com a Checoslováquia, duma zona de comércio livre na Europa Central. A iniciativa visava provavelmente finalidades semelhantes às da PHARE (*Poland and Hungary Action for the Reconstruction of the Economy*), criação de 1989 e que em 1990 acolheu a Checoslováquia e a ex-Jugoslávia, cujo objectivo era «(...) financiar ou participar no financiamento dos projectos visando a reestruturação económica (...) em áreas seleccionadas (...) em especial no sector privado (...)» (7).

Outros aspectos importantes a considerar quando se analisa a situação económica dum país são os do nível da conflitualidade intrínseca ao sistema político, a frequência das eleições e as consequentes mudanças de governo, etc. Estes factores, sendo de natureza política, são muito importantes para a economia, porque influenciam as expectativas dos agentes económicos e a sua disposição para efectuar investimentos a longo prazo, designadamente os destinados à reestruturação das empresas. E neste particular, a Hungria pode considerar-se um país estável. (2;18).

Assinale-se, por fim, que o contencioso económico tem seriíssimas implicações de segurança. Quando, em janeiro de 1991, o comércio entre a ex-URSS e a Hungria passou a fazer-se em dólares e fora das estruturas do

(6) In *International Herald Tribune* de 18 de abril de 1994.

(7) In *Keesing's Record of World Events*, 1993, p. 39.647.

COMECON, verificou-se um decréscimo brutal no comércio bilateral, com as nefastas consequências que se adivinham para as economias envolvidas.

A política externa. O problema das minorias húngaras nos países vizinhos

O clima de incerteza que se instalou na região a partir de 1988, levou a Hungria a propor a criação dum corredor neutral dos Balcãs até à Europa Central, associando Hungria, Austria, Suíça e Jugoslávia. Em complemento, e como prova de boa vontade, desmilitarizou no mesmo ano a sua fronteira com a Austria e anunciou uma «política de transparência» quanto a movimentos de tropas. (21;5).

Outras formas de cooperação estão tomando forma na região, como por exemplo a Hexagonal (englobando Italia, Hungria, Austria, ex-Jugoslávia, Repúblicas Checa e Eslovaca, mantendo a Eslovénia e a Croácia o estatuto de observadores). Esta associação —que com a adesão da Polónia passou a ser conhecida como CEI (Central European Initiative)—, pareceu de início vocacionada para contrariar a influência alemã na região, mas tem desenvolvido sobretudo actividades no domínio dos direitos do homem e na coordenação das ações económicas e culturais transfronteiriças, quadro 1.

Se bem que todas as relações bilaterais sejam importantes, não há dúvida de que as relações do país com a Federação da Rússia e com a Alemanha são essenciais. Com a Rússia, e a despeito do desaparecimento do COMECON e do Pacto de Varsóvia, continuam a existir relações muito fortes em domínios variados, por força das interdependências desenvolvidas durante cerca de quatro décadas; e com a Alemanha subscreveu em 1992 um tratado que regula as consultas políticas periódicas entre os dois países; e além disso, encontra-se em processo de formação uma Euro-região que inclui a Hungria, a Baviera e o estado de Baden-Wurttemberg. (21;9).

O problema das minorias é tendencialmente o mais grave de todos os que afectara a região (8). Para a Hungria, o destino de três milhões da magia-

(8) Além das minorias vinculadas a nacionalidades constituídas, existem na Europa Central ciganos (560 mil na Hungria ou 5,2% da população total, 410 mil ou 2,7% da população nas repúblicas Checa e Eslovaca e 70 mil na Polónia), judeus (80 a 100 mil na Hungria) e os emigrantes vindos do terceiro mundo (em número desconhecido).

Quadro 1.— Situação das minorias húngaras.

<i>País</i>	<i>Efectivos*</i>	<i>Garantía de dereitos</i>	<i>Representação institucional</i>
Ucrânia	200.000	Declaração Parla- mentar.	Não.
Ex-Jugoslávia	450.000		Partido VMDK presente no Parlamento da Voi- vodina e Nas Assem- bleias da Sérvia e Jugoslávia.
Roménia	2 a 2,5 milhões.	Tratado Bilateral em processo de apre- ciação.	União Democrática dos Húngaros na Roménia representada no Parla- mento (2º nº de assentos).
Eslováquia	600.000		Partido Nacionalista Hún- garo representado no Parlamento.

* Estimativa.

res vivendo no estrangeiro (a maior comunidade expatriada da Europa) constitui uma preocupação central. Preocupação de resto partilhada pelos vizinhos, em boa parte porque as autoridades húngaras, ao afirmarem que nunca recorrerão à força para garantir direitos básicos a essas minorias, o fazem com frequência em termos ambíguos. O Programa de governo quanto à política externa reza assim:

«O estado húngaro assume uma responsabilidade especial pelo facto de entender que a Nação Húngara continua a existir como uma comunidade de natureza étnica e cultural. É por isso que —no respeito pelos tratados internacionais e agindo de acordo com eles— dedicamos especial atenção à observação dos direitos, incluindo o direito à autodeterminação, das comunidades húngaras que vivem fora das nossas fronteiras» (9).

(9) Assinale-se que os húngaros são o grupo étnico dominante em alguns territórios situados fora da Hungria: no sul da Eslováquia, onde a nova fronteira segue o Danúbio sem cuidar de linhas étnicas; na Voivodina; numa pequena área no nordeste da Transilvânia; e na Szeklerland na Roménia central, onde mais de 80% dos habitantes, descendentes dos mercenários que defendam as fronteiras orientais do Império Húngaro contra os turcos, falam húngaro.

Já em 1992 correram rumores de que o governo se preparava para conceder o direito de cidadania a todos as pessoas de etnia húngara, quer vivessem no país ou no estrangeiro. E o responsável pelo Gabinete dos Húngaros no Estrangeiro, Géza Entz, ao confirmar em Munique este entendimento, declarou esperar que «(...) o necessário enquadramento legal estivesse em vigor aquando das eleições de 1994». (16;13).

O primeiro governo eleito em 1990 partiu do (falso) pressuposto de que os governos comunistas que o antecederam se tinham desinteressado do problema das minorias étnicas e, assim sendo, competia-lhe a missão histórica de actuar como «protector da nação húngara», independentemente do local onde os seus membros vivessem. (16;11) Este entendimento esteve na origem de muitos erros e provocou nos países vizinhos legítimas suspeitas quanto à boa fé da Hungria.

UCRÂNIA (200.000)

Em relação aos magiares que vivem nos antigos territórios húngaros da Transcarpátia, parece não haver grandes problemas, dado que gozam de autonomia cultural e «(...) Possuem os seus próprios jornais, estação de rádio, escolas e teatros e até um Centro de Estudos Húngaros na Universidade de Uzhgorod (...)». (22;18).

Na declaração de soberania em julho de 1990, a Ucrânia reconheceu os direitos das minorias étnicas e em julho de 1991 o parlamento votou uma declaração garantindo direitos iguais a todos os cidadãos. Todavia, a Hungria receia que o ressurgimento do nacionalismo ucraniano venha a limitar os direitos das minorias, e o facto de recentemente terem sido profanados diversos símbolos magiares veio trazer alguma consistência às suspeitas. (18;176).

Os dois países são subscritores dum tratado que contempla fronteiras garantidas e apoia a incorporação da Rússia e da Ucrânia nas estruturas de segurança europeias. (9;138).

EX-JUGOSLÁVIA (450.000)

A maioria destes vive na Voivodina, o que coloca as autoridades húngaras numa posição deveras delicada, pois têm de manter boas relações com a Sérvia (empenhada em restabelecer o controlo sobre a Voivodina) para evitar represálias sobre a minoria magiar, sem contudo negligenciarem a manutenção de boas relações com as repúblicas vizinhas. Este delicado equilíbrio foi recentemente sujeito a novas pressões desarticuladoras: a transformação

da Jugoslávia numa mini-federação integrando unicamente a Sérvia e o Montenegro «(...) incita os magiares residentes a reclamar uma reaproximação à mãe Pátria, reivindicação que é inaceitável para Belgrado». (18;176).

Além disso, a guerra na ex-Jugoslávia já forçou milhares de cidadãos ve origem magiar (estimativas não oficiais referem 100.000) a procurar refúgio na Hungria, e os aviões jugoslavos tem violado repetidamente o espaço aéreo húngaro, chegando mesmo a bombardear uma povoação. (22;16) O problema complica-se pelo facto de o Governo húngaro ser inequivocamente mais amistoso com a Croácia (10) (e a Eslovénia) do que com a Sérvia, apesar de a maior parte da minoria húngara residir na última república. «(...) A política Sérvia para com a minoria húngara tem sido marcada pela impaciência, mas a repressão é apenas esporádica e em 1993 a maior parte das instituições representativas das minorias continua em funções» (16;18).

«(...) De qualquer modo, a organização representativa da minoria húngara VMDK reforçou a sua posição no parlamento da Voivodina, bem como nas Assembleias da Sérvia e da Jugoslávia, assegurando cerca de 85% dos votos da referida minoria. Esta votação conferiu-lhe legitimidade para, em nome da minoria húngara na Sérvia, reivindicar autonomia territorial, presumivelmente nos termos da que os sérvios reclamavam para a Krajina relativamente à Croácia (...).» (16;21).

ROMÉNIA (2 MILHÕES A 2,5 MILHÕES)

A situação dos húngaros residentes na Transilvânia é tanto mais preocupante quanto a revolução contra o regime comunista romeno teve início no seio da comunidade húngara (de Timisoara). E se bem que desde a Primavera de 1990 não se registem na regio problemas étnicos de gravidade, a verdade é que em março desse ano os distúrbios raciais na cidade de Tirgu Mures causaram três mortos e quase 300 feridos. Contudo, dado que a Transilvânia não é contígua à Hungria, as reivindicações territoriais relativas a alterações de fronteiras não se têm manifestado.

Estas desinteligências não impediram contudo a minoria magiar, agrupada na União Democrática dos Húngaros na Roménia, de obter o segundo maior número de assentos parlamentares entre 1990 e 1992; e ainda hoje,

(10) «A Hungria foi já acusada de apoiar os croatas e de lhes fornecer armas, estando confirmado pelo menos o envio de um carregamento de 10.000 Kalashnikov». (MDN;41).

após as eleições de 1992, detém no Parlamento um número considerável de assentos. (6;44).

Entretanto, «(...) o tratado bilateral entre os dois estados ainda não estava assinado na primavera passada, embora já estivessem acordados cerca de 3/4 do total; os obstáculos que retardavam o acordo total eram relativos à protecção das minorias e à inviolabilidade das fronteiras (...)». (16;33). Infelizmente, a Conferência sobre a Estabilidade, realizada em Paris no mês de maio, veio confirmar a subsistência deste contencioso, não podendo prever-se, por enquanto, uma solução a contento de ambas as partes.

ESLOVÁQUIA (600.000)

Os magiares constituem cerca de 11% da população total, mas dado que têm um nível de vida superior ao do cidadão eslovaco médio e gozam de liberdade nos planos cultural (até a religião dominante é a mesma) e político (dispõem de representação institucional proporcional ao seu número), não se registaram até à data problemas sérios (11), se não levarmos em conta alguns desenvolvimentos recentes, como os indícios de que o novo ordenamento constitucional eslovaco poderia incluir uma lei sobre a obrigatoriedade de uso da língua nacional, a substituição dos nomes húngaros de certas povoações por nomes eslovacos ou as restrições postas por autoridades locais aos nomes de baptismo das crianças húngaras. (6;44).

Em janeiro deste ano, 3.000 representantes (dirigentes políticos locais, parlamentares e autarcas) da minoria húngara acorreram ao apelo do chefe do Partido Nacionalista Húngaro da Eslováquia, para se reunirem em Komarno, 120 quilómetros a sul de Bratislava, com a finalidade de «estabelecerem o primeiro parlamento da província autónoma húngara». Ainda que as resoluções aprovadas tenham ficado muito aquém das expectativas, pois apenas foi formalizado um protesto contra o governo eslovaco, está-se perante uma acção de consequências imprevisíveis (12).

Além disso, a construção da GNB (Gabcikovo-Nagymaros Barrage) tornou-se, atendendo aos custos financeiros e às implicações ecológicas, uma fonte de atrito crescente entre os dois países, tendo a Hungria denunciado unilateralmente o tratado em 1977. A disputa está a ser arbitrada pelo Tribunal Internacional de Haia.

(11) O que não evitou o veto da Hungria á admissão da Eslováquia no Conselho da Europa, alegadamente por este país não assegurar os direitos das minorias.

(12) In *El País* de 11 de janeiro de 1994.

OUTROS PAÍSES

Como já se disse, a prioridade da política externa húngara tem sido dominada pelo desejo de integração nas estruturas europeias ocidentais, tendo o pedido de adesão à UE sido formalizado em 1 de abril do corrente ano. Em 6 de novembro de 1990 a Hungria tornou-se membro do Conselho da Europa e em 16 de dezembro de 1991 assinou um acordo de cooperação com a CE. Mas não esqueceu os vizinhos: em junho de 1991 assinou com a Roménia um acordo de Céu Aberto e em abril de 1992 um tratado de amizade e cooperação com a Federação da Rússia.

Como curiosidade, assinale-se que está prevista para o princípio do verão a assinatura de um acordo bilateral com Portugal no domínio da cooperação militar, prevendo-se intercâmbio de elementos de Estado-Maior e a realização de exercícios militares, sobretudo com forças terrestres e aéreas. (*Independente*, 25 de março 1994).

A problemática da defesa. As Forças Armadas

Durante a guerra fria, todas as Forças Armadas na Europa Central estavam sob controlo da União Soviética e destinavam-se a servir os objectivos daquele país. Além disso, o controlo exercido pelos partidos comunistas de cada nação sobre as suas Forças Armadas era complementado pelos laços institucionais e pessoais existentes entre o Exército Vermelho e as Forças Armadas daqueles países, de tal sorte que tanto os planos de defesa como o dispositivo defensivo reflectiam as preocupações e os interesses soviéticos. Com o colapso do comunismo e a desintegração da União Soviética, começou a desmontagem desse enorme sistema hegemónico, o qual veio a ser completamente abolido em 1991, data a partir da qual os governos democráticos passaram a controlar os seus aparelhos militares.

«(...) Inteiramente integradas na estrutura militar do Pacto de Varsóvia, subordinadas ao Grupo Oriental das forças soviéticas e sob controlo estrito do Partido Comunista, as antigas Forças Armadas húngaras estavam preparadas para se defenderem contra uma ofensiva lançada do Ocidente. Além disso, cabia-lhes igualmente a tarefa de cobrir o flanco ocidental em caso de ofensiva soviética contra o vale do Danubio (...)». (18;184).

A Hungria sempre foi considerada no seio do Pacto de Varsóvia «(...) como zona de segundo escalão, especialmente vocacionada para actividades de treino e de apoio, e sofrendo portento de falta de infraestruturas. Através

da região, todas as posturas de defesa tiveram de ser repensadas, pois do antecedente era ponto assente que em caso de guerra os exércitos nacionais não tinham existência independente, submetendo-se inteiramente às decisões do alto comando do Exército vermelho (...). (21;4).

O facto de as Forças Armadas húngaras terem constituído o elo mais fraco do aparelho militar do Leste, ajuda a compreender as reticências iniciais das autoridades húngaras ao Tratado CFE, através do qual se impunham restrições tais ao reequipamento húngaro que as Forças Armadas ficariam incapazes de assegurar a defesa do próprio país. (18;184) Conforme afirmou em 1990 o coronel Pick —um dos conselheiros militares do presidente húngaro—, o Tratado CFE instaurou um sistema de segurança colectiva que cobria até à fronteira austro-húngara, mas um sistema de «insegurança colectiva» para lá desse limite. (18;184).

Após a retirada das forças soviéticas (65.000 homens) completada em 19 de junho de 1991, a orientação e os fundamentos da defesa húngara mudaram totalmente. Hoje, com efeito, privilegia-se a defesa circular utilizando tropas altamente móveis, dispondo de defesa aérea e de capacidades anticarro reforçadas. Este conceito vem na sequência natural duma nova doutrina de defesa e duma nova política de defesa, formuladas pelo governo perante o parlamento em março de 1993, e cujo objectivo confesso é a manutenção duma «capacidade de dissuasão credível». Oficialmente, a república húngara não tem inimigos pré-determinados, o governo considera que a cooperação —tanto ao nível regional como ao nível pan-europeu— constitui o quadro mais favorável para a resolução dos problemas do país e declara rejeitar qualquer alteração de fronteiras pela força. (16;14).

Como consequência da reestruturação de 1987, o Exército húngaro era o único do Pacto de Varsóvia que não estava organizado em Divisões e Regimentos mas sim em Corpos de Exército e Brigadas (12 Divisões transformadas em 3 Corpos, cada um dos quais composto de 5 Brigadas e 1 Batalhão independente de artilharia) elas mesmas organizadas em batalhões. Os efectivos passaram de 350.000 para 90.000 em tempo de paz. Até 1989, cerca de 90% dos militares profissionais pertenciam ao partido comunista, e embora a Hungria tenha tentado evitar as purgas radicais que se verificaram neutros países, 75% dos actuais altos postos são preenchidos com gente nova. Esta substituição maciça arrasta novo problema, nada negligenciável, qual seja o de proporcionar instrução adequada aos quadros que antigamente eram educados segundo a doutrina

militar soviética e obrigados a falar correctamente a língua russa. O comandante supremo é o presidente da República, a quem cabe igualmente proclamar a lei marcial e decidir sobre a utilização das Forças Armadas.

A adjudicação de verbas para a defesa tem constituído um poderoso instrumento nas mãos do poder político. Em consequência da decisão de reduzir o orçamento da defesa em 35% entre 1989 e 1991, o Ministerio da Defesa recebeu em 1990 apenas metade dos 80 mil milhões de florins pedidos, e em 1991 foi autorizado a gastar 54 mil milhões, o que obrigou a utilizar reservas de guerra. (22;46 e 47) (18;184).

Sabendo-se que o orçamento da defesa era em 1990 de 40 mil milhões de florins (3% do orçamento total), pode imaginar-se a gravidade da situação quando se constata que a primeira fase da modernização está avaliada em 70 mil milhões de florins. *De facto*, o orçamento militar em 1990 destinava 91% para custos operacionais e despesas correntes, reservando apenas 9% para aquisições, enquanto nos países desenvolvidos do Ocidente esta fatia chega a alcançar os 40%. (18;185).

A Força Aérea está hoje reduzida a 91 aviões de combate (os *Mig-21* e *Mig-23* passaram de 113 em janeiro de 1989 a 70 em 1990), dos quais 20 são *Mig-29* recebidos da Federação Russa como pagamento de importações húngaras, e os carros de combate T-55 das formações terrestres não serão substituídos mas apenas modernizados.

O rearmamento é um dos problemas mais sérios, até porque o país só dispõe de modesta capacidade de produção de armamentos. No domínio das indústrias de defesa, o seu único trunfo parece residir na capacidade de pesquisa, essa sim de nível mundial, no sector electrónico. Embora não haja limitações à aquisição de equipamentos, —com excepção das que regulam os fornecimentos a países terceiros—, a verdade é que a Europa Central não tem dinheiro para comprar armamento (ocidental ou outro), e a questão está em saber se os países ocidentais deveriam fornecê-lo a crédito ou simplesmente oferecê-lo. Todavia, não restam dúvidas de que a segunda opção enfureceria os vizinhos daqueles países (veja-se a reacção da Roménia quando o Governo Bush levantou o embargo de fornecimento de armas à Hungria) e como tal torna-se inviável.

Como resultado de reformas apressadas, o aparelho militar tornou-se de facto mais pequeno, mas não se modernizou nem apresenta melhores realizações no campo profissional. Os equipamentos ao dispor dos soldados

pioraram e muitos destes deixaram o serviço activo. O Governo húngaro confessa que há 10 ou 15 anos não são adquiridos equipamentos novos e que cerca de 90% das verbas destinadas a despesas correntes com material são gastas em manutenção. Como consequência, os stocks continuam a ser consumidos e novas aquisições só serão feitas para assegurar os níveis mínimos de capacidade operacional. (22;48).

Além disso, a legislação mais recente, destinada a adoçar as condições de prestação do serviço militar obrigatório (a duração do serviço militar baixou de 18 para 12 meses em janeiro de 1991) e a proporcionar prestações alternativas, resultou em nítida quebra dos níveis de disciplina.

As relações dos militares húngaros com os seus camaradas russos têm vindo a piorar. Estes detestam ser tratados como inimigos pelos antigos aliados e mostram-se muito irritados com as disputas sobre quem paga os custos da retirada das suas tropas da Europa Central. Os militares húngaros, por seu turno, preocupam-se com as dificuldades crescentes para adquirirem material de guerra e sobressalentes da ex-URSS (apesar da abertura progressiva ao Ocidente, a dependência em relação aos equipamentos soviéticos é ainda muito forte) e com a persistente predilecção russa por conservar a Europa Central na sua esfera de influência.

Com os militares romenos e da ex-Jugoslávia, pelo contrario, as relações chegam a ser amistosas. A despeito das constantes quesílias entre Bucareste e Budapeste, as Forças Armadas mantêm excelentes relações entre si. Está em vigor um acordo de *Céu Aberto* e outro autorizando representantes militares de cada parte a assistirem aos exercícios militares da outra. (22;51). Com os jugoslavos, as relações têm sido dificultadas por uma serie de violações do espaço aéreo húngaro pela aviação militar jugoslava, que chegou a bombardear a povoação de Barcs, mas foi possível estabelecer um corredor aéreo neutro com 20 quilómetros de largura sobre a fronteira comum, no interior do qual estão proibidos os voos militares.

A segurança da Europa e a NATO. O caso da Hungria

A participação dos EUA

De entre os factores que condicionara o evoluir da segurança na Europa Central, deve destacar-se o real empenhamento que os EUA venham a manifestar na consolidação duma Nova Ordem Europeia, ligada a uma

Nova Ordem Transatlântica, que assegure a protecção dos seus interesses à escala planetária.

A crise jugoslava, cujo perigo de alastramento deveria ter convencido os dois parceiros transatlânticos da necessidade de conjugar esforços, parece ter antes servido para acentuar as divergências. E as consequências estão à vista: não só a Europa se recusa a liderar o processo, como os EUA parecem ter perdido a noção de que apenas um quadro político de longo prazo na região serve os seus designios estratégicos. Pior do que isso, ambos parecem interessados em escamotear o evidente: «que sem a liderança activa dos EUA, existe um risco real de instabilidade prolongada na Europa Central e de Leste, a qual pode produzir efeitos nefastos através de todo o continente». (3;68).

Curiosamente, o custo do apoio aos países da região seria —se comparados com os do Plano Marshall ou os da construção da NATO— relativamente modesto, pois não exige assistência bilateral maciça, deslocações de tropas ou novas alocações de recursos por parte dos EUA, a quem se pede apenas a manutenção dos actuais níveis de ajuda.

Porém, o processo de distanciamento dos EUA em relação aos antigos compromissos europeus e mundiais é um facto consumado, que os últimos desenvolvimentos no leste europeu puseram literalmente a nu, e que a Presidential Decision Directive 25 apenas confirmou ao declarar que os EUA não só não podem resolver os conflitos no mundo, como não acreditam que as NU sejam capazes de fazer ou manter a paz, em especial quando exista hostilidade aberta entre as partes litigantes. E se dúvidas houvesse quanto à interpretação a dar à Directiva, as declarações da embaixadora Madeleine Albright dissipá-lasiam:

«As Nações Unidas ainda não demonstraram capacidade para agir com eficácia nos casos em que o risco de combate é elevado e o nível da cooperação local é baixo» (13).

A Directiva é perfeitamente explícita quanto às condições em que os EUA poderão envolver-se em operações militares: estar em jogo o interesse dos EUA, haver disponibilidade de homens e fundos, o sucesso da operação depender da presença de forças americanas, existir apoio do Congresso, os objectivos a atingir serem claros, estar fixado um prazo para o termo do envolvimento e haver boas condições para a acção de comando e controlo, quadro 2.

(13) In *International Herald Tribune* de 7-8 de maio de 1994, p. 3.

Quadro 2.— A Hungria na ordem externa.

1. ONU, CSCE, CFE e NACC.
2. Acordos Europeus com a União Europeia.
3. «Grupo de Visegrado» (Polónia, Repúblicas Checa e Eslovaca)-April, 1990.
4. «Perceria para a Paz» (com a NATO).
5. Tratado de Boa Vizinhaça, Relações Amistosas e Cooperação (Polónia, Checolováquia e Federação da Rússia)-Outubro, 1991.
6. CECC (Central Europeu Cooperation Committee), visando a coordenação de esforços para adesão à UE e EFTA, 1992.
7. PHARE (*Poland and Hungary Action for the Reconstruction of the Economy*)-Criação de 1989, tendo acolhido a Checolováquia e a ex-Jugoslávia em 1990.
8. HEXAGONAL (Itália, Austria, ex-Jugoslávia, repúblicas Checa e Eslovaca).
9. CEI (*Central European Initiative*)-A anterior, com a Polónia.
10. Conferência sobre a Estabilidade (no âmbito das relações com a UEO)-Maio, 1994.

Igualmente severas são as condições para os EUA autorizarem a realização de qualquer acção de paz, com ou sem participação americana: que exista ameaça à segurança internacional, incluindo a necessidade de apoio urgente após ocorrência de acções violentas; que ocorra uma súbita interrupção da democracia, ou uma violação grave dos direitos do homem; que os objectivos sejam claramente fixados; que se comprove o consentimento das partes ao empenhamento das forças de paz; que se verifique disponibilidade de dinheiro e efectivos; que haja consenso quanto a um mandato apropriado à missão e a uma estratégia realista para a retirada das forças empenhadas. Além disso, a Directiva opõe-se à criação de uma forja própria das NU e rejeita terminantemente que forças militares dos EUA venham algum dia a ser colocadas sob comando estrangeiro.

A questão deve então pôr-se da seguinte maneira: quais são as ameaças, com origem na região, aos interesses dos EUA? A resposta possível — e em minha opinião suficientemente clara — é a de que a ameaça à segurança global na Europa coloca um grave desafio à consistência dos compromissos transatlânticos e, assim sendo, aos EUA.

Numa Europa em desintegração, onde as jovens democracias, sentindo-se inseguras, tendam a encontrar patronos externos, a NATO corre o risco de se tornar numa organização irrelevante face a um sistema novo — e imprevisível — de alianças feitas de forma irreflectida.

Infelizmente, «(...) uma solução global para a Europa, por muito desejável que seja, não será possível na próxima década. A consolidação das reformas e o desenvolvimento pacífico na Europa Central e de Leste não têm senão duas alternativas: a rápida incorporação na UE, ou a manutenção a longo prazo dum forte apoio internacional (com destaque para os EUA) que assegure a estabilidade do processo das reformas (...).» (3;71).

O alargamento da UE aos países da Europa Central, pelas razões que se sabe, não está todavia para breve. Na opinião de Adrian Basora, resta portanto a continuagão do apoio internacional, que os EUA não devem hesitar em liderar e cujas grandes linhas incluiriam: (3;73 a 77).

- *No plano económico.* A reafirmação das intenções expressas em 1989 na Cimeira de Paris do G-7, de que resultou a decisão de apoiar a Polónia e a Hungria através do G-24. A coordenação das acções a desenvolver caberia à UE, ficando implícito que os EUA agiriam como parceiro em pé de igualdade com ela.
- *No plano político.* O objectivo dos EUA devia ser óbvio: apoio à aceleração e ao aprofundamento da democracia na Europa Central através de meios directos e indirectos. Estes deveriam incluir acordos estáveis, tanto no domínio da segurança como no da reforma económica; quanto aos directos, consistiriam sobretudo em assistência bilateral, técnica e material.
- *No plano da segurança.* Os EUA deviam dar passos concretos no sentido de obter a implantação dum sistema credível de segurança, pelo menos no quadro dos países de Visegrado. Deste modo, os laços que começam a estabelecer-se sob a égide do NACC deveriam ser reforçados pelo treino de pessoal civil e militar nos EUA, estimulando-se em simultâneo a integração de militares desses países como consultores nos Estados Maiores aliados, a adopção de padrões NATO em matéria de equipamento e a realização periódica de exercícios conjuntos.

O papel da União Europeia e da CSCE

Os governos ocidentais parecem não se dar conta do seu potencial para influenciar o sucesso das reformas económicas na Europa Central, através de esquemas com custos quase marginais, em especial quanto a uma maior abertura dos mercados ocidentais às exportações daqueles países, pois estas representara apenas 2% das importações totais do Ocidente,

mas constituem cerca de 50% das exportações totais dos referidos países. (2;19).

Dos «clubes» ocidentais, o que primeiro se abriu aos países da Europa Central foi o Conselho da Europa, ao qual a Hungria aderiu logo no Outono de 1990. As relações entre os países da Europa Central e o Conselho da Europa são estreitas mas, dadas as especiais preocupações do Conselho com os direitos humanos e com as liberdades individuais, o facto de se ser membro do Conselho em pouco beneficia a vontade dos referidos países integrarem as estruturas de segurança europeias.

Também com a UE foram estabelecidos acordos (14) visando o desmantelamento progressivo das barreiras alfandegárias nos próximos dez anos, mas infelizmente não existe uma cláusula relativa à «futura admissão», e além disso as concessões em áreas de interesse vital como a agricultura, os têxteis e o aço, foram bem modestas; tal como, de resto, no domínio dos direitos a conceder pela Europa Comunitária aos cidadãos dos referidos países.

Também não se registaram avanços significativos nas relações com a UEO. Pese embora as decisões da reunião ministerial de 19 de junho de 1992 entre la UEO e os oito países da Europa Central (15) (realização de uma reunião anual, criação dum Forum de Consulta entre o Conselho Permanente da UEO e os embaixadores dos oito e o encetamento de relações entre a Assembleia da UEO e os Parlamentos dos 8 Estados), as intenções tardam em concretizar-se.

O Forum de Consulta a nível ministerial reuniu em Roma em 20 de maio de 1993, tendo sido avançadas as seguintes propostas para o relacionamento entre a UEO e os Parceiros de Consulta:

-
- (14) Estes acordos regulam as relações comerciais com a UE nos próximos 10 anos, que é o período julgado necessário à eliminação das tarifas e quotas actualmente em vigor. Além disso, estabelecem as condições a cumprir pelos estados que desejam ser integrados na UE, incluindo naturalmente o ordenamento legal construído desde o Tratado de Roma em 1957, designadamente instituições democráticas, o primado da lei, os direitos do homem e das minorias, a adopção da economia de mercado, apoio à prossecução dos objectivos políticos, económicos e sociais da UE, etc.
- A questão do alargamento da UE está na ordem do dia. Em maio de 1993, a situação era a seguinte: 8 pedidos de adesão pendentes (Turquia, Chipre, Malta, e os países da EFTA Austria, Suécia, Finlândia, Suíça e Noruega); 10 intenções mais ou menos declaradas de adesão (os restantes países da EFTA Islândia e Liechtenstein, os 4 de Visegrado, a Federação da Rússia, a Ucrânia, as repúblicas bálticas e a Albânia). Nestas condições, é natural que seja atribuída prioridade às oito decisões já formalizadas.
- (15) Bulgária, Checoslováquia, Lituânia, Estónia, Letónia, Polónia, Roménia e Hungria, Hoje são 9, com a separação das Repúblicas Checa e Eslovaca.

- Criação dum estatuto especial para os nove Estados da Europa Central, que os posicione entre os Parceiros de Consulta e os membros da UEO.
- Desenvolvimento de relações estreitas entre os grupos de trabalho da UEO e dos nove.
- Desenvolvimento de contactos entre os responsáveis pelas Forças Armadas.
- Adopção da denominação Forum de Consulta para as reuniões ministeriais entre os Estados membros da UEO e os nove parceiros da cooperação.
- Criação em Bruxelas de um grupo de conselheiros reunindo representantes superiores da UEO e conselheiros de embaixada dos países da Europa Central.
- O grupo de conselheiros reunir-se-á três a quatro vezes por ano com o propósito de trocar pontos de vista e de preparar as reuniões do Forum de Consulta.
- A conversão das indústrias de defesa e a verificação e implementação dos tratados sobre controlo de armamentos, em particular no que respeita aos Tratados CFE e *Open Skies*.
- O desenvolvimento de formas de associação entre a UE e os países da Europa Central, no sentido da cooperação política com a UE.

Além disso, foram equacionadas as possibilidades de cooperação entre a UEO e os parceiros de consulta nos domínios da prevenção de conflitos, da gestão de crises, da manutenção da paz e da implementação dos Tratados CFE e *Open Skies*.

Quanto à CSCE, esteve particularmente activa aquando da Conferência de Paris em novembro de 1990 —altura em que foi assinado o Tratado CFE—, e mais tarde em Viena quando, além da decisão sobre o direito dos estados membros a pedirem reuniões de emergência, se criaram três instituições permanentes: um pequeno Secretariado em Praga; Um Centro de Prevenção de Conflitos em Viena; e um Gabinete para as eleições livres em Varsóvia.

AUE, a UEO seu braço armado e a CSCE são as organizações que mais intimamente têm ligado entre si os países ocidentais, sendo elas quem na realidade tutela o envolvimento multilateral, em conformidade com procedimentos pré-estabelecidos. Porém, a partir do final da guerra fria, a estabilidade do conjunto foi afectada por oscilações, não sendo hoje claro se alguma delas, e qual, deveria assumir a liderança quanto à segurança na Europa Central. A UE poderia, *de facto*, dar um importantíssimo contributo

à resolução dos problemas económicos, mas a relutância em aceitar novos membros da Europa Central (e não só daí, diga-se em abono da verdade) compreende-se numa perspectiva também ela económica; sem esquecer que a UE não dispõe ainda de uma componente militar verdadeiramente operativa. A CSCE inclui todos os estados europeus, mas a sua acção desenvolve-se sobretudo no campo da segurança e dos direitos humanos. E falta-lhe uma estrutura institucional, um processo de tomada de decisão (presentemente subordinada ao princípio da unanimidade) e um orçamento que tornem a organização realmente eficiente.

Estas duas organizações são as que melhor podem corporizar a indispensável coordenação de esforços, mas os resultados obtidos até agora —designadamente na área económica— devem considerar-se fracos.

A dívida externa não pára de crescer, e os países beneficiados já pagaram mais do que receberam só em juros dos empréstimos e dos sucessivos rescalonamentos. Era preciso pois melhorar as condições do apoio prestado pelo Ocidente, nomeadamente quanto a ajuda directa, livre acesso aos seus mercados, renegociação das dívidas e investimento directo, mas as dificuldades por que passam as economias ocidentais tomam este desiderato pouco verosímil.

J. B. Wright, visando a futura integração dos estados do Centro Europeu, propõe que as organizações europeias adoptem «tarefas especializadas»: à UE caberia a concretização, tão cedo quanto possível, da sua declaração de fevereiro de 1993, relativa a um claro sinal positivo acerca da eventual admissão dos referidos estados; e a CSCE reforçaria o empenho na busca de soluções para os inúmeros problemas envolvendo minorias nos países da região.

A recente realização em Paris da Conferência sobre a Estabilidade responde aliás parcialmente a estes dois desideratos. Com efeito, os nove países em vias de adesão à UE foram aí convidados a resolver entre si as questões potencialmente conflituais que ainda os separam, como forma de facilitarem a adesão. Para discutir e solver os problemas de fronteira e os relativos às minorias (quer sejam religiosas, étnicas ou nacionalistas), foi-lhes concedido o período de um ano. Como incentivo às negociações, os 9 países foram convidados a participar numa Cimeira Anual com os 12 (em breve 16).

O acordo prevê ainda a realização de mesas redondas —sendo uma delas para a Europa Central—, sempre que se registre a existência de situações de tensão entre os países participantes. Esta não parece ser a solução

que agrada aos países da Europa Central, mas a UE tornou claro que esperava ver os candidatos à adesão empenhados no processo das mesas redondas.

A Hungria e a NATO

OS PONTOS DE VISTA HÚNGAROS

As políticas externas que prevalecem desde 1989 na Europa Central, podem agrupar-se sob três designações: «Euro-revolucionárias, Nacionalistas (ou Nação-cêntricas)» e propugnando a «Integração no Ocidente». (9;52).

O primeiro conceito assenta no pressuposto de que a Europa necessita de uma Nova Ordem de Segurança que abarque o continente inteiro, e que portanto, sem desprezar o papel da NATO, valorize claramente a CSCE. Foi a posição maioritariamente assumida pelas oposições com tradição de luta política mais antiga, quadro 3.

O segundo conceito foi defendido, como seria de esperar, pelos elementos nacionalistas. A tese andou sempre associada a suspeita de que visaria um grau maior ou menor de integração supranacional e, para os seus defensores, a ligação ao Ocidente equivale a abandonar os interesses nacionais.

Quadro 3.– *Uma solução para os países da Europa Central.*

1. Reforço de apoio internacional, com empenho conjunto da Europa Ocidental e dos EUA.
 - Plano económico-atraves do G-24 e organismos financeiros internacionais.
 - Plano político-acordos no dominio da segurança; assistência bilateral.
 - Plano de defesa e segurança-alargamento de acção de NACC; adopção de equipamentos NATO; exercicios conjuntos; integração de Estados Maiores.
2. Reforço de actividade do CSCE, no âmbito dos direitos do homem a das minorias.
3. Adesão à «Parceira para a Paz» proposta pela NATO, tendo em especial atenção:
 - Diálogo de «Intensidad de acrescida» com a Federação da Rússia.
 - Actividades prevista no «Programa de Trabalho de Parceria» e nos «Documentos de Apresentação».
 - Entrada em funções da «Célula de Coordenação de Parceria» e Mons.
4. Integração progressiva na UE. Até lá, presença nos organismos específicos («Cimeira Anual» com os 12, «Forum de Consulta» e «Grupo de Conselheiros» no âmbito UEO).

Mas, a partir de 1991, foi a apetência pela terceira via que claramente prevaleceu. O objectivo de integração na UE e na NATO assume a partir de então uma importância capital na Europa Central e designadamente na Hungria. Gijs de Vries não tem dúvidas de que a integração deste país na UE traria benefícios à segurança colectiva na Europa. A experiência das admissões grega, portuguesa e espanhola tornou evidente que a integração reforça a estabilidade interna dos países e, além disso, não se descortina uma alternativa clara à integração. Embora encerre uma razoável dose de cinismo, este ponto de vista torna-se transparente a uma segunda leitura. Na verdade, ele reflecte não só a importância acrescida dos factores económicos na segurança dos Estados, mas também a convicção de que a qualidade de membro da UE tornará automática a pertença à NATO.

Este entendimento não é contudo pacífico. Na realidade, tendo presentes os problemas de relacionamento entre a Hungria e alguns dos seus vizinhos, como por exemplo a Roménia e a Sérvia, há quem pergunte se a integração da Hungria na NATO aumentaria as hipóteses de um acordo de paz na região ou se, pelo contrário, não exacerbaria as divergências. E mais: de que modo a inclusão da Hungria faria variar, no interior da Aliança, a actual relação entre as necessidades de defesa e as capacidades disponíveis? Sabe-se como a NATO pode ser flexível, quando se trata de ajustar as diferentes situações particulares dos Estados membros sem prejudicar a unidade. Mas poder-se-ia manter uma tal atitude após a integração da Hungria? «(...) Na sua transição do comunismo para a democracia e a economia de mercado, pode (o país) dar garantias de harmonia e estabilidade? Ou justificar-se-á um período de observação?» (15;119).

Tamas Wachslar, que considera estas dúvidas pouco fundamentadas, alinha argumentos a favor da integração imediata e, aos que acusam a Hungria de «exagerar as ameaças» que pesam sobre a segurança do país, em especial no domínio militar, lembra que durante decénios essas ameaças foram sempre avaliadas por outrem e que não se trata portanto duma atitude específica da Hungria, mas sim de algo comum a todos os países que viveram sob o totalitarismo. Em contrapartida, mostra-se consciente da dimensão dos problemas que podem ser postos à NATO pela adesão da Hungria e manifesta-se claramente favorável a que o país resolva os seus problemas antes da adesão. Mas não deixa de avisar a Aliança de que, tendo desaparecido a ameaça soviética que era a sua razão de ser, «a Organização não pode sobreviver na forma actual e com estes limites geográficos». *De facto*, presentemente não se trata de «(...) organizar 16 países para responder de

forma automática a uma ameaça concreta, mas sim de prever coligações *ad hoc*, no âmbito da Aliança, destinadas a enfrentar uma multiplicidade de ameaças que os diferentes países tendem a interpretar de forma diferente e face às quais estarão mais ou menos dispostos a empenhar-se, conforme a sua experiência histórica, a proximidade estratégica, o peso da opinião pública e outros factores (...)» (16). «Além disso, aconselha que se assegure à Rússia um lugar no futuro sistema de segurança europeia, mas nunca uma adesão plena, porque esta equivaleria à inclusão numa superpotência continental, coisa que a NATO não poderia tolerar». (20;4).

A NATO devia —prosegue o autor— estipular sem demora os criterios a fixar aos candidatos á adesão: «(...) os criterios de adesão e certas soluções transitorias podem ser uma boa resposta ás necessidades dos candidatos, desde que se assegure um período de transição apropriado (...)». (20;4) Wachslar entende que os países nestas condições merecem tratamento diferenciado, devendo, numa perspectiva realista, ser-lhes proposto o estatuto de membro associado.

Outro ponto de vista, porventura mais realista, é o de Jan Zielonka. Efectivamente, ao abordar a problemática da segurança na Hungria, avança quatro tópicos para reflexão. (22;66 a 68).

Primeiro, o sucesso ou o falhanço das reformas em curso e dos esforços no campo da prevenção de conflitos terá implicações na segurança da Europa Central e portanto em todo o continente; na verdade, se os múltiplos problemas que afligem a Europa Central não forem contidos a tempo, dificilmente deixarão de afectar o Ocidente.

Segundo, os conceitos tradicionais de segurança não são apropriados á actual situação da Hungria. Nos dias de hoje, a segurança do país não assenta em garantias formais de defesa nem no alargamento da antiga estrutura de segurança, porque as potenciais origens de conflito são de natureza política e económica e como tal devem ser tratadas. Todavia, deve ter-se presente que o uso simplista de instrumentos diplomáticos e económicos, desligado numa estratégia de integração a longo prazo, é claramente inadequado.

Terceiro, o Ocidente precisa de ultrapassar as suas próprias divergências internas antes de poder pôr em prática a estratégia atrás apontada.

(16) Andrés Serrano, in *Política Exterior* 37, VIII, fevereiro/março 1994, p. 45.

Quarto e último, o futuro da Hungria repousa sobretudo nas suas próprias mãos. As elites húngaras têm de compreender os perigos que resultam, para a segurança, das suas disputas sectárias e das suas recusas em adoptar políticas de consenso. Têm de compreender igualmente que a paz não lhes chega automaticamente através duma qualquer aliança com o Ocidente, mas sim através da reconstrução económica, das reformas constitucionais e do respeito pelos direitos do homem e das minorias.

AS SOLUÇÕES POSSÍVEIS

A proposta de uma «Parceria para a Paz» (17) feita pelos ministros da defesa da NATO em outubro de 1993, durante uma reunião na Alemanha, aos países do ex-Pacto de Varsóvia, foi a resposta possível numa conjuntura volátil. Na decisão pesaram diversas considerações, tais como o desejo de não hostilizar a Federação da Rússia, retirando-lhe qualquer pretexto para a reactivação da cortina de ferro; a dificuldade que os países da Europa Central sentiriam em atingir e acompanhar os padrões de operacionalidade militar praticados na NATO; o sentimento, não confessado, de que as rivalidades entre Grécia e Turquia pudessem exacerbar-se com a entrada de novos membros portadores de novas desinteligências; e por último, a convicção de que a admissão de novos membros só faria sentido se fosse integral, sem quaisquer restrições. Ora, dada a situação de grande instabilidade que se vivia (e ainda vive) na região, era natural que os membros da NATO, muito pressionados pelas respectivas opiniões públicas, não estivessem dispostos a assumir riscos adicionais —e dificilmente quantificáveis— para a sua própria segurança.

Há porém também quem pense que, sendo a NATO muito mais do que um simples convenio de segurança —visto que afirma defender valores e ideias comuns—, deveria estar aberta a todos os Estados que quisessem integrá-la. E há além disso, entre os países ocidentais, uns quantos que manifestam sentimentos de culpa a respeito dos baixos níveis de ajuda política e económica concedida aos processos de transformação na Europa Central. Para estes, a segurança é indiscutivelmente o processo mais barato de assistência.

Mas o argumento porventura mais convincente a favor da extensão da Nato aos países da Europa Central resulta directamente da lógica da integração europeia: se a UE vai integrar até ao fim do século, um certo

(17) A qual a Hungria aderiu em 8 de fevereiro deste ano (MDN; 42).

número de países da região, não faz sentido que a NATO lhes recuse a admissão. Digamos que o argumento tem lógica, mas apenas para os casos de admissão confirmada à UE e nunca para os simples candidatos.

Há contudo quem expresse a convicção de que o alargamento da NATO a certos países da Europa Central exigiria um processo de selecção extremamente complicado. E há mesmo quem, como Gijs de Vries, afirme que «(...) alargar a NATO (aos países da Europa Central) seria uma loucura. Não nos podemos arriscar a paralizar a única organização de segurança capaz de resolver conflitos no nosso continente (...)». (19;141) Ou, como lembra Andrés Serrano, a NATO «(...) deve possuir ideias claras quanto às suas missões de segurança, deve ser capaz de tomar decisões difíceis no plano político-militar, cabendo-lhe ainda manter Forças Armadas capazes de dar corpo à vontade política (...)».

O cerne da questão não reside porém na dificuldade em estabelecer um critério de admissão justo, mas sim no facto de que, ao admitir apenas alguns, haver uns quantos que automaticamente ficam de fora. Vista de Minsk ou de Kiev, a circunstância de a Europa implicitamente anunciar uma «esfera de interesse» claramente separada de uma «esfera de nãointeresse», poderia pôr em risco o sucesso das reformas nos países excluídos.

Isto para não falar dos pontos de vista de Moscovo, que advoga um «equilíbrio geopolítico» com base no statu quo de 1990. Aceitar uma tal opção - avisa Lothar Rühl implicaria o assentimento prévio da Federação Russa a qualquer alteração de área europeia da NATO, bem como o reconhecimento de facto duma área de influencia russa a leste das fronteiras da NATO. A sugestão de Yeltsin de que NATO e Rússia deveriam propor uma garantia conjunta de segurança aos países da Europa Central como alternativa à integração na NATO, conjugada com a situação de «parceria privilegiada» a conceder à Federação Russa, significaria inevitavelmente um incremento do controlo desta sobre uma nova «Europa intermédia». (15;121) Esta proposta —que se esperava fosse formalizada no decurso da visita à NATO, em Maio passado, do ministro da defesa russo, Pavel Grachev, e que segundo fontes próximas deste removeria as objecções russas à integração na NATO dos países de Visegrado (18)— foi afinal, para alívio geral, substituída pela aceitação, sem reservas, da «Parceria para a Paz».

(18) In *International Herald Tribune* de 17 de maio de 1994, p. 5.

A solução encontrada em Bruxelas tem provavelmente carácter provisório e destina-se a assegurar de forma implícita uma «obrigação de consulta à Rússia» aquando das decisões mais importantes. Na verdade, os países da Aliança, com os EUA à cabeça, afirmaram que «(...) ainda que esta adesão se processo nos mesmos termos dos restantes membros, com a Rússia haverá um sistema de consultas especialmente intenso: uma forma de reconhecer de facto o seu carácter de grande potência (...)» (19).

Numa coisa porém os observadores estão quase todos de acordo: a expansão da NATO para leste tem limites. «(...) A absorção dum pequeno número de nações de pequena-média dimensão tradicionalmente ligadas ao Ocidente, é uma coisa. A admissão da Ucrânia, da Federação Russa e de certas repúblicas da Ásia Central, todas com vizinhos potencialmente hostis, sendo elas também velhas inimigas entre si, é outra completamente diferente (...)». (3;77) Também para Zbigniew Brzezinski a situação é clara:

«(...) O facto inegável e politicamente decisivo é que a Rússia é demasiadamente grande e potencialmente poderosa demais para ser assimilada como outro qualquer membro pela União Europeia ou pela NATO. Semelhante integração diluiria a preponderância ocidental no seio da UE e a preponderância americana no interior da NATO (...)» (20).

Em contrapartida, prossegue o conhecido politólogo americano, a NATO deveria oferecer à Federação Russa compensações atraentes, tais como um Tratado especial de Amizade e Aliança ou um convite para integrar o G-7.

Por outro lado, não interessa à segurança internacional «(...) fazer coincidir a fronteira leste da Aliança com a antiga fronteira da União Soviética com a Polónia, Hungria e Checoslováquia, pois um tal movimento teria como consequência a queda da Ucrânia, da Bielorrússia e dos países bálticos, sob a esfera de influência da antiga União Soviética (...)». (15;122) De facto, as relações da Rússia com os antigos satélites da URSS são uma preocupação grande para a NATO, pois não é impunemente que os designa por «estrangeiro próximo» (near abroad). «(...) Neste caso — pese embora tratar-se de nações em princípio independentes— o retorno da Rússia à sua velha política imperial é um facto consumado. Para tanto utiliza procedimentos variados, em especial a manipulação dos conflitos internos, sendo certo que enviou tropas para muitos desses países e que os incorporou *de facto* na CEI que ela domina (...)» (21).

(19) In *El País* de 27 de maio de 1994.

(20) In *International Herald Tribune* de 2 de maio de 1994, p. 5.

(21) In *El País* de 27 de maio de 1994.

Então, se um processo de adesão selectiva não parece adequado para todos os países da região, o que deve a NATO fazer?

Segundo Ole Diehl, restam duas alternativas: ou a NATO se transforma numa espécie de subsistema militar da CSCE, um sistema de segurança colectiva englobando todos os países da CSCE, com todos os riscos que comportaria para os actuais membros a renúncia a uma comprovada estrutura da defesa colectiva para aderir a um sistema de segurança colectiva de contornos mal definidos; ou então, o que parece ser a opção correcta, mantém e aprofunda a sua proposta de «Parceria para a Paz».

A estrutura e os objectivos da cooperação entre a NATO e os futuros parceiros estão contemplados em dois documentos: o Programa de Trabalho da Parceria e os Documentos de Apresentação.

O primeiro é constituído por duas Secções. Uma que trata das actividades não-militares, e outra que se ocupa dos exercícios e actividades militares, em especial das condições em que os Parceiros podem actuar conjuntamente com as forças da NATO em Operações da Manutenção da Paz.

O segundo formaliza o nível e o tipo de cooperação que cada parceiro pretende ver instituído, designadamente quanto à descrição das forças que poderão ser utilizadas nas diversas actividades e à análise das capacidades militares próprias.

Está prevista a instalação em Mons duma Célula de Coordenação da Parceria, cujos trabalhos serão apoiados pelo Comité Militar da NATO sob supervisão do SACEUR, podendo os Parceiros aí estabelecer oficiais de ligação. As tarefas prioritárias desta Célula serão as relativas à coordenação e planeamento das actividades militares no âmbito das operações de manutenção de paz e outras de carácter humanitário.

De resto, militares húngaros já foram empenhados em «(...) patrulhas aéreas nos AWACS da NATO e foi dado apoio ao embargo no Danúbio. Contudo, as autoridades húngaras afirmam não poder empenhar-se mais directamente em operações de paz, quer da NATO quer da ONU, por motivos de ordem histórica (...).» (13;41).

Enquanto não existirem condições políticas, económicas e militares para a integração plena de toda a Europa Central, um qualquer tipo de parceria parece de facto ser o caminho indicado. Lothar Ruehl não só defende essa tese como é ainda mais específico:

«(...) O alargamento da NATO aos países de Visegrado, em associação com um contrato de parceria de segurança a estabelecer com a Rússia no quadro do NACC (22), será porventura a melhor solução para o período de transição (...)». (15;122).

Este ponto de vista é compartilhado por James McCarthy, que considera estar o NACC vocacionado para constituir o núcleo lógico da defesa colectiva na Europa. Para ele, os parceiros do NACC não têm que se tornar, desde já, membros da NATO; o que eles precisam é de saber que não estão isolados perante as ameaças à sua segurança. «(...) Mesmo sem um tratado de defesa comum, a manutenção de sólidos laços com a Aliança tornará gradualmente extensivos aos parceiros os princípios que presidiram à sua fundação, reforçando-se desse modo a resistência do conjunto ao assalto de qualquer crise. Embora não seja possível assegurar aos «parceiros de cooperação» os compromissos constantes do Tratado de Washington, a verdade é que um potencial agressor nunca estaria completamente seguro de que a NATO não reagisse caso a agressão se consumasse, o que torna a margem de incerteza num dissuasor razoavelmente eficaz. A terminar, o autor aponta umas quantas iniciativas que o NACC poderia tomar, susceptíveis de acalmar as preocupações de segurança dos parceiros:

- Aceitar a participação dos parceiros no planeamento e execução das acções de auxílio humanitário levadas a cabo pela Aliança.
- Estabelecer no seio do NACC normas de consulta relativas à análise das preocupações de segurança apresentadas pelos parceiros, em moldes semelhantes aos previstos no artigo 4 do Tratado de Washington. Um tal fórum permitiria aos parceiros uma participação activa em matérias de segurança, sempre que uma crise se desenhasse.
- Em resposta às crescentes preocupações quanto a uma eventual proliferação nuclear, disponibilizar os seus técnicos e a sua experiência tanto no controlo e monitorização de radiações como em procedimentos de emergência. Isso permitiria formar equipas de reacção em caso de acidente nuclear para actuarem em qualquer local da Europa, em especial na Europa de Leste.
- Incentivar, no âmbito do Tratado CFE, o estabelecimento de forças conjuntas para cooperação tecnológica na destruição de armamentos

(22) Durante a Cimeira de Roma em novembro de 1991, a NATO decidiu criar o NACC (North Atlantic Cooperation Council) como organismo de consulta e cooperação com os países da Europa de Leste (com exclusão da ex-Jugoslávia e da Albânia), mas recusou terminantemente prever uma data para a integração plena.

excedentários. Na verdade, a redução dos armamentos contribui para a segurança na região e o cumprimento colectivo das disposições do tratado depende em muito das medidas de confidence-building levadas a cabo por cada estado.

- Apoiar o programa de assistência técnica para a reconversão das indústrias de defesa dos parceiros, incluindo a reabilitação ecológica das instalações militares.

Opinião semelhante expressa Andrés Serrano, quando propõe que o NACC se empenhe, por um lado em convencer os países candidatos à NATO de que as acções em curso visam de facto a sua integração e por outro em convencer alguns países terceiros (Rússia e Ucrânia, p. e.), cuja integração na NATO não está prevista, de que não serão marginalizados pela integração dos países da Europa Central.

Embora os caminhos apontados não tenham a concordância geral, o que parece indesmentível é a necessidade de a NATO dar acolhimento às preocupações da Hungria em matéria de defesa e segurança. Como diz James McCarthy, «a NATO devia colocar os seus valores, a sua poderosa organização e as suas superiores capacidades ao serviço da construção duma Europa alargada, em especial ajudando os países que pretendem integrar a Aliança nos domínios económico e político. Os membros da Aliança beneficiarão da estabilidade que daí resultar, pois todos prosperarão na medida em que as jovens democracias prosperarem (...)». (12;134 e 135).

Bibliografía

- ANDORKA, Rudolf, Hungary: «Counting the Social Cost of Change», *The World Today*, abril 1993.
- BALCEROWICZ, Leszek, «Economic Developments and Reforms in the Partner Countries», *NATO Sixteen Nations* nº 5/6 1993, pp. 15 a 19.
- BASORA, Adrian A., *Central and Eastern Europe: Imperative for Active U.S. Engagement*, *The Washington Quarterly*, Winter 1993, pp. 67 a 78.
- DIEHZ, Ole, «Opening NATO to Eastern Europe?», *The World Today* nº 223, pp. 222 e 223.
- GATI, Charles, «Eastern Europe on Its Own», *Foreign Affairs*, vol. 68, nº 1, 1989.
- GUNN, Janet, *Minority Issues and Nationalism in Central-East Europe - The Break up of the Austro-Hungarian Empire*, *RUSI Journal* August 1993, pp 42 a 46.
- HASSNER, Pierre, «A Reinvenção da Europa», *Política Internacional* vol. 1 nº 7/8, outono de 1993.
- HATSCHIKJAN, Magarditsch, *Foreign Policy Reorientations in Eastern Central Europe*, *Aussenpolitik* I/94.
- HOPPE, Hans-Joachim, *The Situation in Central and Southeast European Countries*, *Aussenpolitik*, II/94.

- Keesing's Record of World Events 1993, R111 e 112.
- LAINEZ, Fernando Martínez, «Bajo el Volcán Centroeuropeo», *Revista Española de Defensa*, diciembre 1992, pp. 50 a 54.
- MCCARTHY, James, *Strengthening Security in Central and Eastern Europe: New Opportunities for NATO*, McNair Paper 20, National Defense University, Washington D.C., agosto. 1993.
- MDN Direcção Geral da Política de Defesa.
- NOETZOLD, Juergen, *The Eastern Part of Europe - Peripheral or Essential Component of European Integration?*, Aussenpolitik IV/93.
- RUEHL, Lothar, *European Security and NATYO's Eastward Expansion*, Aussenpolitik II/94.
- SCHOPFLIN, George, «Hungary and its Neighbours», *Chaillot Papers* nº 7, maio 1993.
- SZAYNA, Thomas S., «Ultra-Nationalism in Central Europe», *Orbis* vol. 37 nº 4, Fall 1993, pp. 527 a 550.
- UEO, Documento 1336, reunião de 30 de dezembro de 1993.
- VRIES, Gijs M. de, *Hungary and the European Community-a West European View* The World Today, julho 1993.
- WACHSLER, M. Tamas, *Une Nouvelle Architecture de Sécurité Européenne: Réflexions sur la Bosnie, la Russie et la Demande Hongroise d'Adhesion à l'OTAN*, *Secretariat International de l'OTAN*, outubro 1993.
- WRIGHT, J. B., «Security and Co-operation in Europe - The View from the East», *Conflict Studies* nº 263, julho/agosto 1993, pp. 3 a 23.
- ZIELONKA, Jan, *Security in Central Europe*, *Adelphi Papers* nº 272, Autumn 1992, pp. 3 a 81.

EL CASO DE LA REPÚBLICA DE HUNGRÍA

Segunda conferencia (España)

MIGUEL ALONSO BAQUER

General de brigada de Infantería (ET)

Secretario permanente del IEEE.

Nuevo orden europeo de seguridad: ensayo de regionalización

El nuevo orden europeo de seguridad puede ser abordado señalando cinco grandes espacios verdaderamente europeos, cada uno de ellos marcado por una inevitable condición geográfica. La más simple de las divisiones para las regionalidades europeas será aquella que utilice como referencia los puntos cardinales:

- Europa Nórdica.
- Europa Occidental.
- Europa Central.
- Europa del Este.
- Europa Meridional.

En la «Europa Nórdica» conviene incluir todas las naciones actualmente soberanas que gravitan de una u otra forma hacia el mar Báltico concretamente:

- Noruega.
- Suecia.
- Finlandia.
- Estonia.
- Letonia.
- Lituania.
- Dinamarca.

En la «Europa Occidental» conviene incluir las naciones ribereñas o dependientes de la circulación por el canal de la Mancha, en particular:

- Irlanda.
- Inglaterra.
- Holanda.
- Bélgica.
- Luxemburgo.

Naturalmente que se trata de una visión muy restringida en relación con la excesivamente amplia utilizada por los países miembros de la Alianza Atlántica en Bruselas que incluye tácitamente nada menos que a Grecia y a Turquía. Nótese que no se cita a Francia a pesar de su evidente occidentalidad.

En la «Europa Central» conviene incluir dos series de Estados que gravitan, bien hacia Occidente, bien hacia Oriente. La primera serie tiene fuer-

tes connotaciones renanas, es decir, relativas al valle del río Rhin y la segunda altodanubianas, relativas a los tramos altos del río Danubio:

<i>1ª serie</i>	<i>2ª serie</i>
Francia.	Polonia.
Alemania.	Chequia y Eslovaquia.
Suiza.	Austria y Hungría.

Culturalmente convendría añadir el norte de Italia y el norte de la antigua Yugoslavia, particularmente Croacia y Eslovenia; pero estos añadidos son exactamente los factores más problemáticos para la comprensión de Europa. Nótese que la suma de las dos series abraza lo que podríamos llamar el corazón de Europa.

En la «Europa del Este» conviene distinguir una serie que gravita hacia el Norte y otra hacia el Sur. Sólo la segunda serie es esencialmente danubiana. La primera se inclina, más bien, nunca absolutamente, hacia el mar Negro:

<i>1ª serie</i>	<i>2ª serie</i>
Rusia.	Rumania.
Bielorrusia.	Moravia.
Ucrania.	Bulgaria.

En la «Europa Meridional» conviene extender las distinciones hasta tres series marcadas, respectivamente, por el occidentalismo, el centralismo europeo y la tendencia oriental. La demarcación que sirve para clasificar el espacio meridional europeo es, por una parte, el Mediterráneo Occidental y por otra el Mediterráneo Oriental:

<i>1ª serie</i>	<i>2ª serie</i>	<i>3ª serie</i>
Portugal.	Italia (meridional).	Serbia-Montenegro.
España.	Malta.	Bosnia-Macedonia.
		Albania-Grecia.
		Chipre.

Italia, una vez más, queda afectada por lo excepcional de la posición que ocupa, respecto al corazón de Europa. En este sentido, sólo para destacar sus mayores posibilidades, hablaremos de Italia como problema.

En definitiva, los tres problemas más significativos podrían ser los siguientes: *a)* el problema francés, *b)* el problema italiano y *c)* el problema yugoeslavo. En el horizonte podría definirse el problema turco por su tam-

bién excepcional posición en la encrucijada que abarca los estrechos del Bósforo y de los Dardanelos.

- a) El «problema francés» consiste en lo ambiguo de su definición geopolítica por causa de sus dos fachadas marítimas, la atlántica y la mediterránea y de una tercera fachada, la renana, que le obliga a penetrar en el centro de Europa en competencia frontal con Alemania. Este problema hizo de Francia, en plena política de bloques «centro» de Europa Occidental y le hace después de la guerra fría, en una «parte» de la Europa Central, desde luego substancial.
- b) El «problema italiano» consiste en la necesaria síntesis de lo exagerado de la orientación centralmente europea del norte de Italia y lo radical de la orientación meridional propia del sur de Italia. Sólo por esta circunstancia y en orden a la regionalización de Europa hablamos de un problema de Italia.
- c) El «problema yugoeslavo» consiste en algo culturalmente paralelo al italiano. El norte de la antigua Yugoslavia tiene vocación centralista en términos europeos y el sur, —la Yugoslavia verdaderamente balcánica— tiene una vocación meridional que de hecho no comparte Serbia, a su vez, tendente a exagerar su tradicional dependencia de la Europa Oriental o rusa.

Naturalmente que la posible virulencia de los tres problemas europeos de regionalización, siempre discutible, es muy diferente en términos políticos de seguridad. Los dos primeros problemas, el francés y el italiano, pueden ser absorbidos por el concepto cultural de Europa interior sin mayores daños. En cambio, el conflicto yugoeslavo puede enturbiar incluso la definición central de las cuatro naciones del Pacto de Varsovia que expresamente han renunciado a su definición como componente de la Europa del Este: Polonia, Chequia, Eslovaquia y Hungría. Estas cuatro repúblicas han retornado de modo irreversible a lo que siempre fueron: la serie más continentalizada de la Europa Central.

Desde una perspectiva puramente ibérica, —española y portuguesa— el problema de la «seguridad europea» —nuevo orden europeo de seguridad— depende del desarrollo de los tres problemas (el francés, el italiano y el yugoeslavo). Los tres tienen una importancia notable precisamente en función de la estabilidad en el Mediterráneo Occidental. Nótese que la «seguridad atlántica», —el vínculo atlantista entre los dos pilares de la Alianza, el norteamericano y el europeo— parece bien establecida para españoles y portugueses y se ocupa más bien de las funciones estratégicas de los tres archipiélagos atlánticos: Azores, Madeira y Canarias, vita-

les para la permanencia del citado vínculo. Nada del escenario atlántico es problemático ni para España ni, mucho menos, para la posición geográfica de Portugal.

El problema ibérico de seguridad está, pues, orientado aquí y ahora, hacia el Mediterráneo Occidental y guarda relación con la estabilidad del Magreb particularmente en Argelia, Túnez y Marruecos. Este problema ibérico sólo se relaciona con los acontecimientos yugoeslavos en su componente islámico y lo hace también con las previsiones reformistas italianas, en tanto sigan garantizando el libre paso del estrecho de Sicilia y, finalmente, con el mayor o menor interés de Francia por contribuir a la resolución de los conflictos en el Magreb.

Ahora bien, la previsible incorporación de la serie de Estados de la Europa Central, que en su día fueron obligados a gravitar hacia el este de Europa, el proyecto europeo de seguridad propio de la Alianza Atlántica, marca una tendencia expansionista del sistema europeo de seguridad de extraordinario interés para España y Portugal. Polonia, Chequia, Eslovaquia y Hungría, apoyando la frontera oriental de la Alianza Atlántica, muestran una voluntad política que, de momento, sólo deja fuera del paraguas protector *a)* a cuanto hemos agrupado en el concepto regional de «Europa Nórdica», *b)* a cuanto seguimos considerando «Europa del Este» y *c)* a la mayor parte de la Europa Meridional. La asociación de las cuatro repúblicas con la Alianza Atlántica es ya una operación en marcha.

La referencia al «problema turco» merece un estudio aparte, pero conviene señalar que el sistema europeo de seguridad, —el nuevo orden europeo de seguridad— pretende mantener a Turquía en el seno de la Alianza Atlántica y fuera de las naturales implicaciones del islam en el problema yugoeslavo que se derivan de la religiosidad de su población. De aquí que volvamos sobre el centro de Europa.

La regionalización de los problemas de seguridad y defensa en Europa Central obliga a estudiar por separado además tres casos diferentes: el caso polaco, el caso checo y eslovaco, y el caso húngaro. En términos de geografía física, el «caso polaco» es un caso marcado por la ausencia de fronteras naturales, —las llanuras dominan el territorio de Polonia—, el «caso tanto checo como eslovaco» está marcado por el famoso cuadrilátero de Bohemia, es decir, por una estructura montañosa que busca una función defensiva de reducto, y el «caso húngaro» tiene la peculiaridad danubiana tan absolutamente desarrollada, que se nos transforma en una puerta abierta hacia los Balcanes y el mar Negro.

Durante el próximo quinquenio, —el quinquenio final del siglo xx— todo lo que ocurra en este fragmento de la Europa Central, —el fragmento recuperado como central a partir de su temporal definición como oriental— será de sumo interés para la construcción del concepto mismo de Europa de unos pueblos históricos que nunca fueron tan periféricos como lo fueron España, Inglaterra y la misma Rusia. Centrales, en el sentido tanto geográfico como cultural de la palabra son los casos de Polonia, Chequia, Eslovaquia y Hungría, su centralidad es ahora el hecho más cargado de significado para la construcción europea en ciernes.

La frontera oriental de la Alianza Atlántica

Ferdinand Kinsky, director general del Centro Internacional de Formación Europea, en una conferencia titulada «La Reconstrucción del orden político europeo: el estado de la cuestión», pronunciada en Mónaco (Academia de la Paz y de la Seguridad Internacionales) el día 28 de febrero de 1992, hacía la siguiente descripción:

- El núcleo duro de la Europa de los círculos concéntricos está constituido por la Comunidad de los Doce. Los acuerdos de Maastrich prevén la realización de una unión económica y monetaria así como el establecimiento de los fundamentos de una unidad política con una política exterior y de defensa común.
- Austria, Suecia, Finlandia y Suiza tienen en curso una petición oficial de adhesión a la Comunidad.
- Hungría, Polonia y la antigua Checoslovaquia han concluido un tratado de asociación con la Comunidad de los Doce. Su objetivo declarado es acelerar la adaptación de su economía a la de la Comunidad.
- Los países Bálticos, Bulgaria, Rumania y ciertos miembros de la Comunidad de Estados Independientes (CEI) han manifestado su intención de concluir tratados de asociación con la misma Comunidad.

Lo más significativo del panorama así trazado es que la Comunidad aparece como la tierra prometida para Europa Central, sobre todo, y también para la Oriental. Sus pueblos experimentan de este modo un deseo de alcanzar el modelo económico y social que les permita salir del túnel totalitario donde había prevalecido la imagen caricaturesca que la propaganda comunista había dado del capitalismo. La tragedia yugoeslava y los conflictos interétnicos en Azerbaiyán, en Georgia y en Moldavia, etc... habían acelerado estos sentimientos.

Ferdinand Kinsky cree que debe mantenerse abierta la puerta hacia una federalización por etapas de toda Europa. Para hacer ver su conveniencia afirma que, en realidad, el «federalismo soviético» jamás ha funcionado. El único resultado efectivo de este federalismo ha sido el nacimiento de feudalidades en el nivel de las Repúblicas. El más grave peligro para la seguridad europea, a su juicio, provenía de la proliferación comercial y criminal de las armas convencionales y nucleares. La CEI, concluía, sólo podrá funcionar creando instituciones comunes —parlamento único, corte de justicia, reglamentos, directivas, etc.— dotadas de un poder real y autónomo, es decir, de verdaderas estructuras federales.

También contemplaba del mismo modo la tragedia yugoeslava. La Yugoslavia de Tito se descompone rápidamente en feudalidades independientes con múltiples ramas nacionales donde los jefes locales no quieren obedecer a Belgrado. Kinsky concluye que un «sistema pretendidamente federal» no puede funcionar si la unidad no es aceptada por todas las partes. La aceptación del principio de autodeterminación transforma a cualquier federación en tiranía.

Kinsky añade a continuación un tercer ejemplo, el del federalismo de Checoslovaquia, impuesto en 1968 por la URSS con la intención de debilitar a Praga dándole al Partido Comunista eslovaco una gran autonomía que frenara la occidentalidad de checos y de moravos. Las dificultades del «federalismo a dos» han llegado hasta nuestros días. Pero la crisis no degenerará nunca a nivel de violencia de Yugoslavia. Se habla de tres soluciones: la creación de una tercera república morava, el retorno de los alemanes expulsados de los Sudetes y la federación de todos a un tiempo con la Comunidad Europea.

El panorama trazado excluye de la problemática a sólo dos naciones del antiguo Pacto de Varsovia, Polonia y Hungría. El mantenimiento de su estabilidad sirve para seguir creyendo que no hay más que una fórmula que permita conciliar la unidad necesaria con la diversidad y es el «federalismo múltiple». De aquí la conveniencia de estudiar de manera monográfica los cuatro pasos particulares de la fracción o serie de países de Europa Central, —Polonia, Chequia, Eslovaquia y Hungría— que se interponen entre Alemania y la CEI con particular atención al menos problemático de todos, Hungría. El marco adecuado para su estudio es el de la frontera oriental de la Alianza Atlántica.

La revolución pacífica de Hungría (1988-1991)

Es importante hacer constar que el paso del sistema comunista a la democracia parlamentaria ha tenido en Hungría, y sólo en Hungría, un desarrollo positivo. La revolución pacífica húngara ha conocido dos fases principales: Una, fechada en mayo de 1988, que puso en marcha un sistema de instituciones de tipo occidental a lo largo de 1989 y otra, que culminó en las elecciones de abril de 1990 que ha dado un cuadro político coherente de mayoría y minorías definidas y legitimadas.

Las referencias cronológicas son las siguientes:

1. *Mayo de 1988*. Conferencia nacional del Partido Comunista húngaro donde se decide la puesta en obra de una reforma política.
2. *Enero de 1989*. Ley de Asociaciones que ofrece la posibilidad de crear partidos políticos.
3. *Febrero de 1989*. El Comité Central del Partido Comunista acepta la introducción del pluralismo político.
4. *Mayo de 1989*. Cese de Janos Kadar en sus funciones de presidente del partido. Muere dos meses más tarde.
5. *Junio de 1989* (día 16). Funerales nacionales en honor de las víctimas de la revolución de 1956.
6. *Junio y septiembre de 1989*. Negociaciones sobre fundación de partidos políticos.
7. *Octubre de 1989* (días 7-9). Último Congreso que convierte al Partido Comunista en Partido Socialista.
8. *Octubre de 1989* (días 17-20). Modificación parlamentaria de la Constitución.
9. *Noviembre de 1989* (día 26). Referéndum de iniciativa popular que prevé la elección del presidente de la República por sufragio universal, pero después de las elecciones parlamentarias.
10. *Marzo de 1990*. Elecciones generales para el Parlamento.
11. *Mayo de 1990*. Acuerdo entre las dos fuerzas más votadas, el Fórum Democrático y la Alianza de Demócratas Libres. Se forma el Gobierno de Jozsef Antall.

Resumiendo, en el proceso húngaro puede decirse que el primer paso fue la idea lanzada por el Partido Comunista para transformar el sistema post-staliniano en democracia socialista o Estado socialista de derecho. Pero la oposición suficientemente unida colocó en el lugar del pluralismo social, propuesto por el partido, un verdadero pluralismo político. El comunismo queda desfondado en menos de 18 meses. El idealismo jurídico de la

«democracia formal» le ha ganado la mano al materialismo marxista. Es la ruina de una religión civil obligatoria que reservaba todos los poderes para los prestes de esta religión.

Panorama político actual

Hungría, además, ha precipitado la caída del post-stalinismo en la República Democrática Alemana y en Checoslovaquia. Como ha escrito un profesor húngaro Bela Farego:

«Hungría está en la encrucijada del camino... Al mismo tiempo ha entrado en una era de grandes dificultades donde la pesada herencia del pasado no dejará de pesar sobre los nuevos dirigentes».

En la convocatoria de elecciones en 1990 se inscribieron más de 50 partidos. El acelerador de la participación fragmentaria quedó en manos de escritores, de especialistas en ciencias humanas y de intelectuales y delante de una población demasiado atenta a la resolución de graves problemas de bienestar. Una negociación bien conducida entre el poder, —comunistas reformadores— y gran parte de la oposición, redujo a sus formaciones políticas al verdadero horizonte de las posibilidades de éxito electoral.

- Fórum Democrático (42,74%).
- Alianza de los Demócratas Libres (23,83%).
- Partido de los Pequeños Propietarios (11,13%).
- Partido Socialista húngaro (8,54%).
- Federación de Jóvenes Demócratas (5,44%).
- Partido Cristiano-demócrata (5,44%).

El resultado fue el que se indica entre paréntesis como porcentaje de votos. Los dos grandes, —el Fórum independiente de juristas y la Alianza— sacaron, respectivamente, 165 y 92 diputados de un total de 386 escaños. Curiosamente otros dos —el Partido de los Pequeños Propietarios y los cristiano-demócratas—, muy próximos al Fórum sí que podían, constituyendo una especie de «Centro Nacional», cubrir con éste el 60% de los escaños. Los 21 diputados de la Federación de Jóvenes Demócratas, afines a la Alianza de Demócratas Libres, son los que representan el mayor énfasis, —laicista— en los valores occidentales y quienes piden el retorno acelerado a Europa.

El Centro Nacional le dio prioridad a los valores nacionales y a la tradición religiosa sobre la obsesión por la economía de mercado. Los valores de la

izquierda, con el 8,54% de los votos quedaron en una posición muy débil porque tanto el Fórum (una derecha clásica), como la Alianza (un verdadero centrismo) se consideran a sí mismo una tercera vía entre el socialismo del Estado y el capitalismo que, en ocasiones, quiere parecer más a la socialdemocracia alemana que a cualquiera de los liberalismos europeos.

Desde Europa Occidental se contempla al presidente del Fórum Democrático, Jozsef Antall, como hábil estrategia y buen negociador. Nació en 1932 en una familia de altos funcionarios que se opuso a la colaboración con Hitler a través del Partido de los Pequeños Propietarios. Posee estudios de historia y participó en la revolución anticomunista de 1956. Ha logrado, sin gestos carismáticos, convertir al Fórum de intelectuales inicial en un partido muy sólido.

Janos Kis, presidente de la Alianza de Demócratas Libres, nació en 1943 y llegó a ser miembro del Partido Comunista húngaro en la rama de George Lukáck. Fue proscrito por heterodoxo en 1973. En 1980 la reconversión ideológica hacia el liberalismo le hizo pasar a una asociación libre llamada *Réseau de initiatives libres*, de donde se escindiría en 1988 la actual Alianza. Hoy son los más radicales a favor de la reforma acelerada y proeuropea.

Arpad Goncz, nacido en 1922, ha logrado el consenso para presidente de la República. Es jurista y simpatizante del Partido de los Pequeños Propietarios. En 1958 fue condenado a cadena perpetua por el régimen comunista. Es un excelente traductor de las novelas americanas de Faulkner y Heminway y escribe obras de teatro. Su fama le viene por sus trabajos en el Comité de Rehabilitación Histórica. Se le ha comparado con el checo Havel.

La estabilidad húngara quizás se derive de que la crisis de su economía difiere de las demás crisis de los miembros del Pacto de Varsovia. Los gobernantes nuevos se están mostrando más eficaces y obtienen mejores resultados. La asistencia a la población es buena y el nivel de inflación es tolerable. Hacia finales de 1989 sólo el 15% de los asalariados trabajaban en el sector privado y a principios de 1990 sólo se alcanzaban poco más de mil de empresas mixtas. Pero actualmente ha aumentado considerablemente el volumen de sus exportaciones.

El relativo éxito quizás se deba a los asesoramientos occidentales, en particular, del grupo americano Blue Ribbon y del grupo suizo, Instituto Batte-

Ile de Ginebra además del Fondo Monetario Internacional. También de las bancas japonesas y alemanas. Michel Simai cree que una de las condiciones para la liberación es la convertibilidad estable del florín.

Hungría ha estado relativamente abierta al exterior, incluso en los peores años, —sin negarse a hacerlo hacia Estados Unidos y Japón. Pero la inercia de la burocracia es todavía inmensa.

Síntesis histórica

Desde el punto de vista del nuevo orden de seguridad europeo el territorio húngaro nunca dejará de ser una zona neurálgica. De aquí la conveniencia de su asociación con el sistema de la Alianza Atlántica de uno u otro modo. De hecho esta asociación habrá de ser simultánea al conjunto de países que venimos calificando por el hecho de ser la parte de Europa Central absorbida por la Europa Oriental o del Este durante el período leninista o soviético de la hegemonía rusa.

Un recorrido histórico pone de relieve la importancia de la posición geográfica húngara, sin perjuicio de que también sea importante la situación atravesada a finales del siglo xx.

Alrededor del primero y segundo siglo de la era cristiana los romanos se establecieron en un territorio —la Panomia y la Dacia— que había sido celtas desde cuatro siglos antes. Carlomagno crea una marca oriental de defensa frente a nuevas invasiones orientales, —hunos, lombardos, avaros, etc.— pero lo hace sobre la actual Austria. Las primeras tribus verdaderamente húngaras o magiares se quedan a las puertas de Austria en su movimiento desde el sur de los Urales. Los magiares también se establecen en Germania y en Moravia pero Oton I les encierra en las llanuras danubianas.

San Esteban I convierte a su pueblo al catolicismo y le adhiere al sistema feudal y monarquizante hereditario en el siglo xi. Es un mediador entre Roma y Bizancio. Los benedictinos, los cistercienses y los premostenses dejan una huella imperecedera. La invasión mongola de 1241, encierra a los húngaros en ciudadelas y cuando se produce la invasión otomana la resistencia depende del apoyo de las Casas rivales de Habsburgo y de Anjou.

Dos héroes nacionales Juan Huniades y Matías Corvino introducen en la ciudad de Buda todos los valores del Renacimiento. La muerte de Matías Corvino en 1490 abre una espantosa crisis que culmina el 29 de agosto de

1526, derrota de Mohacs ante los turcos. Los Habsburgos, —se trata del emperador Carlos V— dominan en precario la Croacia y la Eslovaquia. Buda y sus alrededores son firmemente ocupados por los turcos y sólo Transilvania salva una corta autonomía bajo el protectorado del sultán.

La liberación llega exactamente con el siglo XVIII. La Casa de Habsburgo, tolerada en ese espacio por Luis XIV, respeta a la nobleza húngara pero engendra un régimen cuasi colonial. José II impone la lengua alemana. En 1848 la ola del nacionalismo es derrotada. Hungría se queda sin Constitución. Es sólo una provincia del Imperio de Viena.

Hay una etapa (1867-1918) donde se impone el compromiso que se conoce con el nombre de Monarquía austro-húngara. Se trata de un retorno al viejo sistema de unión personal de los siglos XVI y XVII. Hay dos Cámaras de debate político sólo para Hungría y se corona un esfuerzo económico sin precedentes. Las pretensiones de independencia las encarna el conde de Karoly en 1905 y su hijo Kossuth.

En la Gran Guerra los húngaros pierden un millón de hombres en los dos frentes, el italiano y el eslavo. Es la hora de la paz separada de 1916 que propone el Gobierno liberal de Istvan Tisza. Los disturbios llenan el período que se cierra con la Regencia del almirante Horthy que durará entre 1920 y 1944. Checos, croatas y rumanos se habían adelantado en los procesos de independencia respecto a los derrotados emperadores de Viena. El Partido Comunista húngaro, leninista en grado sumo, se crea el 24 de noviembre de 1918 y obtiene un momentáneo predominio en marzo de 1919 bajo la presidencia del Comité Revolucionario de Bela Kun. Fue entonces cuando Francia apoyó el acceso al poder de los soldados de Horthy.

El Tratado de Trianon (4 de junio de 1919) despieza al Estado histórico de Hungría en beneficio de rumanos, yugoeslavos y eslovacos. La Triple Entente, checa, rumana y serbia se constituye en el bastión oriental de la política francesa hostil a Alemania y a Rusia. Horthy, aislado, hace frente al auge de los totalitarismos, pero lo hace únicamente en el marco de un cerrado conservadurismo. En 1940 puede recuperar una parte de la Transilvania. En 1941, a finales concretamente, Horthy resulta atrapado en la cruzada antisoviética. La economía húngara se pone al servicio de la economía de guerra nacionalsocialista. En Stalingrado pierde Hungría 40.000 hombres y deja 70.000 prisioneros. En 1943, Alemania ocupa plenamente Hungría. Horthy, que había intentado una paz por separado con Stalin, será derribado el 24 de agosto de 1944. Hungría se convierte en un campo de batalla desde octubre de 1944 hasta abril de 1945.

Es la hora del comunista Imre Nagy que se entrega sin reservas a la Unión Soviética. La Constitución de 1949 hace de Hungría una República Popular. La protesta de octubre de 1956, que pedía el retorno del pluripartidismo incluso con Nagy al frente de ella, es reprimida por Janos Kadar el 4 de noviembre, o mejor dicho, por los blindados rusos. Ejecutado Nagy, Kadar armoniza hábilmente una política de liberación con la persistencia del autoritarismo, de la planificación y del colectivismo agrario e industrial.

El sistema Kadar, —que no era un sistema staliniano— a pesar de su brutal comienzo, —300.000 ejecuciones según los más críticos— fue desde 1960 un sistema progresivo de amnistías alternado con otro de censuras. Hoy se cree que tuvo la virtud de desacralizar la doctrina comunista al poner en causa sus principios y ensayar los contrarios.

La estructura de su modelo económico es barroca. Kadar ofrece sucedáneos que dan la apariencia o la ilusión de una democracia.

Situación militar

Datos extraídos del Balance Militar de diversos años

1. AÑOS 1976-1977

GENERALIDADES

— Población: 10.520.000.

TOTAL FUERZAS ARMADAS

— Ejército Regular: 100.000 (60.000 de reclutamiento forzoso).

— Período de servicio: 2 años.

— Reservas: 168.000, entre 135.000 del Ejército de Tierra y 13.000 del Ejército del Aire.

EJÉRCITO DE TIERRA

— Total: 80.000 hombres (52.000 de reclutamiento forzoso), incluida la Flotilla del Danubio.

— Flotilla del Danubio: 2 Unidades MCM, 1 cañonero AA; 10 embarcaciones de vigilancia y de desembarco.

EJÉRCITO DEL AIRE

— Total: 20.000 (8.000 de reclutamiento forzoso); 140 aviones de combate.

FUERZAS PARAMILITARES

- 20.000 hombres guardias fronterizos.
- 50.000 hombres de la «milicia de trabajadores».

2. AÑOS 1986-1987

GENERALIDADES

- Población: 10.789.000.
- Distribución por edades y sexo:

	18-30	31-45
Hombres:	964.000	1.161.000
Mujeres:	921.000	1.157.000

TOTAL FUERZAS ARMADAS

- Ejército Regular: 105.000 (58.000 de reclutamiento forzoso).
- Período de servicio: 18 meses en el Ejército de Tierra y 24 meses en el Ejército del Aire.
- Reservas: 143.000, entre 135.000 del Ejército de Tierra y 8.000 del Ejército del Aire.

EJÉRCITO DE TIERRA

- Total: 83.000 hombres (50.000 de reclutamiento forzoso), incluida la Flotilla del Danubio.
- Flotilla del Danubio: 700.
 - 26 buques de guerra de minas y 25 embarcaciones diversas.

EJÉRCITO DEL AIRE

- Total: 22.000 (8.000 de reclutamiento forzoso).
 - 155 aviones de combate y 12 helicópteros armados.

FUERZAS PARAMILITARES

- 16.000 hombres guardias fronterizos (11.000 de reclutamiento forzoso).
- 60.000 hombres de la «Milicia de Trabajadores».

3. AÑOS 1990-1991

GENERALIDADES

- Población: 10.567.000.
- Distribución por edades y sexo:

	13-17	18-22	23-32
Hombres:	414.000	379.000	707.000
Mujeres:	393.000	358.000	675.000

TOTAL FUERZAS ARMADAS

- Ejército Regular: 94.000 (50.000 de reclutamiento forzoso).
- Período de servicio: 18 meses.
- Reservas: 134.000, entre 125.000 del Ejército de Tierra y 94.000 del Ejército del Aire.

EJÉRCITO DE TIERRA

- Total: 72.000 (42.000 de reclutamiento forzoso), incluida la Flotilla del Danubio.
- Flotilla del Danubio: 6 buques de guerra de minas *Nestin* de bajura y algunas embarcaciones.

EJÉRCITO DEL AIRE

- Total: 22.000 (8.000 de reclutamiento forzoso), 87 aviones de combate y 64 helicópteros armados.

FUERZAS EN EL EXTRANJERO

- Irán/Irak (UNIIMOG): 15 observadores.

FUERZAS PARAMILITARES

- 18.000 hombres guardias fronterizos (13.500 de reclutamiento forzoso), del Ministerio del Interior.
- 7.900 hombres de Unidades de construcción (7.300 de reclutamiento forzoso), del Ministerio de Defensa.
- 700 de Protección Civil (60 de reclutamiento forzoso).

FUERZAS SOVIÉTICAS DEL PAV

- Grupo de Fuerzas Meridional de la URSS.
- Ejército de Tierra: 1 DAC, 2 Divisiones, fusileros MT.
- Ejército del Aire: 2 Regimientos de FGA, 2 de cazas (prevista su retirada para junio de 1991).

4. AÑOS 1992-1993

GENERALIDADES

- Población: 10.543.000.
- Distribución por edades y sexo:

	<i>13-17</i>	<i>18-22</i>	<i>23-32</i>
Hombres:	399.400	391.700	708.800
Mujeres:	380.000	371.800	676.900

TOTAL FUERZAS ARMADAS

- Ejército Regular: 80.800 (53.800 de reclutamiento forzoso).
- Período de servicio: 12 meses.
- Reservas: 192.000, entre 180.600 del Ejército de Tierra y 11.400 del Ejército del Aire.

EJÉRCITO DE TIERRA

- Total: 63.500 (41.900 de reclutamiento forzoso), incluida la Flotilla del Danubio.
- Flotilla del Danubio: 6 buques de guerra de minas de bajura MSI *Nestin* fluviales; 45 embarcaciones de vigilancia y empleo fuerzas.

EJÉRCITO DEL AIRE

- Total: 17.300 (12.000 de reclutamiento forzoso), 91 aviones de combate y 39 helicópteros de ataque; 2 CE aéreos.

FUERZAS DE LA ONU PARA EL MANTENIMIENTO DE LA PAZ

- Angola (UNAVEM): 15 observadores.
- Irak/Kuwait: 7 observadores.
- Oriente Medio: 2 observadores.

FUERZAS PARAMILITARES

- 20.000 hombres guardias fronterizos (14.500 de reclutamiento forzoso), del Ministerio del Interior.
- 750 hombres de Unidades de construcción (67.500 de reclutamiento forzoso), del Ministerio de Defensa.
- 2.000 de Protección Civil.
- 1.500 de seguridad interna.

A modo de conclusión

La situación militar de Hungría no acusa ni sorpresas ni grandes cambios entre 1986 y 1992 y así, por ejemplo, unas Fuerzas Armadas dóciles al anterior régimen político totalitario son ahora unas Fuerzas Armadas dóciles al nuevo régimen político democrático. Sólo se percibe que hay menos fuerzas paramilitares y nuevos puestos y nuevos puestos ocupados por reclutas de carácter obligatorio. Para explicar la alteración no hay que apelar a la demografía ni a la política sino simplemente a que los reclutas en servicio militar obligatorio están menos meses de servicio. Cabe pensar que, en las personas promovidas a la elite militar, habrá habido cambios substanciales de mentalidad y hasta modificaciones de estilo. Pero esto es todo.

En términos políticos la nueva democracia húngara posee reservas. La participación electoral es de las más bajas del mundo, todavía más que la norteamericana y desde luego a gran distancia de los países que dudan día tras día sobre el sentido de su papel histórico y se vuelcan materialmente en las urnas todas las veces que se les convoca. La tendencia hacia una occidentalidad en materia de defensa que desemboque en el ingreso en la Alianza Atlántica señala lo que ya afirmó François Furet en la reunión de febrero de 1991 en Roma convocada para presentar el libro de Ralph Dahrendorf 1989. *Reflexiones sobre la Revolución en Europa*, de un modo general:

«Tenemos un mundo eslavo debilitado y, por otra parte, orientado esencialmente contra una Rusia de la que ha sufrido recientemente su tiranía. Y ello en el preciso momento en que Alemania unida es, potencialmente más fuerte que nunca»... «No apostaría, en lo que respecta al próximo cuarto de siglo, por una estabilidad absoluta de las fronteras de 1945».

El polaco Bronislaw Geremek le replicó que «un cambio de los límites orientales de Alemania, es decir, la frontera germano-polaca, no puede realizarse más que con la guerra»... «Sin embargo —añadía— rechazo la definición política de un *limes* oriental que nos separe políticamente de Asia. ¿Cómo se puede imaginar que la Europa unida, reintegrada, sitúe en el río Bug la frontera con Asia?

La tesis de Geremek afectaba sobre todo a Hungría:

«Es necesario pensar en Europa como un mundo abierto. Después de 1989 es necesario e importante coser de nuevo las dos Europas la del Oeste y la del Este. Y este zurcido se debe hacer en Europa Central, en el espacio situado entre Rusia y Alemania»... «Hay un conjunto de países europeos de dimensión media o pequeña que pueden tener intereses comunes que no deberían ser contradictorios con los de Alemania y Rusia».

La réplica del propio Dahrendorf, tal como se recoge en el libro *La democracia en Europa*, no pudo ser más contundente: «En mi mapa de Europa no hay sitio para Rusia... este país es, simplemente, demasiado grande, demasiado lejano, demasiado subdesarrollado y el recuerdo de su dominación demasiado reciente». Y añadía:

«La verdadera cuestión europea no está en sus límites, sino en el centro del continente, en Alemania... Creo que definir Europa como el territorio comprendido entre Brest y Brest-Litorsk es insuficiente, por-

que yo quiero incluir también a Gran Bretaña y a Irlanda. Al mismo tiempo, es el todo erróneo imaginar que Europa se extienda desde Wladivostok Vancouver».

François Furet recordaba a continuación que las revoluciones del Este europeo, —particularmente Hungría— habían estado obsesionadas, únicamente, por una pura negación del régimen precedente en la que el papel principal había sido representado por los propios partidos comunistas. «Las revoluciones del este europeo no han suscitado más que una modesta movilización civil».

«De las tres pasiones que están en juego con el fin del comunismo, la pasión nacional, la pasión de la libertad y la pasión del bienestar, la última no es la menos importante».

Y Geremek añadía:

«En Polonia, como en Checoslovaquia o en Hungría, la cuestión clave es, tal como señala Dahrendorf, la de la sociedad civil... Sobre todo está el peligro de que nuestras débiles democracias sean sustituidas por un poder autoritario».

Naturalmente que el temor al renacimiento en la Europa ex comunista de un nacionalismo étnico legitimador del autoritarismo era compartido por los tres intelectuales, el francés Furet, el alemán Dahrendorf y el polaco Geremek: el síndrome de la homogeneidad étnica es la amenaza más grave para la sociedad abierta. La Europa Centro-Oriental, —como llama Dahrendorf al bloque polaco, checo, eslovaco y húngaro— debe encontrar por sí misma el camino para salir de la anomia. Porque, en definitiva, son los cuatro países poscomunistas, que ya habían firmado un tratado de asociación con la CEE, los primeros que conviene sean recuperados para Europa.

«Creo, —concluyó Dahrendorf con realismo— que la admisión de algunas de las nuevas democracias es la mejor manera de profundizar la Comunidad»... «Tanto en Checoslovaquia, donde se tendía a subestimar el temor polaco ante el peligro de una hegemonía alemana, como en Hungría, que se abría ampliamente a Austria y a Alemania apelando a antiguos lazos históricos, aparecen hoy las inquietudes».

El caso húngaro, —en líneas generales— está anclado en lo que el sociólogo alemán de cultura anglosajona ha llamado inquietudes. Es allí donde conviene dejarlo hasta el día en que se perciba la deseable vitalidad de la sociedad civil y se establezca la vida europea sobre su territorio, —un espa-

cio neurálgico para la seguridad europea en la frontera oriental de la Alianza Atlántica.

Las inquietudes a las que Ralph Dahrendorf se había referido se han visto confirmadas en mayo-junio de 1994 con un vuelco electoral paralelo al polaco de dos años atrás. Es previsible un cambio en las elecciones internacionales de nuevo conducidas por los herederos, —ya convertidos en demócratas— de la última etapa del Partido Comunista húngaro de Kadar. La referencia habrá de hacerse sobre los supuestos señalados en un importante artículo de Mihaly Fülöp, director del Instituto Húngaro de Relaciones Internacionales (IHRI) que tituló, poco antes del proceso electoral, *La politique étrangère hongroise dans le contexte de l'Europe Centrale*.

«Es necesario tener en cuenta —escribe Fülöp— una evolución muy sensible sobre todo cuando se examina la fase final del Kadarismo y los años 1988-1990. No ha podido haber una coexistencia a la larga entre una política interior y una política exterior que se ignoran y toman vías totalmente divergentes».

Hungría fue la primera nación en el campo soviético que estableció relaciones diplomáticas con Corea del Sur y con Israel en 1988, y fue también adelantada en la demanda de adhesión al Consejo de Europa, en las relaciones con la Asamblea General de la Organización del Tratado del Atlántico Norte y en las conversaciones con el Parlamento Europeo. Todo ello con anterioridad al Gobierno de centro-derecha instalado en el poder entre mayo de 1990 y mayo de 1994. Las tres prioridades de éste prolongaban la política exterior que ya venía haciéndose: el restablecimiento de la soberanía nacional, la defensa de unos intereses nacionales independientes de los viejos bloques y la orientación de sus decisiones para el cuidado del vínculo Este-Oeste. Pero, en febrero de 1994, Hungría, al subscribir el documento de Asociación para la Paz en el marco del Consejo de Cooperación del Atlántico Norte (COCONA), había dado ya un paso decisivo para el refuerzo de su acción diplomática en dirección a la OTAN.

El énfasis del entonces primer ministro, ya fallecido, Antall, en la cuestión de las minorías húngaras, —más de dos millones de húngaros en Rumania, 600.000 en Eslovaquia, 400.000 en Serbia, 200.000 en Ucrania y docenas de miles en Croacia, Eslovenia y Austria —también forma parte de las inquietudes aludidas por Dohvendof. La creación de organizaciones sub-regionales, como la Comunidad de los Alpes Adriáticos, iba en la misma dirección. Hay en marcha una iniciativa centro-europea que podría abarcar a Austria, Italia, Chequia, Eslovaquia, la antigua Yugoslavia, Hungría,

Polonia además de Ucrania, Bulgaria y Rumania. Pero lo decisivo es que Hungría representa, por su posición geográfica y por su situación histórica, un campo abonado para la multiplicación de las relaciones bilaterales.

Aquí y ahora —al margen de las inquietudes anunciadas— Hungría sostiene excelentes relaciones con Austria, Eslovenia y Ucrania, buenas simplemente con Croacia y tensas con Rumania, Eslovaquia y Serbia, por citar sólo a las siete naciones fronterizas. Aquí y ahora, hay que plantearse el futuro de una pretendida neutralidad que tenía tres pilares últimamente decantadas hacia la integración en Occidente: el económico, el diplomático y el militar por mucho que en los tres se subrayara la autonomía húngara. El tríptico cooperación-disuasión-defensa en la política húngara de defensa todavía está marcado por la neutralidad, pero no hay que olvidar dónde tienen las tres fuerzas políticas fijados los límites del consenso interno. Porque lo nuevo ya no es para Hungría una nueva política exterior sino una novísima política interior sin resabios autoritarios o totalitarios.

El centro moderadamente nacionalista subraya la cuestión de las fronteras y pide una rápida adhesión a la OTAN. El liberalismo se orienta hacia soluciones menor bilaterales y subraya la urgencia de una solución de conjunto internacionalmente acordado. La izquierda pone por adelante la reforma económica y el ingreso en la Unión Europea de espaldas a lo que ocurra con la OTAN.

Los resultados electorales han reafirmado la posición de la izquierda, es decir, de Jyula Horn, el líder del Partido Socialista húngaro y han debilitado la postura de Peter Boross, el líder del Fórum Democrático, sin que la actitud liberal de Gabor Kuncze, el líder de la Alianza de los Demócratas Libres tenga suficiente representación para el refuerzo de una u otra opción. La conclusión más generalizada en las encuestas inmediatas a las elecciones —ningún partido logrará la mayoría absoluta— no se ha cumplido.

Lo que sí que resulta previsible es el acuerdo en política de defensa del futuro gobierno con la oposición en los siguientes puntos programáticos:

- La reducción del cuadro alto de las jerarquías militares como paso previo a una nueva reforma de las Fuerzas Armadas.
- La retención de los gastos de defensa hasta 1996 en los niveles actuales.
- La continuidad de un modelo mixto de Fuerzas Armadas con tendencia al alza de la cifra de voluntarios y al crecimiento de la burocracia civil en la Administración militar.

Los datos incluidos en el Documentos *The Crest of the Hungarian Republic. National Defence 93/94*, muestran: una estabilidad en el porcentaje de lo que llaman «concriptos» y «empleados públicos o civiles» por encima, respectivamente del 50% y del 25%; una efectiva reducción cuantitativa en todos los sectores de la jerarquía militar y de los disponibles en 1990 y un descenso en la proporción del PIB paralelo el de la mayoría de las naciones del entorno europeo, más acusado si se incluyen factores de capacidad adquisitiva, es decir, valores reales.

Estas tendencias, que pueden considerarse paralelas a las que se deducen del análisis comparativo con los datos del IISS de Londres, no revelan probabilidades de conflictividad en ninguna de las direcciones previsibles. Lo que se percibe en los contactos personales muy recientes, —reunión sobre Milicia y Cultura del lago Balatón del último mes de abril con participación española— es una cierta solidez corporativa y un retorno a la tradición nacional.

EL CASO DE LAS REPÚBLICAS CHECA Y ESLOVAQUIA

Tercera conferencia (Portugal)

LUIS MANUEL DE MEDEIROS FERREIRA
Capitao de Mar e Guerra.

Aspectos da segurança e defesa europeia face a problemática na Europa Central

Introdução

O FIM DO SISTEMA BIPOLAR

A seguir à «revolução de 1989» muitos foram os que julgaram ser possível uma nova ordem mundial sem conflitualidade face à adopção dum sistema multipolar baseado na democracia, na economia de mercado e na defesa dos direitos humanos.

Julgo paradigmática a referência a Francis Fukuyama com o «o Fim da História» que conseguiu, de início, uma grande adesão popular no mundo ocidental.

Mas cedo se verificou a necessidade duma intervenção militar para evitar potências hegemónicas no Golfo.

Assistimos atónitos ao desabrochar de nacionalismos após a queda do comunismo, e, com eles, ao «Renascimento da História».

Exemplo marante a desintegração da Jugoslávia a que a Europa assistiu sem dispor de soluções a não ser as conseguidas por deliberação da ONU.

A ESTABILIDADE E INSTABILIDADE NO CENTRO E LESTE EUROPEU

A inviolabilidade das fronteiras desenhadas no final da Segunda Guerra Mundial e a procura da sua manutenção através da Acta Final de Helsínquia em 1975, não fazia prever a possibilidade do surto das chamadas independências nacionais a seguir à dissolução da União Soviética.

Factor de grande significado poderá ter sido a reunificação alemã que, modificando por forma decisiva o mapa europeu, contribuiu para que as

pequenas nações do Centro e Leste procurassem igualmente exercer os seus direitos. Só que nestes casos não caminharam para comunidades mais alargadas, dado que pretenderam de início a separação das anteriores tutelas.

Os nacionalismos foram vistos pelo mundo ocidental como sendo «normais» considerando o colapso da ex-URSS. Do ponto de vista da Rússia originariam focos de instabilidade e conflitos que fomentariam separatismos com futuras incidências até mesmo no mundo ocidental.

Por isso, a região conhecida como Europa Central surge, nos nossos dias, como uma zona de pequenas nações entre a Alemanha e a Rússia.

E porque são também jovens Estados, terão de resolver uma elevada gama de problemas, de entre os quais são de salientar a instabilidade social, a crise económica, o problema das minorias e das migrações, originando como consequências imediatas a dificuldade de relacionamento bi e multilateral entre os respectivos Estados.

Por um lado, não têm sido profíguas as múltiplas tentativas de organização regional, e por outro, as dificuldades que têm vindo a ocorrer na sua inserção na Europa Ocidental, tornam difícil o preenchimento do vazio de poder existente na região.

Enquanto a Alemanha e a Rússia mantiverem estabilidade política interna e no âmbito das relações internacionais continuarem uma política de boa vizinhança, serão elevadas as possibilidades de estabilidade entre os países do centro e leste europeu.

Assumirá um papel de relevo, na área em apreço, a Alemanha reunificada inserida na União Europeia (UE), face às suas actuais fronteiras geográficas, procurando defender os interesses dos cidadãos alemães noutros países, assumindo-se como principal parceiro económico e através do Instituto Goethe procurando a difusão da língua alemã.

Ao invés, uma combinação duma quasi-economia de mercado, aliado a um regime não-democrático com base nos fundamentos nacionalistas da Rússia, constituem para os países do centro e leste europeu o cenário propício a uma nova Rússia imperial, que procurará reconstruir uma nova zona de influência.

Nas actuais circunstâncias a Europa Central goza duma nova situação geoestratégica favorável, porquanto está protegida em relação à Rússia pelos Estados Bálticos, Bielorrússia e Ucrânia.

Contudo, esse equilíbrio favorável alterar-se-ia logo que a Ucrânia perdesse a sua independência face à Rússia e uma vez mais os Estados do centro europeu tornar-se-iam numa «zona tampão» entre a Rússia e a Europa Ocidental.

Os riscos e as incertezas

Do que antecede, estamos perante uma região onde diversos condicionamentos se poderão conjugar para potenciarem riscos e incertezas, numa evolução social em que será preponderante o aprofundamento da democracia e da economia de mercado na Rússia.

Considerando que, até esta data, nem a NATO nem a UEO garantiram condições de segurança aos países da Europa Central, a desintegração da Checoslováquia, no caso vertente em estudo, pode constituir uma séria fonte de tensões.

Com efeito, a República Checa independente perdeu alguns dos seus laços ao «Grupo de Visegrado», abriu-se inequivocamente ao mundo ocidental e deixou a República Eslovaca à deriva.

Tal facto enfraqueceu a cooperação regional no centro europeu, abrandou os esforços para a integração no Ocidente e pode exacerbar tensões étnicas na região.

A visão geopolítica de Mackinder e os conflitos culturais actuais

Já em 1943, Mackinder considerou a Europa Central como zona chave na disputa do poder mundial e preconizou a criação dum equilíbrio de poderes no continente europeu para impedir a hegemonia da grande potência epirocática.

Tratando-se, na época, da contenção da Alemanha, este geopolítico propôs a existência de «diques de poder»:

A Leste o poder terrestre assente na potência do *Heartland*; e a Oeste o poder marítimo centrado na Bacia do Atlântico Norte.

Após as vicissitudes da conferência Yalta em fevereiro 1945, estrutura-se a Oeste o pacto do Atlântico em 1949, e a Leste conclui-se, com idêntica organização, o Pacto de Varsóvia em 1955.

Com esta bipolaridade de poderes conseguiu-se num período de paz na Europa durante cerca de 40 anos.

Com o final da guerra fria, as linhas de contenção entre o cristianismo Ocidental, o cristianismo Ortodoxo e o islamismo na Europa, libertam as suas fronteiras ideológicas iniciais, movendo-as para leste (ver Anexo A. p. 92).

De acordo com o artigo do professor Samuel P. Huntington intitulado *Choque de Civilizações* e publicado em 1993:

«As grandes divisões da humanidade e as fontes dominantes de conflito serão de natureza cultural ocorrendo entre grupos de diferentes civilizações».

Para o professor. Huntington existem oito civilizações: ocidental, japonesa, islâmica, hindu, ortodoxa, latino, americana e africana.

Sendo assim, as implicações para a Rússia, que fica ainda bem distante para Leste dessa linha imaginária, são potencialmente ainda mais preocupantes, dado que, constituindo a força defensiva dos seus estados vizinhos, se encontra na articulação de quatro dessas civilizações.

Neste âmbito a Rússia terá igualmente um papel chave a desempenhar não só, no centro e leste europeu, mas também na Ásia.

A especificidade da República Checa e Eslováquia

Breve bosquejo histórico

No intuito de se libertarem do domínio do Império Austro-Húngaro intelectuais como o Checo Masaryk e o eslovaco Stefanik, exilados no Ocidente, propuseram ainda durante a primeira Guerra Mundial, em 1915, aos Governos francês e inglês a criação duma República Checoslováquia.

As potências saídas vitoriosas da Primeira Guerra Mundial reconhecem, no verão de 1918, a Checoslováquia baseada na ideia dum povo «checoslováco» falando duas línguas eslavas que, sendo sensivelmente diferentes, são mutuamente compreensíveis.

Para além disso, no plano internacional a Checoslováquia surgia como um bastião contra o imperialismo alemão e a revolução bolchevik.

Todavia, checos e eslováquios têm religião, cultura e até história diferentes.

Com efeito, embora sob domínio austríaco até ao século xvi, os checos constituíram sempre um reino desde o século x enquanto que os eslováquios dependiam do reino da Hungria.

Em 1920, dois anos após o seu reconhecimento, o novo Estado checoslovaco, ignorando completamente as fronteiras étnicas, engloba minorias que constituem cerca de 40% da sua população.

Assim, os três milhões de alemães são superiores numericamente aos dois milhões de eslovacos e os húngaros residentes na Eslováquia e na Ruténia atingem os 750.000 habitantes dispostos ao longo da fronteira húngara.

Foi sob o pretexto do nacionalismo que Adolfo Hitler em 1938 exigiu a entrega à Alemanha da região dos Sudetes que, desde a Idade Média, deixara de ser povoada pelos eslavos e substituídos pelos alemães.

Foi na conferência de Munique, em setembro 1938, que os Sudetas foram de novo anexados pela Alemanha perante a permissão dos dirigentes franceses e ingleses que julgavam assim manter a paz abandonando os seus aliados checoslovacos.

Como é sabido, a 15 março 1939 dá-se a invasão da República Checa que se torna no protectorado alemão da «Boémia-Morávia». Aproveitando a circunstância a Eslováquia proclama a sua independência desembranchando-se do centralismo de Praga, muito embora tivesse de abandonar a favor da Hungria parte das suas fronteiras a Sul.

Foi necessário de novo aguardar o final da Segunda Guerra Mundial para que a Checoslováquia reconstituisse as suas fronteiras de antes da guerra, exceptuando a sua extremidade oriental, a Ruténia, que foi anexada à Ucrânia, permitindo assim à ex-URSS estender-se até á planície húngara.

Refeitas as fronteiras foi, apesar disso, necessário na Conferência de Potsdam em julho 45, decidir-se sobre a expulsão da quase totalidade dos Alemães —cerca de três milhões—. Embora igualmente se decidisse não expulsar os húngaros o certo é que, cerca de 100.000, foram repatriados entre 1945 e 1947. Todavia, os restantes 600.000 húngaros constituem a mais importante minoria não eslava na Eslováquia, dado que ainda representam cerca de 15% da população.

Na conferência de Yalta, em fevereiro 1945, não estava previsto que a Checoslováquia fizesse parte da zona de influência soviética, apesar da maioria do seu território ter sido libertado pelo exército vermelho. Contudo, os comunistas granjeando cada vez maior influência política a seguir ao veto da ex-URSS á adesão da Checoslováquia ao Plano Marshall, em 1947, acabam por tomar o poder em 1948.

A Checoslováquia torna-se uma «democracia popular» não tolerando nem o «separatismo eslováquio», nem o «nacionalismo burguês».

Apesar do espírito reformador da sociedade comunista ter aparecido com maior intensidade em Praga, será o eslovaco Alexandre Dubcek que, ao ser eleito primeiro secretário-geral do Partido Comunista checoslovaco quem irá propor, entre outras reformas, a formação da República Federal Checoslovaca.

Mas em 21 agosto 1968, a invasão da Checoslováquia por tropas do Pacto de Varsóvia, excepto as da Roménia, termina com as reformas da «Primavera de Praga» acabando por instaurar um «totalitarismo federalizado», como classificou Vaclav Havel, não satisfazendo nem checos nem eslováquios.

Em suma, a República Checoslovaca proclamada em 1918, foi desmembrada em 1938, reapareceu em 1945, para ser oficialmente dissolvida em 31 dezembro 92 dando origem, a partir de 1 janeiro 93 a duas Repúblicas independentes —a República Checa e a Eslovaquia.

Esta evolução foi na sua génese quase sempre corolário das divergências entre os povos checos e eslovaco. Todavia também há que atribuir à comunidade internacional algumas indecisões sempre no intuito de tentar controlar as tentativas hegemónicas das potências na área —A Alemanha e a ex-URSS.

Os vectores económico e social

A seguir à sua independência em 1918, a Checoslováquia foi compelida a participar nas concorrências materiais e culturais dos Estados de então.

Com considerável esforço nacional vence essa crise de adaptação, reforça o poder das suas finanças, conseguindo grande prosperidade entre 1924 e 1929. São os anos do fortalecimento da democracia e da livre iniciativa.

Exportam-se para todo o mundo os produtos da indústria checa, nomeadamente os metalúrgicos das fábricas skoda, o armamento de Brno e o calçado das fábricas Bata.

A Eslováquia permanece predominantemente agrícola e pastoril, exercendo o clero um forte domínio sobre os camponeses.

Na capital, Praga, crescem os bairros modernos inspirados no cubismo, desenvolve-se a vida artística nas áreas da música e da pintura, com forte

influência das escolas de Paris e os cientistas checos participam na vida científica mundial.

Com a crise económica dos anos 30 e uma estreita visão política do governo de Praga, não acautelando os interesses da Eslováquia, estão criadas as condições para um separatismo radical que levará à proclamação dum Estado eslovaco independente (março 1939).

Após o final da Segunda Guerra Mundial, pela Constituição de 9 de junho de 1948, a Checoslováquia transforma-se numa democracia popular e a política da Frente Nacional implica a nacionalização da banca, dos seguros, das companhias carboníferas, das grandes emprêsas industriais, assim como a reforma agrária de todas as áreas superiores a 50 hectáreas, implicando assim uma grande transformação das estruturas económicas e sociais.

Essa socialização foi facilitada pelos seguintes factores:

- A ocupação alemã haver deixado intacta parte das forças vivas do país.
- As ruínas materiais da Segunda Guerra Mundial terem sido limitadas.
- A reduzida resistência à planificação centralizada devido à aceitabilidade de sacrifícios por parte do povo checo.
- O reconhecimento das qualidades do povo eslavo do leste, ao qual não se opunha nenhum problema importante.

Mas a Checoslováquia será transformada numa sociedade totalitária do tipo estalinista tendo sido utilizados os modelos e os processos estalinistas dos anos 30 e 40 na eliminação das forças «contrarrevolucionárias».

A partir de 1957, a Checoslováquia especializa-se na produção de maquinaria pesada e na indústria de armamento para exportação aos seus parceiros do bloco comunista.

Os desafios económicos dos anos 60 encorajam os apelos favoráveis a uma mudança política, tendo sido eleito em janeiro 1968, o chefe do partido eslovaco Alexandre Dubcek, a primeiro secretário do Comité Central do Partido Comunista checoslovaco.

Dubcek esforça-se por introduzir um «socialismo de rosto humano» baseado numa maior abertura democrática no seio do partido, uma nova constituição, a democratização da vida económica e uma delegação de poderes aos governos federados checo e eslovaco.

A «Primavera de Praga» só foi possível com a convivência dos reformadores que rodeiam Khrushchev.

Como resultado negativo da «Primavera de Praga» há a referir o estacionamento das tropas soviéticas no território checoslovaco. Todavia foi conseguida a confirmação duma estrutura federal assegurando a igualdade entre a nação checa e eslovaca.

Institucionaliza-se um Conselho Nacional Checo com 200 membros, um conselho Nacional eslovaco com 150 e procede-se a uma repartição equitativa de lugares na Assembleia Federal.

A planificação centralizada dos anos 70 implicando a especialização na indústria pesada, constrange a inovação e a especialização em novas indústrias, o que implica a perda de 1% do seu mercado para o Ocidente.

Esse período será marcado por uma oposição intelectual e cultural, cujo porta-voz foi o dramaturgo Vaclav Havel igualmente membro fundador da «Carta 77», associação de elementos preocupados com os aspectos éticos da vida política e social e as violações dos direitos humanos na Checoslováquia.

A «Carta 77» torna-se numa fonte de esperança, encoraja a formação de grupos de oposição, incluiu alguns dos reformadores de 1968 e constituiu respostas à Acta Final de Helsinquia de 1975.

Nos anos 80, animados pelo sucesso do sindicato solidariedade na Polónia e pela política de abertura na ex-URSS, sob a direcção de Gorbachev, as autoridades checoslovacas tomam medidas para apaziguar o descontentamento da população, designadamente uma maior transparência dos assuntos de matéria económica, chegando a ser dado conhecimento de que a indústria do país estava a perder rentabilidade económica.

Em novembro e dezembro 89 as manifestações de Praga e a abertura política conferida à oposição catapultam o dissidente Vaclav Havel para chefe do Estado, por unanimidade, na Assembleia Federal. Essa mesma Assembleia que, semanas antes, não hesitaria em mantê-lo privado de liberdade e de direitos cívicos.

O surpreendente e rápido colapso da queda do poder comunista na Checoslováquia revelou a impossibilidade do modelo estalinista em manter a Europa de Leste como um «cordão sanitário» em relação à ex-URSS.

Não poderá igualmente deixar de ser referido o apoio concedido pela embaixada dos EUA aos grupos de dissidentes nos meados dos anos 80, assim como o apoio de outros governos de países da NATO e o encontro entre dissidentes de Praga e o presidente François Mitterrand em 1988.

A rebaptizada República Federal Checoslovaca face a uma estabilidade macro-económica interna assim como a uma dívida externa pouco elevada (cerca de oito mil milhões de dólares), não teve necessidade de conhecer a adaptação institucional e económica progressiva por que tiveram de passar a Hungria e a Polónia.

Com efeito, em setembro 90, a Assembleia Federal aprova uma reforma económica com medidas baseadas nos regulamentos Comunitários Europeus, na perspectiva da sua futura adesão à UE.

A partir de fevereiro 91 todas as empresas inscritas no Registo Comercial adquirem o direito de exercerem actividades comerciais no exterior.

Face ao apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) iniciou-se em DEZ 92 a privatização de cerca de 1.400 empresas e nesse dinal do ano a inflacção, em cerca de 11%, é a mais baixa na Europa Central.

A passagem duma economia planificada para uma economia de mercado torna-se mais difícil na Eslováquia do que na República Checa, que partidária dum liberalismo radical grangeia de cerca de 85% do investimento estrangeiro, mantendo-se o desemprego em cerca de 4%.

Para a Eslovaquia com menor investimento externo e uma taxa de desemprego de 14% com tendência a aumentar atendendo à necessidade de reciclagem das indústrias de armamento, julgam que se torna necessária uma economia com maior intervenção do Estado.

Talvez por isso, o parlamento Eslovaco aprovou uma declaração de soberania em julho 92, que merece sancionamento na Assembleia Federal, em 25 novembro 92, autorizando a formação de dois estados independentes a partir de 1 janeiro 93, a República Checa e a República Eslovaca.

Factores de instabilidade actuais.

As políticas interna e externa

Geográficamente as Repúblicas Checa e Eslovaca são limitadas a Oeste pelo maciço da Boémia e a sudeste pela planície da Morávia. A Leste erguem-se os Cárpatos da Eslováquia.

As regiões montanhosas cobertas por florestas constituem suporte para uma importante indústria de madeiras. Existem importantes recursos minerais na Boémia tais como carvão, lenhite, grafite e urânio, assim como minérios não-ferrosos na Eslováquia, que como já foi dito, é uma república predominantemente agrícola.

A população constituída por cerca de 15 milhões de habitantes é composta por cerca de 62% de checos, 32% de eslovacos, 4% de húngaros e os restantes 2% são constituídos por minorias de origem alemã, polaca, ucraniana e russa.

Do ponto de vista religioso a população é predominantemente católica.

Dispondo duma taxa de crescimento de cerca de 0,2% entre 1985 e 90, cerca de 23% da população tem menos de 15 anos enquanto que cerca de 11% tem mais de 65 anos.

Ao ensino básico com uma duração de 8 anos e ao ensino secundário com uma duração de quatro anos têm acesso cerca de 89% da população.

O Ensino Superior é frequentado por cerca de 200.000 alunos.

Praticamente não existe analfabetismo.

Decorrentes das necessárias reformas económicas irão ser afectados com o desemprego cerca de 600.000 indivíduos maioritariamente eslovacos.

A necessária melhoria dos produtos industriais, para poderem competir nos mercados internacionais numa fase inicial irá afectar a produtividade e a moral dos trabalhadores, provocará o desinteresse nalguns empresários e noutros tentativas de falências fraudulentas para adquirirem as empresas a um valor mais baixo no processo de privatizações em curso.

As privatizações, implicando uma abertura ao capital estrangeiro, poderão originar efeitos perversos na reciclagem de algumas das indústrias que possam vir a ser potencialmente concorrentes com as suas congéneres ocidentais.

O processo de integração no mundo ocidental, não poderá esquecer a sua anterior inserção no COMECON que absorvia cerca de 30% das suas exportações, e que no período de um ano foi reduzida sensivelmente para metade e também que os recursos energéticos recebidos do Leste foram igualmente reduzidos para 50%.

A República Eslovaca sem recursos energéticos próprios para solucionar esta situação necessita de funcionamento da barragem Gabčíkova para substituir a energia nuclear.

O conceito de equalitarismo social proveniente do regime anterior implicará algumas dificuldades na adesão à livre iniciativa, tornando-se necessária uma mudança de mentalidades para que, tendo conseguido a liberdade, o saibam como a utilizar.

O número de milionários estimado em cerca de 50.000 em 1990 duplicou no período de um ano enquanto cerca de 45% da população reclamava que o seu nível de vida havia diminuído.

Apenas 25% da população manifestou contentamento com a situação política interna e cerca de 17% manifestou determinação em emigrar, o que representa uma percentagem superior à manifestada pelos polacos e húngaros.

Por isso, em junho 92, para as eleições parlamentares, os partidos comunistas e de esquerda basearam as suas campanhas nas promessas de pleno emprego e abundância para todos.

Com o abrandamento das funções policiais, duplicam os crimes e quintuplicam os roubos. Dos crimes praticados nas ruas cerca de 80% são cometidos por elementos da raça cigana (estimados em cerca 800.000), originando um inesperado fenómeno de intolerância.

A pulverização dos partidos políticos constituiu uma oportunidade para a formação de grupos extremistas organizados.

Outro factor de instabilidade no plano interno é a questão das minorias na Eslováquia constituídas por húngaros, ciganos, ruténidos ou ucranianos, que poderá vir a causar atrasos à integração internacional de Bratislava.

Existem também reivindicações autonómicas na Morávia, e as relações entre Praga e a vizinha Alemanha podem deteriorar-se no caso de persistirem as exigências de indemnizações feitas pelos alemães expulsos dos Sudetas no final da Segunda Guerra Mundial.

Sobre a linha de 220 quilómetros que separa a República Checa da Eslováquia (estável há cerca de sete séculos), face à assinatura de acordos estabelecendo uma União Aduaneira entre os dois Estados, foram colocados controlos fronteiriços apenas para mercadorias, sendo permitida a livre circulação de capitais e bens.

Conscientes de que reside na abertuda ao exterior grande parte do êxito do novo tipo de sociedade que pretendem construir, a diplomacia checo-eslovaca multiplicou-se em acordos bi e multilaterais com os Estados vizinhos dos quais, os mais significativos, se transcrevem no Anexo B, p. 93.

Os acordos concluídos inicialmente com a CE pelas autoridades federais checoeslovacas, terão de ser renegociados pelos Governos de Praga e Bratislava com a finalidade de dividir entre os dois Estados sucessores as cotas e as outras concessões comerciais anteriormente acordadas com a CE.

A negociação dos novos acordos têm sido mais difíceis com a Eslováquia, atendendo aos chamados sectores sensíveis tais como a agricultura, a siderurgia e os textéis, posto que são objecto de restrições quantitativas na UE e representam um elevado peso na economia da Eslováquia.

O preâmbulo dos «acordos europeus» limita-se a evocar a adesão destes países como «um fim último» sem precisar nem os termos nem as datas.

Os Governos polaco, húngaro e checoeslováco propuseram que as negociações de adesão sejam iniciadas a partir de 1996.

Num relatório tornado público em 3 maio 93, a comissão europeia preconiza uma série de medidas para facilitar a adesão dos países da Europa Central à UE.

Mas as dificuldades inerentes às independências recentes, a longa espera para a sua entrada na Europa e a necessidade de satisfazerem critérios económicos e políticos difíceis de atingir, tem originado algumas frustrações nos povos destes Estados.

As Forças Armadas e a Defesa

As tropas soviéticas abandonaram a Checoeslováquia em junho 91, tendo disposto dum total de 200.000 homens em armas até 1988, neste teatro de operações.

O material e o pessoal da extinta República Federal Checoeslovaca foi dividido numa porporção de 2:1 a favor da República Checa, embora com algumas excepções, dado que está acordado uma forma de cooperação defensiva entre os dois Estados.

Apesar disso, não foi efectuada qualquer revisão aos tetos impostos nos acordos CFE e CFE1 (A).

A República Checa dispõe dum as Forças Armadas com cerca de 100.000 homens estando prevista a sua redução para 65.000 em 1996.

Dispõe ainda de cerca de 8.000 Guardas de Fronteira dependentes do Ministério do Interior e cerca de 7.000 elementos na Defesa Civil.

Os cidadãos estão sujeitos a um Serviço Militar obrigatório com a duração de 1 ano.

E por isso possível que, para além dos 110.000 elementos que compõem actualmente o exército, existam cerca de 250.000 reservistas.

A estrutura actual do exército baseada na divisão/regimento encontra-se em modificação para uma estrutura mais leve e móvel com base na brigada/batalhão. Pretendem numa primeira fase o estabelecimento duma brigada de reacção rápida constituída por 3 Batalhões mecanizados de Infantaria, evoluindo até ao final de 1995 para 7 Brigadas de Infantaria mecanizadas, 2 Brigadas de Artilharia, 1 Regimento de Defesa Aérea e outras Unidades de apoio.

A Força Aérea dispõe de 35.000 elementos que incluem 15.000 elementos da defesa aérea e conta ainda com 50.000 reservistas.

Está estruturada em 2 Divisões de Defesa Aérea constituídas por 2 Regimentos de caça, 3 Regimentos de caça/bombardeiros, 1 Regimento independente, e 1 Regimento de reconhecimento.

Todo o material de que dispõe quer o exército quer a Força Aérea é de origem soviética, exceptuando os carros de combate DANA da Brigada de Artilharia que são construídos localmente.

Com as tentativas de transformação em curso nas indústrias de defesa e, face às dificuldades actuais porque passa o complexo militar industrial da ex-União Soviética, a manutenção e operacionalidade de todo o material das Forças Armadas têm obviamente diminuído.

E portanto pertinente inquirir qual o novo complexo militar industrial que irá apoiar os países do centro e leste europeu quando integrados noutra sistema de defesa colectiva.

Quais as ameaças que podem implicar que as Repúblicas Checa e Eslováquia sintam necessidade de se defender?

Enquanto que a fronteira oeste da República Checa é apenas com a Alemanha unificada, a fronteira leste da Eslováquia confronta com uma Ucra-

nia independente que deverá em 1995 dispor dumas Forças Armadas com cerca de 300.000 elementos e poderá ainda possuir armamento nuclear.

Por forma idêntica prevê-se que, em 1994, a Alemanha mantenha forças nas proximidades da fronteira checa numa proporção de 4 para 1.

Todavia, do ponto de vista de segurança como já foi anteriormente referido, existe ainda a questão dos subcárpatos que fizeram parte da Checoslováquia em 1919 e que foram incorporados na Ucrânia em 1945.

Para uma análise mais detalhada do pessoal e do equipamento actualmente utilizado pelas Forças Armadas checoslovacas e os tetos para que deverão baixar face aos acordos CFE, insere-se o Anexo C, p, 93.

A segurança e defesa no centro europeu, e a possível articulação entre as diferentes organizações internacionais

A cooperação regional entre o «Grupo de Visegrado» constituído pela Polónia República Checa, Eslováquia e Húngria procura conseguir os meios de natureza política, económica e militar que lhes permita a sua integração na UE.

Mas os constrangimentos de natureza económica, nos países da UE, originaram cortes nos orçamentos de defesa implicando a redução das suas forças militares ao mesmo tempo que aumenta a instabilidade e falta de segurança no centro e leste europeu e permitem o aumento do peso relativo das Forças Armadas Alemãs que reestruturam uma força militar independente.

A NATO surge assim como uma amarra crítica exógena aos assuntos do centro e leste europeu?

Para os países membros do «Grupo de Visegrado», os países da UE não podem confiar apenas na ONU, na CSCE ou na UEO porquanto, pese embora sintam que estas instituições sejam necessárias e úteis, por si só não vêm nelas as garantias de segurança suficientes.

Dizem-no com experiência própria. Isto porque todos os países do «Grupo Visegrado» participaram no mandato das Nações Unidas para a coligação do Golfo, manifestaram a sua prontidão para contribuir militarmente nos contingentes da ONU em operações de paz na Jugoslávia, tendo por via disso concluído que a ONU é demasiado pesada para ser uma garantia efectiva nos assuntos de Segurança Europeia.

Não esquecendo que Varsóvia é a sede de secretariado da CSCE para as eleições livres e que Praga é a sede do secretariado da CSCE, esta organização tendo sido utilizada para tratar de diversos assuntos referentes aos direitos das minorias, em especial dos polacos residentes na Lituânia.

Apesar disso continuam esses estados a acreditar que a CSCE enferma das mesmas dificuldades que a ONU.

Sobre a UEO pensam os membros do «Grupo de Visegrado» que, por serem apenas 9 os seus membros e sendo conseqüentemente uma organização menos pesada que a ONU ou a CSCE, deveria ser um instrumento de segurança potencialmente mais eficaz.

No período entre fevereiro 91 e maio 92, «os membros dos governos do Grupo de Visegrado» levaram a efeito cerca de doze encontros de ministros da Defesa, ministros de Negócios Estrangeiros, Ministros das Finanças e Chefias Militares.

Desta considerável actividade diplomática ressalta a certeza de que pretendem a sua integração na UE e na NATO, face ao convite que lhes foi formulado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Alemão e pelo secretário de estado J. Baker em 20 outubro 91.

Para além das capacidades e meios da NATO constituírem razões para uma garantia de segurança efectiva no centro europeu, fica a dever-se à reunião da NATO de Londres em julho de 90 o convite aos 6 membros do Pacto de Varsóvia (Hungria, Bulgária, Checoslováquia, Polónia, Roménia e ex-URSS) para fazerem parte do North Atlantic Cooperation Council (NACC) como a mais alta autoridade dentro da NATO, estabelecendo as ligações diplomáticas partilhando ideias e deliberações e intensificando contactos militares.

A integração da Alemanha unificada na NATO em 3 outubro 90, apesar da recusa inicial de Gorbachev em aceitá-la, acabou por demonstrar a reduzida influência do presidente russo nessa matéria.

Esse facto originou que os países do leste europeu adoptassem a ideia de que não pretendiam manter-se neutrais nem integrados em nenhum bloco, enfrentando assim o desafio do balanceamento das suas relações entre os países do Leste e do Ocidente.

Para o preenchimento desse vazio estratégico nos anos 90 a 92, procuraram através de acordos multi e bilaterais construir uma rede que lhes per-

mitisse resolver os problemas da sua segurança, (ver no anexo B, p. 93 os acordos assinados pela Checoslováquia).

Depressa tomam consciência de que a sua neutralidade numa «zona tampão», originaria um abrandamento no processo da sua entrada na NATO ou na UE.

Mas as posições da NATO de abertura aos países do leste europeu irá merecer algumas críticas por parte da Rússia e, após recuo da Aliança, evoluirá sómente para a «Parceria para a Paz» englobando exercícios militares conjuntos e operações de Paz.

Por razões de ordem política e económica os EUA pretendem diminuir a sua responsabilidade de intervenção militar no estrangeiro ocorrendo esta, sómente, quando estiverem em causa os seus interesses vitais.

Daí que passarão a exigir um maior empenhamento dos europeus nos assuntos de natureza militar o que só poderá ocorrer no âmbito da UEO.

A Europa vê assim alargada as suas responsabilidades no âmbito da Defesa e Segurança, razão porque, em maio 94 no Luxemburgo, os Estados membros da UEO propuseram ao «Grupo de Visegrado», os Estados Bálticos, à Bulgária e á Roménia um acordo que permitirá a estes países a sua participação em manobras militares e operações de manutenção de paz, sem contudo ficar obrigada a dar uma garantia de segurança a estes novos parceiros.

Os EUA continuam a considerar que, conjuntamente com a UE, constituem uma unidade geopolítica e geoestratégica, mas dão neste momento maior preponderância à estratégia económica para a resolução dos problemas que afligem a segurança, sobretudo no centro e leste europeu.

Com a adesão à UE da Austria, Noruega, Suécia e Finlândia, a Europa dos 16 terá pela primeira vez fronteiras com a Rússia.

Não será portanto surpreendente que a UEO procure a cooperação militar com os países do centro e leste europeu sendo de salientar que, tal facto, não originou quaisquer reacções de Moscovo.

Por último, e não menos importante há que referir que será através de Aliança Atlântica que a Europa disporá da componente nuclear para contrabalançar o poder do espólio nuclear da ex-URSS, o que poderá ainda implicar que a Alemanha não sinta necessidade de aderir ao club das potências nucleares.

A guisa de conclusão

1. De tudo o que foi dito julgo possível tentar concluir que, desde o início da década de 90, os acontecimentos nos países do centro e leste europeu atingiram proporções inimagináveis nos últimos 40 anos, designadamente no que concerne:
 - a) A saída dos exércitos de ocupação estrangeiros.
 - b) A reconquista da soberania dos países que passaram a ser respeitados e ouvidos no concerto das nações.
 - c) As radicais transformações na economia e no início duma difícil, mas aliciente, caminhada para sociedades livres.
2. Todavia, conforme referiu Havel em 1991: —«Tudo tem sido infinitamente mais complexo do que foi inicialmente previsto».

Julgo poder explicitar que pretenderia perspectivar:

- a) A ciclópica tarefa da revisão completa do quadro legal de suporte à novas realidades políticas.
 - b) A forma como alguns dos dirigentes comunistas, depois de perderem o poder político, em muitas circunstâncias aumentariam o seu poder económico.
 - c) A combinação de confusão, incompetência e malevolência que originaria que militantes e quadros dos ex-partidos comunistas se refugiassem sob o controle das novas realidades do Estado.
 - d) A pulverização de cerca de 60% do eleitorado por vários partidos a maioria dos quais não conseguiria atingir os 5% necessários para a eleição dum deputado.
3. O referido no número anterior contribuiu, de forma quiça significativa, para a independência a partir de 1 janeiro 93, das Repúblicas Checa e Eslovaca. Também contribuiu possivelmente para a vantagem nas sondagens na República Checa do Bloco de Esquerda, nascido do ex-partido comunista, após a troca do seu anterior simbolo por um cacho de cerejas; e para a vitória, nas eleições antecipadas no Outono de 93, do Partido da Esquerda Democrática (ex-PC) na República Eslovaca.
 4. Face à rapidez das transformações, à inerente instabilidade governativa, à perda de regalias sociais e emergente descontentamento, os povos do centro e leste europeu procuram conseguir a estabilidade política e valorizar a sua componente de segurança.

- a) Na procura da sua estabilidade política pretendem a sua adesão à UE embora conscientes de que, o alargamento da comunidade provocará graves dificuldades politico-institucionais considerando a diversidade económica e o sistema heterogéneo constituído pelos vários estados.

São igualmente conhecedores de que, em conformidade com o Conselho Europeu realizado em Lisboa em junho 92, serão aferidos pelos padrões duma identidade europeia, que possuem, mas necessitam ainda de construir um Estado de Direito democrático e dispor duma economia de mercado eficaz e competitiva.

A transformação pós-comunista que lhes é exigida constitui uma verdadeira revolução social cujos efeitos se farão sentir ao longo de muitos anos.

Tais dificuldades serão acrescidas se atendermos aos problemas das minorias húngaras, alemãs, polacas e ucranianas cujos direitos deverão ser contemplados pela legislação das Repúblicas Checa e Eslovaca onde residem, afim de não constituírem problemas adicionais à inserção destes Estados na comunidade internacional.

Já constitui crítica dificuldade resolver a contradição entre os nacionalismos recentemente conquistados e o desejo manifestado de se integrarem na Europa Ocidental.

- b) No que concerne à valorização da sua componente de segurança, a actual divisão entre a República Checa e Eslováquia encorajando a competição afecta necessariamente a cooperação.

As dificuldades sentidas pela Eslováquia poderão implicar a sua não participação plena no «Grupo de Visegrado», e ao estabelecimento de relações preferenciais com a Ucrânia e, por via disso, originar o afastamento de ambos da orbita do mundo ocidental.

Torna-se necessário que a UE providencie as fontes de investimento, os novos mercados e coordene as acções necessárias para facilitar a cooperação entre o «Grupo de Visegrado» por forma a conseguir a sua plena aderência à Europa.

No âmbito político-militar o «Grupo de Visegrado» tem vindo a conceder particular significado à ligação CSCE-NACC por englobarem os EUA e o inerente vínculo transatlântico, que conferem uma maior segurança ao centro e leste europeu.

Todavia a Aliança, para se envolver nos problemas da Europa Central, necessita duma justificação política para não embater contra legítimas preocupações de segurança da Rússia e prejudicar assim o processo de democratização em curso.

Surge por isso algum campo de acção à UEO.

5. A abertura da NATO aos países do centro e leste europeu materializada na «Parceria para a Paz», levantou objecções à Rússia na reunião do NACC em Istambul em 10 junho 94.

Não foi assinado o comunicado final, porquanto a Rússia não pretendia ver aí contemplado que a participação na «Parceria para a Paz» constituísse um primeiro passo para a adesão de pleno direito à NATO por parte dos países participantes.

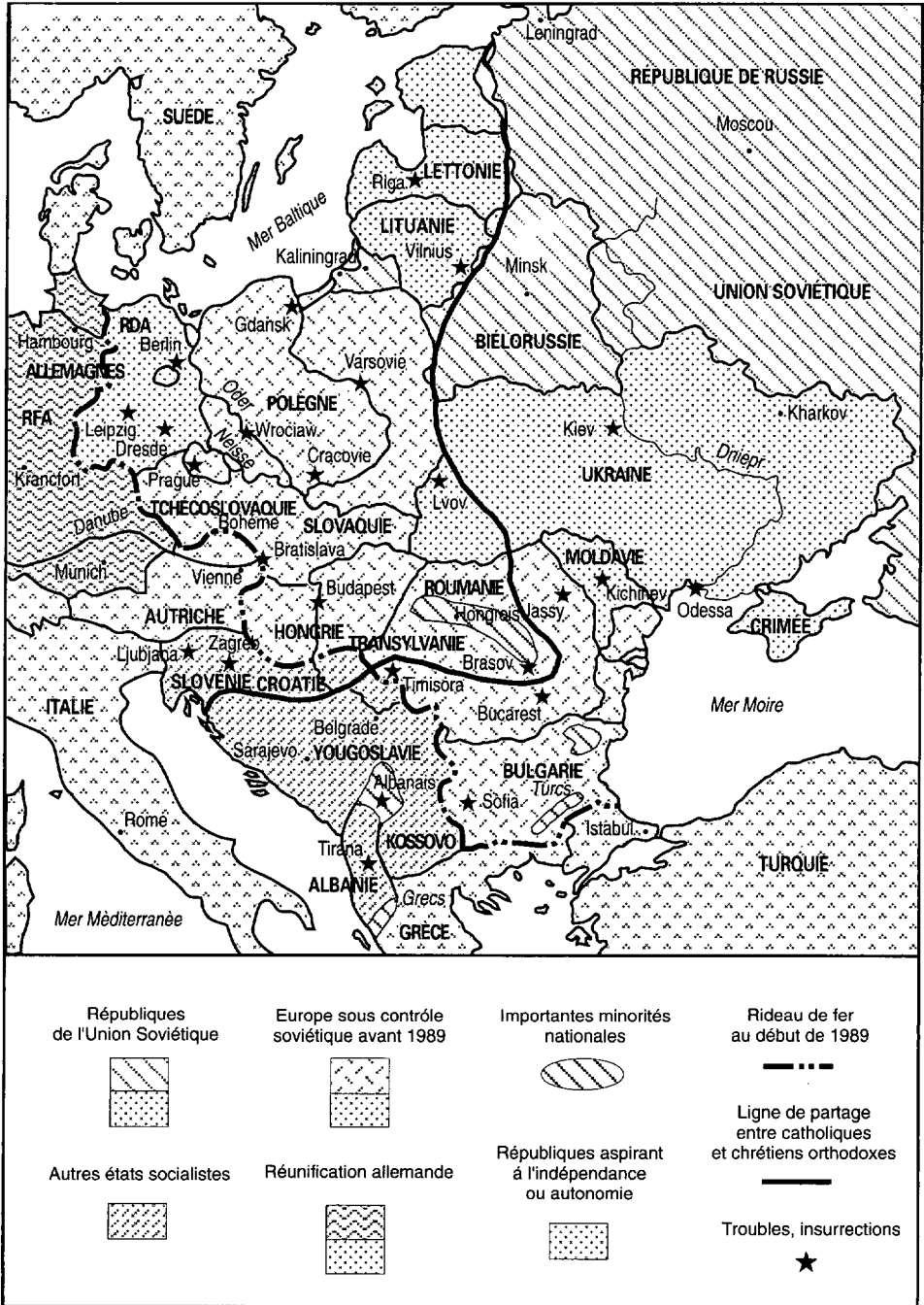
O ministro dos Negócios Estrangeiro Russo insistiu ainda nessa reunião numa revisão do Tratado CFE.

6. De momento, a Europa Central reestrutura a sua segurança quer no âmbito das forças militares, quer no âmbito das doutrinas, necessitando para tanto do apoio das organizações da Europa Ocidental e dos EUA para a resolução dos múltiplos problemas de ordem interna e externa com que se defronta.

A Rússia não pretende ver a NATO junto das suas fronteiras procurando que o seu dispositivo defensivo esteja o mais próximo possível da Europa Central.

Pretendendo a Europa Ocidental que a abertura e cooperação sejam comuns a todos os Estados europeus, não faz sentido uma estrutura de defesa unificada no centro da Europa.

Estamos portanto perante uma situação que não oferece soluções fáceis e que por isso terá tendência a manter-se.



ANEXO A.- Europe Centrale et Orientale (1989-1990).

ANEXO B.— Acordos de cooperação assinados, ou em curso, pela Checoslováquia entre agosto 1990 e julho 1992.

1. Bilaterais

Ex-URSS: Declaração de cooperação em matérias económicas políticas e culturais (março, 1991) e de segurança (outubro, 1991).
 RÚSSIA: Cooperação e amizade (janho, 1992).
 HUNGRIA: Cooperação segurança e defesa (janho, 1991).
 BULGÁRIA: Amizade e cooperação (abril, 1992).
 ROMÉLIA: Cooperação, comércio e amizade (junho, 1992).
 AUSTRIA: Cooperação na área da energia nuclear e troca de informação em caso de acidente com reactores (maio, 1991) e cooperação militar (abril, 1992).
 FRANÇA: Cooperação e amizade (outubro, 1991); cooperação militar (abril, 1992).
 ALEMAHA: Amizade, comércio e cooperação (outubro, 1991) e Tratado de base (fevereiro, 1992).

2. Multilaterais

CSCE: Signatária da Carta de Paris (novembro, 1990).
 POLÓNIA E HUNGRIA: Cooperação regional e apoio mútuo nas relações com a Europa Ocidental e ex-URSS (fevereiro, 1991).
 NATO: Estabelecimento duma missão de ligação (agosto, 1990).
 Ex-HEXAGONAL/INICIATIVA DO CENTRO EUROPEU: Os seus membros decidem incrementar cooperação económica e melhorar relações com a CE (agosto, 1990).
 CE: Acordos de comércio e cooperação (fevereiro 1991).
 CONSELHO EUROPA: Membro desde (fevereiro, 1991).
 UEO: Assembleia da UEO preconiza sua entrada como membro (junho, 1992).

ANEXO C.— Acordo Forças Convencionais na Europa (CFE). (Elementos disponíveis após as declarações de 1 janeiro, 1993).

	República Checa		Eslováquia		TOTALS	
	Existências	Limites	Existências	Limites	Existências	Limites
Pessoal (activo)	110.010	93.333	55.005	46.667	165.015	140.000
Carros de combate (peso > 16,5 ton, calibre > 75 mm)	1.703	957	851	478	2.554	1.435
Veículos blindados (transporte > 4 elementos, calibre > 12,5 mm/missil)	2.462	1.367	1.231	683	3.693	2.050
Peças de artilharia (calibre > 100 mm)	1.612	767	806	383	2.418	1.150
Aviões combate	231	230	116	115	347	345
Helicópteros	37	50	18	25	55	75

— Em 1 julho 1993 as duas repúblicas assinaram e ratificaram o tratado *open skies*.

— Em 1 julho 1993 46/36L da duas repúblicas enviaram á ONU informação sobre o armamento convencional disponível (Resolução 4C/36L da Ass. Geral ONU de Dez 1991).

Bibliografía

- *Adelphi Papers 284*, January 94. Strategic Studies and the New Europe; prof. Caurrence Freedman. Pp. 15 a 27. Democratisation and Norm Creation in Europe; Dr. MARIANNE HAUSON. Pp. 29 a 50.
- *Adelphi Papers 285*, february 94. «Stability and Instability in Eastern Europe»; prof. PETER FRANK. Pp. 3 a 14.
- *Assemblée de l'Atlantique Nord*, Commission Economique. La reforme economique em Pologne et au Tchecoslovaquie. Pp. 22 a 27
- *Conflict Studies 263*, Security and Co-operation in Europe; J. B. WRIGHT. Pp. 3 a 23.
- *Dictionnaire de Geopolitique*, YVES LACOSTE. Pp. 1464 a 1467.
- *Foreign Affairs*, march/april 94. «A Call for Sacrifice»; VACLAV HAVEL. Pp. 2 a 7
- *Institute for National Strategic Studies (INSS)*, Czechoslovakia's «Velvet Divorce», Visegrad Cohesion, and European Fault Lines; JEFFREY SIMON. Pp. 2 a 26.
- *NATO*: «The Challenge of Change 1993»; JEFFREY SIMON. Pp. 3 a 55
- *Orbis*, vol 37 nº 1 Winter 1993. «Europe's Past, Europe's Future by Gregory F. Treverton». Pp. 1 a 68.
- *Orbis*, vol 38 nº 1 Winter 94. P. 3 a 14. WILLIAM D. JACKSON. «Imperial Temptations: Ethnicity Abroad». Pp. 1 a 17.
- *Os Eslavos - Povos e Nações*, ROGER PORTAL. Pp. 449 a 512.
- *Problems of Communism may-jun 92*, «The Bumpy Road of Czechoslovakia's Velvet Revolution»; OTTO UËC. Pp. 19 a 33.
- *Ramses*, Crises et Politique Internationale. «L'Europe Central et Oriental». Pp. 80 a 88.
- *Ramses*, Geopolitique de l'Europe. «Un monde sans amarres». Pp. 52 a 63.

EL CASO DE LAS REPÚBLICAS CHECA Y ESLOVAQUIA

Cuarta conferencia (España)

FERMÍN MOSCOSO DEL PRADO CALVÍN
Capitán de fragata.

Dentro del esquema trazado por el general, del que soy antiguo alumno, si hablamos de la existencia de una Europa Central, forzoso es reconocer que no hay nación que en mayor medida reúna estas características que la actual República Checa que personalmente me gustaría que recuperase el tradicional nombre de Bohemia, no sólo por razones históricas sino como ruptura del actual proceso de retorno a la tribu tan presente en esta parte de Europa.

Preciso es añadir que la consideración de la República Checa como el centro de Europa no es sólo por obvias razones geográficas, sino porque su posesión siempre se ha considerado pieza esencial en los esquemas de dominio de la Europa Central.

Eslovaquia a su vez, que geográficamente participa en gran medida de esa centralidad, tiene un carácter más marginal, pero complementario de la República Checa.

Los efectos y consecuencias de su reciente separación y posibilidades de incluirlos en un futuro sistema de seguridad europea serán el objeto de esta intervención.

El factor físico

El espacio considerado consta de tres zonas, geográfica y estratégicamente claramente definidas: el famoso cuadrilátero de Bohemia, la depresión de Moravia y Eslovaquia, región predominantemente montañosa.

Bohemia es un cuadrilátero llano, más propiamente un rombo, bordeado de montañas con fuertes connotaciones de reducto defensivo y capacidad de proyección hacia las llanuras que la rodean. De ahí la importancia histórica de su dominio para estar en posición ventajosa respecto al control de Europa Central.

Moravia, interpuesta entre Bohemia y Eslovaquia, es un estrecho valle flanqueado de montañas que ha tenido una gran importancia en las comunicaciones Norte-Sur, por lo que su dominio garantiza el control de esas comunicaciones.

Por último, Eslovaquia es un país en general montañoso excepto su zona sur, atravesado por estrechos valles de dirección general Norte-Sur que hacen que las comunicaciones Este-Oeste sean muy pobres. Históricamente formó la frontera natural norte de Hungría y tuvo un papel fundamental como bastión ante los avances otomanos.

El conjunto tiene una entidad estratégica propia. Sus más de 700 kilómetros a los que pueden añadirse unos 200 de la antigua Rutenia que perteneció a Eslovaquia, representan una barrera entre el Báltico y el Mediterráneo, sólo interrumpida por el estrecho boquete moldavo. Puede decirse que es donde la influencia báltica muere y desde donde a pesar de la distancia se mira al Mediterráneo.

Trayectoria de sus poblaciones

Los dos países están mayoritariamente poblados por checos y eslovacos respectivamente, descendientes de las tribus eslavas que a mediados del siglo v ocuparon esos territorios. Ambos pueblos son étnicamente muy próximos, lo mismo que sus respectivas lenguas, ambas de la familia eslavo-occidental.

Desde el siglo vii comparten una trayectoria común que se interrumpe en el siglo x y se separa definitivamente a principios del xi. Moravia se incorpora a Bohemia en el siglo xii. Los checos quedan incluidos dentro del Sacro Imperio, mientras que los eslovacos pasan a formar parte de Hungría.

Los checos, como reino de Bohemia primero, con dependencia feudal del Imperio, donde llegan a jugar un papel muy destacado y como parte de la Corona austriaca a partir del siglo xvi, estuvieron siempre dentro de las corrientes políticas y culturales de Europa Occidental. Esta integración en Occidente se ve favorecida y reforzada por el proceso de germanización a lo largo de diez siglos. Este proceso que se inicia de forma natural con el asentamiento de colonos alemanes durante los siglos xi y xii, asentamiento que fue impulsado por los reyes de Bohemia como forma de equilibrar el poderío de la nobleza eslava. Praga fue fundada por colonos alemanes.

Posteriormente, el proceso de germanización es impuesto por la Corona austriaca, especialmente desde el siglo XVIII con la emperatriz María Teresa.

La germanización forzosa tiene como resultado el nacimiento del sentimiento nacional checo, sentimiento que se hace patente por primera vez en el levantamiento de 1848 y se va reforzando a lo largo del siglo XIX, hasta el logro final de la independencia en 1918. Pero no es menos cierto que un proceso tan prolongado ha dejado una huella indeleble en el carácter checo, mucho más profunda de lo que pueda parecer. Las relaciones germano checas siempre estarán marcadas por un sentimiento ambivalente amor-odio.

Por su parte los eslovacos formaron parte integral de Hungría de 1025 a 1918 siguiendo las vicisitudes generales de dicha nación. Incluso durante la partición de Hungría, de 1541 a 1699, Bratislava fue la capital de Hungría. Sin embargo, recibieron pocas influencias exteriores ya que los húngaros se limitaron a una dominación feudal, sin alterar las estructuras existentes. Únicamente a finales del siglo XIX el nacionalismo húngaro intentó una magiarización forzosa de los eslovacos, lo que suscitó su resistencia y dio origen a su sentimiento nacional.

Los pocos años que se mantuvo esta política, hasta 1918 hace que sus efectos no sean apreciables. Por lo tanto, los eslovacos están más inmersos en el mundo eslavo, han participado poco de las corrientes dominantes en Europa Occidental y su mirada siempre se ha dirigido al Este. Como sociedad estaban menos estructurados que los checos.

La unión fracasada

La inteligente actuación de los grupos nacionalistas checos y eslovacos en el exilio, que aunaron sus actuaciones, al finalizar la Primera Guerra Mundial se proclama el 28 de octubre de 1918 el Estado soberano independiente de Checoslovaquia. Dos días después, los representantes políticos eslovacos aprueban el Estado unitario.

El nuevo Estado es un producto de la desmembración de la Monarquía austro-húngara y fue trazado sobre mapas en los despachos de París, al mismo tiempo que Yugoslavia.

No obstante, el nuevo Estado inicia su andadura con buen pie. La coyuntura económica es favorable y tanto checos como eslovacos consideran

que la unión es la mejor garantía de su seguridad. Prueba de la preocupación por la seguridad es la firma de diferentes alianzas con Yugoslavia, Francia y Rusia.

Sin embargo, la crisis económica de los años 30 y la creciente presión alemana sobre la parte checa hacen aflorar los primeros recelos entre checos y eslovacos. La división de Checoslovaquia a raíz del Tratado de Munich de 29 de septiembre de 1938, y la posterior ocupación de Bohemia por los alemanes el 14 de marzo de 1939 y proclamación de la independencia de Eslovaquia el mismo día, crean la primera fisura grave. Aunque sea un títere de Berlín, por primera vez en la historia aparece un Estado eslovaco independiente, que es recibido con gran alborozo por los nacionalistas.

Checoslovaquia se reconstituye al finalizar la Segunda Guerra Mundial con un fuerte predominio comunista, principalmente de la zona liberada por los soviéticos.

Los checos nunca se sintieron demasiado cómodos con un régimen tan contrario a su historia, lo que motivó la llamada «Primavera de Praga» que fue abortada por la Unión Soviética. Como consecuencia y para contrarrestar las tendencias liberadoras de los checos, a los dos meses de invasión por las tropas del Pacto de Varsovia, los soviéticos imponen el 27 de octubre de 1968 la sustitución del Estado unitario por un Estado formado por dos Repúblicas: la Checa y la Eslovaca. Aunque forzada desde el exterior, es la segunda quiebra grave de la unidad.

Con la rápida y ejemplar sustitución del régimen comunista, la llamada «revolución del terciopelo» se inicia el camino de la separación. En diciembre de 1990 el Parlamento Federal rechaza la propuesta del presidente Valclav Havel de convocar un referéndum sobre el futuro de Checoslovaquia, a pesar del respaldo mayoritario de la población a la propuesta. Los acontecimientos se precipitan y el 25 de noviembre de 1992 la Asamblea Federal aprueba el texto de Ley Constitucional sobre la disolución de la República Federativa Checa y Eslovaca y el nacimiento de las dos nuevas Repúblicas el 1 de enero de 1993.

La decisión fue adoptada de acuerdo con lo pactado por los respectivos líderes Klaus y Menciár sin que fuera sometida a referéndum nacional. Una vez más el destino de Checoslovaquia se decide en los despachos.

Es cierto que los eslovacos sentían un cierto recelo hacia los checos por su mayor potencial económico y su nivel cultural más alto, lo que les

hacía más proclives a la escisión que los checos no deseaban y que la personalidad «iluminada» de Menciár fue determinante, pero la ruptura difícilmente pudiera haberse producido sin la imposición de la República Federativa en 1968. En todo caso, todo apunta que los hechos son ya irreversibles.

Consecuencias de la separación

La división de Checoslovaquia en dos Estados ha tenido consecuencias de toda índole para ambos, pero hay una que trasciende sus fronteras. Me refiero al hecho de la aceptación por la comunidad internacional de la división de un Estado universalmente reconocido, por razones étnicas, por el mero hecho de su carácter pacífico. Sienta un peligroso precedente y al menos debiera haberse exigido una consulta popular y no un trapicheo político entre bastidores.

Con la separación es evidente que los dos nuevos Estados son por separado más débiles política, económica y militarmente que el Estado a que sustituyen, pero en líneas generales puede decirse que la República Checa ha salido mejor librada que Eslovaquia. La primera hereda lo más válido y la segunda la mayor parte de los problemas.

La República Checa hereda toda la infraestructura de gobierno; la pequeña y mediana industria, más rentable, competitiva y fácil de reconvertir; la mayor parte y la más preparada de la Administración; un mercado interior más desarrollado y sobre todo una situación política mucho más estable. A esto se añade que las minorías más conflictivas quedan mayoritariamente en Eslovaquia y el no tener frontera con territorios pertenecientes a la ex Unión Soviética.

En contra tiene el haber heredado el contencioso de los Sudetes con Alemania y su total dependencia energética de Eslovaquia, pues el único oleoducto es el que a través de ésta le une con Ucrania. No tiene problemas relevantes de minorías si se exceptúa el incipiente pero ruidoso separatismo moravo (13% de la población).

Eslovaquia, favorecida en inversiones por presiones de la Unión Soviética a partir de 1968, contaba con una industria más moderna y mejores equipamientos sociales. No obstante, concentraba la mayoría de la industria pesada y especialmente la de armamento, poco rentable y difícil de reconvertir, un país más pobre en recursos naturales y un mer-

cado interior menos desarrollado, lo que hace muy difíciles las condiciones económicas.

A esto se une la inexistencia de una estructura estatal, que ha tenido que ser creada *ex-novo* y un déficit de personal capacitado y con experiencia. Para colmo la situación política interna es inestable, ya que la personalidad de Menciari ha provocado divisiones en su propio partido y en todo caso, el principal objetivo de alcanzar la independencia se agota una vez logrado y no resuelve los problemas internos. De ahí el derrocamiento de Menciari y el posible ascenso del PID (comunista) en las elecciones del próximo otoño.

Otro problema serio es el de las minorías. La más numerosa y políticamente organizada es la húngara que ha quedado en su totalidad en Eslovaquia, pasando del 3% en el conjunto de Checoslovaquia al 12% de la población en el primero de los Estados (600.000 personas). Demandan una autonomía cultural y la postura de Menciari ha sido un foco de fricciones con Hungría.

La segunda minoría conflictiva es la gitana por el rechazo social que sufre y los dos tercios han quedado en Eslovaquia, donde representan el 1,5% de la población.

Por último, Eslovaquia tiene frontera común con Ucrania, país que perteneció a la antigua Unión Soviética, lo que indudablemente repercute en su política de seguridad.

En resumen, puede decirse que la República Checa ha salido fortalecida de la separación. Es un país políticamente estable, está realizando con un éxito notable la transición económica y se ha liberado de los principales problemas. Por contra Eslovaquia ha quedado debilitada. El panorama político es muy inestable, la situación económica es mala y la transición de modelo económico progresa muy lentamente con grandes dificultades y ha heredado, agudizados, los principales problemas exteriores con menor capacidad para hacerles frente.

Aunque en líneas generales las directrices de la política exterior son similares en los dos países; integración en Europa Occidental en el aspecto económico mediante la pertenencia a la Unión Europea (UE) y una garantía de seguridad a través de su incorporación a la OTAN, la postura de la República Checa está decididamente inclinada a Occidente, mientras la eslovaca ha oscilado entre Rusia y Europa Occidental, aunque parece haberse decantado hacia esta última.

Consecuencias regionales

Los dos nuevos países han hecho una cuestión de principio la estabilidad regional y las buenas relaciones con sus vecinos. Dentro de estas líneas generales, la República Checa considera prioritarias sus relaciones con Alemania, mientras que Eslovaquia asigna la máxima importancia a las relaciones con Austria, única frontera común con una economía desarrollada, y con Ucrania y Rusia. Pero los buenos propósitos no eliminan problemas heredados del Estado a quien suceden y en ocasiones agravados. La República Checa y Eslovaquia se reparten dos a dos los cuatro principales:

República Checa

CUESTIÓN DE LOS SUDETES

La firma del Tratado de Amistad y Buena Vecindad entre Alemania y Checoslovaquia a principios de 1992, vuelve a suscitar el problema. Aunque Alemania reconoce la inviolabilidad de las fronteras actuales no está dispuesta a declarar nulo el Tratado de Munich y exige indemnizaciones para los habitantes de origen alemán expulsados de Checoslovaquia en 1945.

Hasta el momento los checos se han negado a estas indemnizaciones, que por razones de política interior serían difícilmente asumibles.

En todo caso ambos países están interesados en mantener buenas relaciones. En Alemania, el siempre latente pangermanismo empieza a manifestarse. Incluye a territorios anteriormente dependientes de la Monarquía austriaca (basta citar los casos de Eslovenia y Croacia) y trata de asegurarse una zona de influencia. En el aspecto militar el territorio checo es de extrema importancia en el dispositivo defensivo alemán.

Por su parte, la República Checa tiene un gran interés en mantener buenas relaciones con Alemania, superando recelos. Alemania no es sólo el principal inversor extranjero sino el más firme valedor cara a su ingreso en las organizaciones occidentales. También, la construcción de un oleoducto que diversifique sus fuentes de suministro de energía necesita el consentimiento de Alemania.

Alemania dispone de muchos medios de presión, pero por las razones ya apuntadas no interesa a ninguno de los países que este litigio enturbie sus relaciones. Lo probable, pues, será un acuerdo poco notorio que salve la cara de las dos partes.



TESCHEN-SILESIA

Como en el caso alemán, las reticencias sobre la región de Teschen-Silesia volvieron a surgir con la firma del Tratado de Amistad y Cooperación con Checoslovaquia. Uno de los partidos polacos (Confederación de Polonia Independiente) se oponía a su firma porque implicaba una renuncia de Polonia a sus derechos sobre la región de Teschen.

Hasta producirse la escisión las relaciones con Checoslovaquia habían sido normales y en la actualidad son particularmente intensas en el campo de defensa con la República Checa.

En todo caso no parece que suponga un obstáculo en el entendimiento entre los dos países y Polonia es el país menos indicado para suscitar problemas fronterizos.

Eslovaquia

MINORÍA HÚNGARA

Las relaciones de Hungría con Checoslovaquia siempre fueron buenas. El reconocimiento de la minoría húngara, con representación en el Parlamento Federal y relativo peso específico era un hecho y los húngaros consideraban a los checos como un elemento moderador frente a los nacionalistas eslovacos.

La escisión supuso el cese de la influencia moderadora. Al aprobarse la nueva Constitución eslovaca los representantes húngaros acusaron al nuevo texto legal de ignorar el derecho a la autonomía.

Hungría mantiene una activa política de defensa de los derechos de sus minorías en los países vecinos, aunque ha renunciado expresamente a reivindicaciones territoriales. La política seguida por Menciari y los intentos de diluir la mayoría magiar con una nueva distribución territorial de la zona que ocupan han creado tensiones. Hasta el momento los húngaros sólo piden respeto y autonomía cultural, pero si sus derechos son ignorados su actitud podría cambiar. Esta situación ha provocado un enfriamiento en las relaciones entre Eslovaquia y Hungría.

El problema se complica más por el contencioso sobre la presa de Gabčíkovo-Nagymaros que incide en la misma zona. Aunque ha sido sometido al arbitraje de la Corte de la Haya, es otro aspecto que contribuye a envenenar las relaciones mutuas. La frontera entre los dos países está definida por el cauce medio del Danubio y, por lo tanto, una alteración de su curso

podiera tener consecuencias y no hay que olvidar que la relación de fuerzas ha quedado invertida con la ruptura de Checoslovaquia.

Aunque el problema se mantiene dentro de los límites aceptables, no deja de ser preocupante y actuaciones poco meditadas pudieran radicalizar las posiciones. No hay que olvidar el precedente de Yugoslavia.

CARPATO RUTENIA

Esta región, anteriormente perteneciente a Checoslovaquia, pasó a formar parte de Ucrania al finalizar la Segunda Guerra Mundial.

Aunque algunos partidos políticos como el Partido Republicano plantearon reivindicaciones respecto a esta región, la postura del entonces Gobierno Federal y la actual de Eslovaquia es no presentar ninguna reivindicación sobre ese territorio. Para Eslovaquia las relaciones con las Repúblicas de la antigua URSS y en especial con Ucrania son prioritarias, pues dependen de las materias primas rusas, en especial del petróleo y las vías de transporte pasan por Ucrania. Aspira a estrechar relaciones económicas y culturales con esa región y piensa que está llamada a servir de puente entre las citadas Repúblicas y Europa Occidental. A pesar de la ola de nacionalismos que agita Europa, difícilmente puede pensarse en estos momentos que llegue a constituir un motivo de fricción.

El problema de la seguridad

La óptica con que contemplan el problema tanto la República Checa como Eslovaquia tiene una perspectiva sobre la seguridad muy parecida.

Se quejan amargamente de que a partir de la disolución del Pacto de Varsovia falta un sistema de seguridad en Europa Central y Oriental. En este sentido se consideran en situación diferente y en desventaja no sólo respecto a la OTAN sino respecto a los países neutrales, en los que su seguridad está garantizada por su propio estatuto de neutralidad. Son conscientes que por sí mismos, ni en el entorno regional inmediato, son capaces de contar con las debidas garantías. Los dos países piensan que la seguridad tiene también un componente de estabilidad económica y ambos creen que la única solución a sus problemas es la integración en las instituciones occidentales: la UE en el aspecto económico y la OTAN en el defensivo.

Aún siendo la perspectiva similar, hay diferencias de matiz. De entrada la visión checa está más desarrollada y ha sido claramente expresada y no tanto la eslovaca, quizá por una política exterior más activa de los primeros, mientras los segundos están más concentrados en sus propios problemas. La diferencia esencial es que mientras la República Checa apuesta decididamente por Occidente, afirmando que esta integración es la lógica, ya que comparten el mismo sistema de valores. Eslovaquia busca un mayor equilibrio en sus relaciones entre el Este y el Oeste.

Ambos países abogan por relaciones buenas, estables y de cooperación con sus vecinos y no contemplan un enemigo concreto. Como riesgos externos a la seguridad incluyen:

- El conflicto yugoslavo con sus posibilidades de escalada.
- La inestabilidad de los Estados pertenecientes a la antigua Unión Soviética, particularmente en Rusia y Ucrania.
- Problemas no resueltos de minorías en Europa Central.
- La posibilidad de migraciones masivas que originan desestabilización.
- El proteccionismo económico tanto de Estados Unidos como de Europa Occidental.
- La cautelosa postura del Oeste en lo relativo a la extensión de la Alianza y otras organizaciones internacionales.

Específicamente la República Checa considera también como posibles riesgos propios:

- El incremento de movimientos extremistas, en el que incluyen la escalada de exigencias de los Sudetes.
- La dependencia energética de Estados vecinos.

Respecto a las demás organizaciones de ámbito europeo su postura es muy similar. Concretamente respecto a la Unión Europea Occidental (UEO), en la que ya están asociados, la consideran útil en su proceso de incorporación a Europa, pero no una garantía de seguridad suficiente. La «Asociación para la Paz», en donde curiosamente se adelantó Eslovaquia, como un paso previo impuesto en su camino hacia la OTAN, quizá conveniente para acostumbrarse a los procedimientos, pero muy lejos de sus aspiraciones, sobre todo en el caso checo.

La postura en cambio difiere respecto al «Grupo Visegrado». La República Checa cree que tiene más posibilidades de ingreso en la OTAN sola que con el conjunto del grupo y desde la separación rechaza cualquier compromiso defensivo con Eslovaquia. Por tanto quiere que sólo tenga una función de foro de consultas. Eslovaquia a su vez, consciente de su posi-

ción menos favorecida, aboga por un papel más activo del grupo y porque el acceso a la OTAN sea en bloque.

Fuerzas Armadas

Las Fuerzas Armadas de la República Checa y de Eslovaquia respectivamente se constituyeron el 1 de enero de 1993, como resultado de la división de las anteriores Fuerzas Armadas checoslovacas, de las que heredan la parte proporcional de los compromisos internacionalmente adquiridos. El criterio seguido para el reparto fue el proporcional a sus respectivas poblaciones para el material y el de localización geográfica respecto a instalaciones, nombrándose una comisión para fijar las necesarias compensaciones.

La herencia son unas Fuerzas Armadas que responden a criterios soviéticos. El Ejército de Tierra, organizado en Divisiones ligeras de 9.000 a 11.000 hombres, de carácter muy ofensivo, cuenta con una gran cantidad de material, en especial acorazado, de diseño soviético y relativamente moderno. El armamento supera ampliamente los límites fijados por el Tratado FACE y, sobre todo, lo que efectivamente pueden mantener por falta de repuestos. El Ejército del Aire se compone de Fuerzas Aéreas (caza-bombarderos y transporte) y Fuerzas de Defensa Antiaérea (interceptores y misiles). El material aéreo es bastante más anticuado que el terrestre.

En el reparto una vez más Eslovaquia es la parte menos favorecida. No sólo al estar el despliegue orientado al Oeste la mayor parte de las instalaciones quedan en el lado checo, sino que la proporción de profesionales es mucho mayor para éstos que para los eslovacos. La separación se hizo en un clima de buena armonía, sin que surgieran problemas importantes. Aunque los checos se oponen a cualquier compromiso defensivo, han prestado una importante colaboración técnica en la organización del Ministerio de Defensa eslovaco y en el mantenimiento del material. En conjunto la separación ha sido una gran operación logística realizada en un tiempo muy corto. El traslado de material y munición, principalmente de la República Checa a Eslovaquia, ha representado 13.500 vagones de ferrocarril.

República Checa

Las Fuerzas Armadas checas contaban con unos efectivos de 107.000 hombres en el momento de su constitución. El Ejército de Tierra aunaba 70.000 hombres y estaba organizado en dos mandos territoriales. Su cons-

titución básica eran 5 Divisiones (2 acorazadas y 3 mecanizadas) y diversas Brigadas de apoyo.

Las Fuerzas Aéreas y de Defensa Antiaérea contaban con 37.000 hombres y se componían de un Cuerpo de Ejército mixto y 2 Divisiones de Defensa Antiaérea.

Inmediatamente ponen en marcha un plan que ya tenían estudiado con el propósito de adecuar las Fuerzas Armadas a sus necesidades, la necesidad de alcanzar paulatinamente el estándar de las fuerzas occidentales y el objetivo final de integrarse en la OTAN a largo plazo.

El plan consta de tres fases, con la atención centrada en la segunda, que es donde se modifica de forma sustancial el carácter de las fuerzas.

El corto plazo (hasta finales de 1993) se ha caracterizado por la transformación del Ministerio de Defensa, el Estado Mayor General, el mando de las Fuerzas Aéreas Tácticas y el mando de las Fuerzas de Defensa Antiaérea y el sistema de logística. Se acortó el servicio militar de 18 a 12 meses.

El medio plazo, hasta finales de 1995, trata de lograr unas Fuerzas Armadas que se acerquen más a las occidentales. En este período la misión básica es crear los niveles de mando operativo y táctico, garantizar el funcionamiento logístico, iniciar la renovación de armamento y la formación de los miembros de las Fuerzas Armadas.

El largo plazo, a partir de 1995, contempla como objetivo el paulatino acercamiento a la OTAN y lograr la interoperatividad en las esferas principales.

Las futuras Fuerzas Armadas se conciben como modernas, pequeñas y de carácter defensivo. A partir de 1996 los efectivos en tiempos de paz serán 65.000 hombres, con una tasa de profesionalización del 41%.

Las Fuerzas Armadas estarán constituidas por el Ejército de Tierra, las Fuerzas Aéreas y las Fuerzas de Defensa Antiaérea. La logística es un componente relativamente autónomo.

El Ejército de Tierra se divide en Ejército Regular, Fuerzas de Acción Rápida y Ejército de Defensa Territorial. Los mandos militares «Occidente» y «Centro» se transformarán en mandos de Cuerpo de Ejército (de entidad similar a una División; las actuales Divisiones están siendo transformadas en 7 Brigadas mecanizadas de tipo único, siendo este el cambio más significativo. Pretende cambiar la anterior configuración ofensiva por una defensiva; se acaba de crear la Brigada de Acción Rápida y está previsto

crear un número de Brigadas de Defensa del Territorio que se cubrirán con reservistas y sólo contarán con un embrión de cuadros de mando.

El Ejército del Aire se compone de un Cuerpo de Ejército de Fuerzas Aéreas y un Cuerpo de Ejército de Defensa Aérea, con carácter de Ejércitos distintos.

Una prueba de la importancia que asignan al cambio de sus Fuerzas Armadas es que los gastos de defensa representan el 3% del PIB, en momentos de dificultad económica. La reducción de material avanza a buen ritmo a pesar de su costo, y va por delante del 60% obligatorio para final de año. Respecto al personal, la reducción, también muy avanzada, se ha conseguido con el acortamiento del servicio militar y una depuración en los cuadros de mando de los elementos más identificados con el régimen anterior.

En definitiva, los checos han demostrado una clara voluntad de asimilarse a Occidente y una gran capacidad de organización. Se estima que en un plazo breve sus Fuerzas Armadas estarán bastante en línea con las de la OTAN.

En su contra debe citarse la poca usual diferenciación de Fuerzas Aéreas y de Defensa Antiaérea, que puede ser en parte debida a limitaciones de sus medios y que no está muy clara la autonomía logística de las Unidades. Un factor a destacar es el fuerte antimilitarismo presente en la sociedad checa. Este sentimiento, que tiene una raíz histórica, se generó durante la dominación austriaca, probablemente se ha visto reforzado por la consideración reciente de las Fuerzas Armadas como un instrumento de opresión al servicio de los soviéticos.

Eslovaquia

En el momento de su constitución las Fuerzas Armadas contaban con 47.000 hombres, 33.000 del Ejército de Tierra y 14.000 de las Fuerzas Aéreas y de Defensa Antiaérea.

El Ejército de Tierra estaba compuesto fundamentalmente por dos Divisiones (una acorazada y otra mecanizada) y una Brigada de artillería. Las Fuerzas Aéreas constaban fundamentalmente de una División de Defensa Antiaérea.

Como en el caso de la República Checa se contempla un proceso siguiendo el modelo de aquélla, también en tres fases, con el objetivo de aproximarse a la estructura de la OTAN, cuyo resultado final serían unos

objetivos de 35.000 hombres y el cambio de la estructura de Divisiones a la de Cuerpo de Ejército y Brigadas. Sin embargo, la necesidad de organizar el Ministerio de Defensa, de nueva creación y las dificultades económicas hacen que los plazos sean más dilatados, en principio al menos 10 años para completar el proceso. Las fases no tienen fechas concretas.

En la primera se mantendrían las estructuras y medios actuales y se prepararían las estructuras orgánicas de las nuevas Unidades.

La segunda fase tiene como objetivo principal los preparativos para reorganizar el Ejército de Tierra y pasar de mandos territoriales y Divisiones al de Cuerpo de Ejército y Brigadas.

La tercera fase sería el momento del cambio decisivo para llegar a la organización definitiva hacia el año 2000.

Hasta el momento, las únicas modificaciones introducidas han sido la creación del Ministerio de Defensa y de la figura del comandante del Ejército eslovaco. El resto se mantiene como estaba y de momento no se ha acordado la duración del servicio militar.

Respecto a la reducción de material, están progresando a buen ritmo, superior al exigido, ya que quieren deshacerse de medios que no están en condiciones de mantener.

Respecto a los efectivos numéricos previstos serían fácilmente alcanzables con sólo reducir el servicio militar a 12 meses.

Los cambios estructurales por el contrario se ven a más largo plazo, no sólo por la dificultad de la coyuntura económica, sino por la preocupante escasez de personal preparado.

En resumen, respecto a las necesarias transformaciones de sus Fuerzas Armadas, Eslovaquia ocupa el furgón de cola en Europa Central. A pesar de sus buenas intenciones todavía no sabe como hacerlo. Por contra, un dato a su favor es la mayor aceptación por la población de las Fuerzas Armadas. Es una encuesta reciente, el 83% es partidario del servicio militar obligatorio, lo que es un porcentaje notablemente alto.

El reto de la seguridad

La República Checa y Eslovaquia, como el resto de los países ex comunistas de Centroeuropa, están llamando insistentemente a las puertas de

Occidente, la primera por convicción y la segunda más por conveniencia, pero en ambos casos por necesidad.

En pleno proceso, difícil y en ocasiones doloroso, de transformación a economías de mercado, lo que está produciendo caídas en sus niveles de renta y estándar de vida, miran con no disimulado temor la creciente inestabilidad en Rusia y en algunos países vecinos de la Comunidad de Estados Independientes (CEI) como Ucrania. Su sensación de inseguridad se acrecienta al no estar amparados por ningún sistema de seguridad colectivo.

Las esperanzas quizá poco realistas en una rápida inclusión en los sistemas políticos, económicos y defensivos occidentales están dando paso a un creciente desencanto del que es una prueba el auge de los partidos comunistas en algunos países.

El reto, sobre todo para Europa Occidental, es como dar respuesta a estas aspiraciones, fijando condiciones y plazos, tarea que encierra más dificultades de lo que se pudiera pensar. Hay que lograr un equilibrio entre una relativa urgencia pero sin prisas para evitar disrupciones en los organismos existentes y sobre todo evitar la oposición frontal de Rusia.

Si bien desde una óptica puramente egoísta, la situación actual pudiera parecer favorable para los intereses de Europa Occidental al interponer unos Estados entre ésta y la CEI, esta situación no puede prolongarse indefinidamente sin claros riesgos de desestabilización en toda la zona que serían muy perjudiciales.

Los frentes de actuación son tres: incorporación económica, rebajar las tensiones con las minorías étnicas y darles cobertura de seguridad que precisan.

El respeto a los derechos de las minorías, que de momento sólo se cuestiona en Eslovaquia y que sólo depende de la actitud de este país. El problema pudiera ser resuelto eficazmente dentro de la Conferencia sobre Seguridad y Coordinación en Europa (CSCE) y del Consejo de Coordinación del Atlántico Norte (CCAN) y en todo caso, hacerlo una exigencia previa a una futura integración en otras instituciones.

El aspecto económico, de momento es poco realista una nueva ampliación de la UE sin haber consolidado la que se producirá a principios de 1995. Los acuerdos actuales pueden ser suficientes y sobre todo depende de las inversiones que se realicen. En todo caso sería conveniente establecer un calendario.

Quizá lo más problemático sea cómo se les incluye en un sistema de seguridad.

El «Grupo de Visegrado» es un organismo de coordinación regional con una actividad mortecina y no tiene ni el carácter ni la capacidad de un sistema de seguridad.

La UEO, de la que ya son miembros asociados, demuestra una voluntad de aproximación, pero para los países implicados no es una garantía de seguridad suficiente.

La «Asociación para la Paz» ofrece buenas posibilidades para ayudar a la transformación de sus Fuerzas Armadas y probablemente sea necesaria para llegar a un suficiente grado de armonización. En todo caso sólo es percibida en la República Checa y Eslovaquia como un paso previo a una futura integración. La incorporación de Rusia a esta asociación, si finalmente se produce, puede tener un efecto claramente positivo en disminuir reticencias.

Únicamente la incorporación a la OTAN colma las aspiraciones. Básicamente esto plantea dos dificultades: la aceptación por parte de Rusia y decidir si se produce en bloque para todo el grupo o país por país.

Respecto a lo primero, con razón o sin ella, Rusia ve a la OTAN como una organización ofensiva contra ella y costará bastante hacerla cambiar de opinión. Reclama el área de la antigua URSS como zona de influencia exclusiva y no acepta una ampliación de la OTAN que la lleve a la frontera con la CEI. En este aspecto, la incorporación de la República Checa tendría menos rechazo por no tener frontera común y en todo caso ser una cuña introducida en Occidente. Siguiendo esta línea, por las dificultades de movimiento transversal y su escasa entidad, la integración de Eslovaquia tendría un impacto menor que la de Hungría y sobre todo que la de Polonia. Basta recordar Yalta.

Respecto a una incorporación en grupo o país por país, con independencia de lo anterior, es evidente que si uno de estos países se integra antes que los otros se producirán resentimientos. Pero no es menos cierto que el grado de convergencia político, cultural y militar es distinto en cada país. También en este caso la República Checa se destaca a la cabeza y Eslovaquia ocupa la posición más retrasada. En el plano interno de la Alianza por otra parte, parece más fácil absorber el impacto de la entrada de un sólo país que de un grupo de ellos a la vez.

Resumiendo, la inclusión de los países de Centroeuropa es una necesidad aunque no se sepa como llevarla a la práctica. Este es el reto que se plantea a la política y diplomacias occidentales. Pero en todo caso es vital que la situación sea claramente explicada y entendida por dichos países.

Como conclusión, en las actuales circunstancias, a medio-corto plazo únicamente la República Checa estaría en condiciones óptimas de ingreso y al mismo tiempo sería el país que menor rechazo generaría.

EL CASO DE LA REPÚBLICA DE POLONIA

Quinta conferencia (Portugal)

RAÚL FRANÇOIS R. C. MARTINS
Brigadeiro del Exercito.

A segurança na Europa Central

A queda do muro

O derrube do muro de Berlim, em 1989, ficou na História contemporânea como um acontecimento simultaneamente marco, e símbolo, de uma profunda alteração na ordem mundial. Nos seus aspectos mais relevantes, ou seja, o fim das ditaduras comunistas na Europa Central e Oriental, a unificação alemã, e a implosão do império soviético, essa profunda alteração decorreu durante um período de tempo muito curto, cerca de dois anos, de 1989 a 1991, pelo que o seu efeito no sistema das relações internacionais foi o de uma verdadeira ruptura. Falou-se, desde logo, no fim da «ordem mundial» estabelecida em Yalta, e no início de uma nova ordem, cuja definição, aliás, ainda está por esclarecer.

O peso da historia

Mas, se está por esclarecer a definição do que poderá vir a ser a nova ordem, ou a nova desordem, como já muitos a vêm designando, algumas das consequências dos acontecimentos dos anos 89 e 90 rapidamente se tornaram evidentes. Uma delas, com especial interesse para os objetivos deste trabalho, foi que, ao libertarem-se os países da Europa Central e Oriental das respectivas ditaduras comunistas e, simultaneamente, do comandamento sobre elas exercido pelo partido comunista governante da União Soviética, apoiado pela presença das tropas soviéticas nos seus territórios, os respectivos particularismos geopolíticos, as suas especificidades e os seus problemas, radicados na História, emergiram de novo para o primeiro plano da sua vivência colectiva, e vem influenciando, com força crescente, os seus comportamentos sociais, económicos e políticos.

Os problemas no âmbito da segurança na Europa Central

O que se poderá entender como Europa Central é uma região geográfica de limites variáveis, que poderá incluir áreas entre as bacias do Oder Neisse e do Danúbio a Oeste/Sudoeste, e do Niemen/Dniester a Leste, estendendo-se de Norte a Sul entre o Báltico e o mar Negro. para efeitos deste trabalho, consideraremos corresponder ao conjunto dos Estados do ex-pacto de Varsóvia sem a União Soviética, ou seja, a Polónia, a República Checa, a Eslováquia, a Hungria, a Roménia e a Bulgária.

Desde o fim do Império Romano, ondas sucessivas de povos, bulgaros, eslavos, magiares, finlandeses, suecos, germanos, ciganos, judeus, turcos, etc., foram-se fixando e misturando entre si e com povos mais antigos em toda a região atrás referida. Convertidos ao cristianismo, os não judeus dividiram-se entre católicos, protestantes e ortodoxos, aos quais se vieram juntar mais tarde os muçulmanos. Os Estados e Impérios que aí se foram formando, muitos deles de existência efémera, tiveram configurações variáveis, as suas fronteiras acompanhando os fluxos e refluxos de frequentes invasões, ou os acasos dos sucessos de ainda mais frequentes guerras, englobando terras e gentes que ora pertenciam a uns senhores, ora a outros. Deste modo, os Estados que hoje aí existem, todos, sem excepção, incluem minorias importantes de povos de outras culturas, de outros idiomas, de outras religiões, e terras que já pertenceram, em alguma outra época, às unidades políticas vizinhas, as quais, por sua vez, incorporaram territórios que foram seus.

Na fase final do século XIX, duas grandes potências instaladas nas periferias ocidental e oriental desta Europa Central, a Alemanha e a Rússia, tornaram-se dominantes em toda a Europa, disputando entre si influências e controlos na região que temos vindo a descrever, aproveitando todas as oportunidades para nela se expandirem.

Deste modo, do ponto de vista da segurança e da defesa, os problemas comuns aos Estados da Europa Central, todos com raízes na História, parece-me poderem agrupar-se em quatro grandes conjuntos: Os que decorrem da pressão hegemónica russa, os que resultam da pressão hegemónica alemã, os que nascem dos direitos e reivindicações de minorias, os que se ligam com o traçado das fronteiras e correspondentes reivindicações territoriais. Estes quatro tipos de problemas relacionam-se entre si, mas são de natureza diferente, exprimem-se de forma diversa, com variadas intensidade e importância relativas, de país para país.

A competição entre a Rússia e a Alemanha, prolongada até à Segunda Guerra Mundial, levou a que, por diversas vezes, as duas Potências se envolvessem nas frequentes guerras que assolaram a região, ou entrassem directamente em guerra uma contra a outra, ou, como também aconteceu diversas vezes, se entendessem entre si no sentido de dividirem zonas de influência e de expansão. Derrotada na Segunda Guerra Mundial, a Alemanha deixou o campo livre à Rússia, então União Soviética, que não desperdiçou a oportunidade, conseguindo, finalmente, estender o seu poder sobre todos esses povos até às fronteiras da Alemanha, da Áustria, e da Jugoslávia.

O vazio de segurança e os problemas sócio-económicos

Hoje, com a derrota da Rússia na guerra fria, e a desagregação do império soviético, verificou-se o refluxo dos russo, e com a unificação da Alemanha, que voltou a ser uma grande potência europeia e mundial, configura-se de novo a possibilidade desta retomar a sua tradição histórica de intervenção activa na região centro europeia, onde não existe poder capaz de contrabalançar nem o alemão, nem o russo. Mas hoje a política externa da Alemanha é condicionada pelo facto de se integrar numa realidade sócio-política nova, que é a União Europeia (UE), o que limita a sua liberdade de acção. Deste modo, existe actualmente um vazio de segurança na Europa do Centro Leste, face a uma Rússia que apesar dos seus enormes problemas internos permanece uma superpotência militar, continua a exercer toda a pressão política que pode na região, e manifesta crescentes sinais de manter intenções de nela intervir, face também a uma Alemanha que, apesar das suas ligações à UE e à OTAN, já vem dando alguns sinais de que o que se passa a Oriente das suas fronteiras não lhe pode ser indiferente, e cuja força económica é, só por si, elemento suficiente para aí exercer uma decisiva influência.

Justamente, a questão económica é hoje de crucial importância para o futuro de todos os países que constituem a Europa Central e Oriental. Da forma como forem capazes de enfrentar e vencer os enormes desafios resultantes da sua adesão a uma economia de mercado para que não estavam preparados dependerá a manutenção dos seus actuais regimes demo-liberais, e de uma e outra coisa dependerá a forma como se virão a posicionar na evolução da Europa, tanto no que respeita ao processo da integração política, como no que se refere ao da arquitectura de Segurança e Defesa. Isto é, os problemas socio-económicos dos países daquela região interrelacionam-se apertadamente com os da sua segu-

rança, de que, aliás, fazem parte. Assim, neste momento, poder-se-á dizer que ao vazio da segurança, de que falámos, numa perspectiva predominantemente político-estratégica, se acrescentam uma alta instabilidade sócio-política, e um ainda grande atraso económico.

A estruturação da Europa

Essa complexa interrelação entre as questões sócio-económicas e as da segurança político-estratégica, que sempre existiu mas que se foi tornando mais intensa após a revolução industrial, e que depois da segunda guerra mundial se tornou tão evidente que deu origem a novos conceitos de segurança e de defesa, e está na base de diversos acordos, tratados, e instituições, tendentes a organizar o espaço europeu. O Tratado de Dunquerque, o Conselho da Europa e a OCDE, o tratado de Bruxelas, a OTAN e a UEO, a CEEA, a CED, a EURATOM e a CEE, o Pacto de Varsóvia e o COMECON, a CSCE, enfim, todos tiveram na sua raiz simultaneamente preocupações económicas, sociais, e de segurança, embora na sua orgânica, nas suas finalidades e nas suas funções, uns sublinhassem e dessem mais relevo às vertentes sociais, outros às económicas, outros às de Segurança e Defesa.

Com os acontecimentos de 1989/1990, algumas destas instituições, como o Pacto de Varsóvia e o COMECON, extinguiram-se, outras, como a OTAN e a CSCE, sofreram profundas alterações, e outras ainda, prosseguindo uma evolução em curso, como a CEE/UE e a UEO, viram essa evolução acelerada, e influenciada, por aqueles acontecimentos. Ora é sobretudo em torno destas quatro instituições que têm sido capazes de absorver a mudança e a ela se adaptar, que a ordenação e integração da Europa, hoje, se está fazendo. Todas quatro intervêm na estruturação da segurança europeia, mas só duas, a OTAN e a UEO, têm uma dimensão de defesa colectiva.

Daquelas quatro instituições, a UE e a UEO constituem o que poderemos designar por núcleo estruturante da Europa, e delas não fazem parte nem os EUA, nem a Rússia, nem nenhum dos Estados que referimos como constituindo a Europa Central.

Quanto à OTAN, essa continua a ser, ainda, a única instituição com efectiva capacidade no âmbito da defesa colectiva, e por isso é a principal no âmbito da Segurança colectiva. Com a UEO, como seu pilar europeu, com o Eurocorpo e as outras novas forças militares multinacionais a ela disponibilizadas, com o CCAN e a «Parceria para a Paz» alargando o seu

âmbito e o seu alcance e como que duplicando a CSCE, a OTAN, controlada pelos americanos e onde os russos poderão vir a ter voz através da «Parceria para a Paz», domina hoje, claramente, todo o espaço da segurança europeia, espaço em que a CSCE tende a ser apenas uma espécie de mini-ONU, quadro legitimamente e potencialmente estabilizador, mas sem qualquer órgão do género do Conselho de Segurança que lhe dê alguma capacidade de intervenção efectiva dependendo, para tal, do concurso da OTAN ou da UEO, esta última, por sua vez, dependendo daquela e da UE. Todo este processo da estruturação, um dos factores dessa evolução sendo, justamente, a situação na Europa Central. Neste momento a evolução do conjunto, em termos de segurança colectiva, parece depender sobretudo da forma como evoluir a relação entre a OTAN e a UE, na sua nova dimensão da PESC, e correspondente afirmação de uma identidade europeia da defesa. Essa relação, em teoria, a partir da situação actual, pode conduzir a qualquer um dos seguintes três cenários principais.

Ou a uma situação de prolongamento da actual, mantendo a clara preponderância da OTAN, e um relativo apagamento da PESC e subalternização da UEO, o que seria o primeiro cenário, porventura o mais provável.

Ou à consolidação e aprofundamento da PESC e da UEO, do que poderia resultar, por sua vez, um de dois outros cenários. Um poderia ser a harmonização entre a UE e os EUA como duas superpotências equivalentes, conscientes da sua mútua interdependência e dos seus interesses comuns, tendendo a OTAN para se transformar em aliança bilateral, diminuindo a sua vertente de segurança colectiva em favor da de defesa colectiva, e nesta avultando a componente de Defesa Militar. O outro cenário, seria, pelo contrário, o progressivo afastamento entre a UE e os EUA, crescendo a frequência e a intensidade dos seus conflitos de interesses, e gradualmente se esvaziando a capacidade e a utilidade da OTAN, até à sua extinção.

No caso de se evoluir para o primeiro cenário apontado, a UE manter-se-á como uma instituição predominantemente confederal, em que sucessivos alargamentos, provocando o aumento do número de Estados membros, criarão dificuldades crescentes em todos os processos decisórios podendo-os tornar inoperantes, do que por sua vez poderia resultar ou a regressão a uma situação mais próxima da de uma simples zona de comércio livre, ou a busca de coesão por zonas de diferente integração numa Europa a várias velocidades. Em qualquer destes casos, a inte-

gração dos países da Europa Central seria sempre possível, e sempre mais fácil e menos demorada, do que nos outros dois cenários, contribuindo, por outro lado, essa integração, se feita antes de uma maior progressão no sentido federativo, para acentuar a tendência da UE para permanecer neste primeiro cenário.

No caso de se evoluir para qualquer um dos outros dois cenários, isso implica uma crescente federalização da UE, o que pressupõe alterações culturais, participação activa e efectiva das populações, maior convergência das economias, tudo exigindo prazos longos, sobretudo no que respeita aos países da Europa Central e Oriental, onde os sentimentos nacionalistas estão mais exarcebados, onde a experiência democrática é incipiente, e onde persistem grandes dificuldades económicas.

As tentativas de cooperação multilateral na Europa Central

As dificuldades, mais exactamente, a verdadeira impossibilidade, do acolhimento imediato dos países da Europa Central nas estruturas centrais do processo europeu isto é, na UE, na OTAN, e na UEO, e a percepção de que tal acolhimento implicaria uma espera dilatada, face ao vazio de segurança na região e aos graves problemas económicos, sociais e políticos com que se defrontam, levaram aquels países a tentar acordos bilaterais e multilaterais entre si, o mais importante e mais conhecido dos quais é o que se designa por «Grupo de Visegrado», o qual institucionaliza formas de cooperação e de diálogo, nos domínios da economia e da política externa, entre a Polónia, a República Checa, a Eslováquia e a Hungria. No entanto, nem este, nem nenhum dos outros, como a «iniciativa centro-europeia» reunindo a Itália, Austria, Polónia, Hungria, República Checa, Eslováquia, Croácia, ou como o Conselho Nórdico, agrupando os Escandinavos e os Bálticos, tem efectividade ou sequer potencialidades suficientes, devido à incipiência das suas estruturas, à fraqueza dos seus membros, e aos obstáculos à coesão mútua, para enfrentar os problemas de segurança que atrás mencionámos. Mesmo no que respeita às respectivas situações económicas e sociais, só limitadamente estas organizações permitirão alguma melhoria através de algum incremento que poderão proporcionar às trocas entre si.

As razões para o desejo de entrarem para a OTAN

Deste modo, os seis países da Europa Central saídos do ex-Pacto de Varsóvia persistem com insistência na sua pretensão de entrarem para aque-

las três instituições nucleares do processo europeu, acrescentando-se às razões que temos vindo a invocar, do vazio da segurança e das dificuldades económico-sociais, também alguma frustração de expectativas que criaram ao derrubarem os anteriores regimes comunistas. Membros do Conselho da Europa e da CSCE, recebedores de algumas ajudas financeiras, de bastantes investimentos, e conscientes do tremendo «handicap» que representaria para eles a sua deficiente situação económica no caso de uma entrada precipitada para a UE, tem sido principalmente a vontade de dar alguma resposta às suas grandes carências nos domínios da segurança e da defesa que tem impulsionado o seu desejo de ingresso rápido naquelas três instituições, das quais a OTAN será, naturalmente, a que mais os atrai, não só porque, como já dissemos, é a principal nesses domínios, mas também porque, sendo exclusivamente confederal sem praticamente nenhum elemento de supranacionalidade, exigindo por isso menos cedência de soberania, é mais adequada a Estados que tão recentemente readquiriram a sua independência.

A entrada para a OTAN proporcionaria aos países da Europa Central três tipos de vantagens. Em primeiro lugar, evidentemente, a garantia da Segurança, tanto relativamente a ameaças exteriores, como seria a russa, como relativamente a ameaças interiores, de outros membros da Aliança, como a Alemanha, ou algum dos outros vizinhos, dado o funcionamento da própria Aliança e a presença dos americanos criarem um quadro de grande estabilidade em que tal tipo de ameaças se torna ou improvável ou extremamente atenuado.

Em segundo lugar, a pertença à Aliança permitiria uma muito mais fácil e rápida reestruturação das respectivas Forças Armadas, tanto em termos de organização e de doutrina, como em termos de mentalidade e de melhor adequação ao convívio civil-militar em sociedades demo-liberais.

Por fim, mas não menos importante, a participação na OTAN, actualmente ainda a verdadeira estrutura da segurança e defesa da UE, seria como que uma pré-entrada nesta, facilitando e acelerando o processo de preparação económica e social necessário a uma adesão desejada mas praticamente impossível sem aquela preparação. Essa adesão seria também muito mais fácil e rápida se a UE se conservasse mais confederal do que federal, hipótese que corresponde, como vimos, a um tipo de cenários de evolução em que a OTAN manteria o seu papel preponderante na segurança europeia. Deste modo, a prioridade atribuída ao ingresso na OTAN poderá corresponder simultaneamente à convicção da sua maior relevância no

processo europeu, e ao desejo de que assim continue a acontecer porque tal tornaria mais fácil o acesso futuro destes países da Europa Central à UE.

O CCNA e a «Parceria para a Paz»

Como sabemos, porém, a adesão destes países à OTAN ainda não se verificou, nem se prevê venha a verificar-se a curto, nem talvez mesmo a médio prazo. Três tipos de razões tem sido invocadas para explicar tal facto. Desde logo, a vontade, se não mesmo a efectiva necessidade, de não introduzir um factor adicional de perturbação no difícil processo de democratização e desenvolvimento económico da Rússia. A entrada para a OTAN de países como a Polónia, a Roménia ou a Bulgária, com fronteiras com a Rússia e pertencendo à tradicional área de influência daquela grande potência, seria vista, inevitavelmente, pela generalidade dos russos e não apenas pelos mais conservadores, como uma indesejável intromissão, se não mesmo uma ameaça. Esse sentimento voltar-se-ia em primeiro lugar contra o governo e o regime político russos em vigor quando tal se verificasse. A importância geopolítica da Rússia, o seu ainda enorme poder militar, justificam perfeitamente a preocupação de prudência nos comportamentos que a possam afectar, sobretudo tratando-se de interesses que se sabe serem por ela considerados de alta prioridade. Por outro lado, a grande fragilidade e incipiência do esboço de regime democrático com sede em Moscovo torna muito arriscado fornecer aos numerosos opositores ao regime, desejosos de novas ditaduras, qualquer pretexto que seja mobilizador da opinião pública contra os actuais governantes.

Um segundo tipo de razões prende-se com a própria instabilidade na região, com os múltiplos problemas susceptíveis de degenerarem em conflitos graves, como aconteceu na ex-Jugoslávia, ou no Cáucaso, ou na Moldóvia. Ao aceitar esses países na OTAN, introduzir-se-iam todos os contenciosos que mantém entre si sem que, previamente, um certo tempo de vivência democrática permitisse exprimi-los e controlá-los desde adequadamente através do diálogo, do consenso, da cooperação.

O terceiro tipo de razões é de natureza administrativo-funcional. A entrada de algum ou alguns dos países da Europa Central significaria a entrada de todos os que os quizessem, pois não haveria critérios que permitissem com facilidade e com clareza negar a uns o que a outros era concedido. Passar de 16 para 20 ou 30 o número de países membros da OTAN seria comprometer seriamente, se não destruir, a sua operacionalidade, já que se

trata de uma organização puramente inter-estatal, ou então seria modificar radicalmente a sua natureza introduzindo elementos de supranacionalidade, o que, com a presença dos americanos, não parece concebível. Em qualquer dos casos, seria uma evolução indesejável para a maioria, se não para a totalidade, dos actuais membros.

Mas a situação de vazio de segurança no centro da Europa, e a conveniência também para a Europa Ocidental e para os Estados Unidos em manter a estabilidade e a paz necessárias a uma rápida consolidação dos respectivos regimes democráticos e ao desenvolvimento das correspondentes economias de mercado, impunhami que se encontrasse uma solução. Ultrapassando timidas tentativas da UEO, que só em junho 92 institucionalizou as suas consultas a dezassete, a OTAN criou em novembro de 1991 o CCAN, e em janeiro de 1994 foi ainda mais longe, criando a «Parceria para a Paz» e as *Joint combined Task Forces*. Com estas estruturas a OTAN dava alguma resposta às efectivas necessidades de segurança e defesa naquela região, conseguindo ao mesmo tempo evitar desafiar as susceptibilidades da Rússia.

Neste momento, pois, pode-se dizer que, em termos de Segurança colectiva, os países da Europa Central encontram um mínimo de condições de estabilidade, bem como para prevenção de conflitos menores, ao encontrarem-se inseridos em três grandes instituições internacionais de cooperação e diálogo, na ONU, na CSCE, e no Conselho da Europa. Encontram já algumas respostas concretas às suas principais preocupações de Segurança e Defesa colectivas, embora não ainda as que desejam, através dos laços estabelecidos com a UEO, e com a OTAN, sobretudo com esta, pelas razões que temos vindo a apontar. Poder-se-á mesmo afirmar que, após a criação da «Parceria para a Paz», que veio abrir àqueles países a possibilidade de participarem em exercícios conjuntos com as forças militares da OTAN, e das *Joint combined Task Forces* que veio abrir-lhes a hipótese de, em determinadas conjunturas, poderem participar em forças tarefa para operações de Paz com forças da OTAN ou da UEO, foram dados os primeiros passos para uma progressiva integração daqueles países também nas vertentes da defesa militar colectiva europeia. A adesão da Rússia à «Parceria para a Paz», prevista para breve, poderá aumentar as potencialidades de estabilidade e de Segurança colectiva já existentes nessa iniciativa. Para além disso, o aprofundamento de iniciativas de organização multilateral entre os Estados da Europa Central, de que é exemplo o «Grupo de Visegrado, certamente ajudará a melhorar ainda mais as condições gerais de estabilidade e segurança em toda esta região.

O caso da Polónia (1)

As especificidades polacas

Até aqui, temos vindo a considerar os problemas da segurança e defesa na Europa Central de um ponto de vista global. Mas, naturalmente, se considerarmos essa problemática na perspectiva de cada um dos países em causa, encontraremos diferenças significativas.

Desde logo, quanto aos quatro tipos de problemas de segurança que atrás referimos, e sua ligação com os problemas sócio-económicos e sócio-políticos. Começando por estes, dever-se-ão distinguir dois grupos no conjunto dos seis países que pertenceram ao ex Pacto de Varsóvia. Por um lado, os que, como a Polónia, a Hungria, e a República Checa, antes do domínio comunista já tinham alguma experiência e tradição demo-pluralista, e que, durante o domínio comunista, conseguiram organizar oposições e forçar algumas reformas e compromissos. Por outro, os que, como a Bulgária, a Roménia e a Eslováquia, se caracterizam pela ausência de efectivas tradições demo-liberaris, pela ausência de oposição organizada aos regimes comunistas, emergindo no período pós 1989/1990 como sociedades política e socialmente muito fragmentadas.

No que respeita aos problemas sócio-económicos, também aqui poderemos dividir o conjunto nos mesmos dois grupos, embora a separação entre estes seja menos clara, e dentro de cada um deles as diferenças entre os respectivos Estados componentes, mais marcada. Mas, apesar de tudo, poder-se-á afirmar que o atraso no desenvolvimento económico é mais vincado no segundo grupo, onde também o investimento estrangeiro tem sido bastante inferior ao efectuado no primeiro grupo. Acresce ainda que a Polónia, a Hungria, e a República Checa assinaram já um acordo de associação com a UE no sentido de preparar uma futura integração política e económica num prazo de 10 anos.

Quanto aos quatro grandes conjuntos em que tipificamos os principais problemas de segurança na região, apesar de serem comuns a todos os países considerados, apesar das grandes diferenças na forma como se põem, e nas prioridades respectivas, para cada país, poder-se-á afirmar

(1) Os dados numéricos que irão ser referidos nesta parte do trabalho foram obtidos: no relatório da Assembleia da UEO *A Europa Central em evolução* documento 1336, apresentado na sessão de dezembro de 1993; no *Military Balance 1992/1993*; e no jornal polaco, em língua inglesa *Voice-News*, de 22 de maio de 1994.

que os riscos de uma hegemonia alemã serão preponderantes na República Checa e na Hungria, que os de uma hegemonia russa prevalecerão na Bulgária, que essas influências e riscos hegemônicos se confrontam ou equilibram na Roménia, na Eslováquia, e sobretudo na Polónia, onde essas influências e interesses são considerados como verdadeiras ameaças. Poder-se-á também afirmar que, no que respeita a problemas de minorias, dentro das fronteiras, estes adquirem grande relevância para a Roménia, e para a Bulgária, e fora das fronteiras, para a Hungria e para a Polónia, e que, no que respeita aos problemas de tensões fronteiriças, esses assumem especial gravidade no que respeita à Polónia, à Hungria, à Roménia, e à Bulgária.

Analizando especificamente a Polónia, poderíamos, além do que até aqui foi dito, destacar ainda três aspectos caracterizadores.

E, na Europa Central, o Estado onde as pressões expansionistas alemã e russa se tem exercido mais forte e frequentemente, tendo aliás sido vítima de vários acordos entre Estados alemães e a Rússia para partilhas do seu território, como as três efectuados entre Prússia, Austria, e Rússia no século XVIII, ou o pacto germano-soviético em 1939.

E, entre todos os Estados da região, o de mais longa história como Estado independente, e também o de população mais homogénea, com menor percentagem de minorias, o que permite supor uma muito forte consciência nacional, aliás comprovada pela sua História, e patente a qualquer observador que hoje em dia a visite.

E também o Estado com maior superfície territorial e maior potencial demográfico, maiores do que os da Hungria, da República Checa, e da Eslováquia, juntas, o que, conjugado com as suas potencialidades económicas e com o seu elevado grau de identidade nacional e o seu comprovado sentimento patriótico, fazem da Polónia o Estado com maior potencial político-estratégico na região, um verdadeiro Estado *pivot* em termos geoestratégicos.

A situação sócio-política

Não é de admirar pois que a Polónia tenha desempenhado um papel de primeiro plano em todo o processo de democratização da Europa Central e Oriental. Duas forças sociais, com suporte em sólidas estruturas organizativas, estiveram na base da resistência ao domínio comunista: a Igreja católica, verdadeiro bastião contra a penetração ideológica, e o movimento

sindical, já protagonista de reacções violentas contra os dirigentes comunistas em 1956, depois em 1970, conseguindo em 1980/1981 a primeira greve vitoriosa num país do bloco soviético, movimento sindical esse que viria a gerar, com o Solidariedade, no final da década de 80, uma verdadeira oposição política estruturada. Essa oposição política, com o apoio da Igreja, e alguma cumplicidade das Forças Armadas, conseguiu levar os governantes a um compromisso histórico, para a partilha do poder, em fevereiro de 1989.

As eleições de 1990, porém, revelaram a divisão política da sociedade polaca em diversos pequenos partidos, grosso modo agrupados em torno de três polos, um constituído por parte do Solidariedade, de cariz populista, outro constituído em torno de intelectuais e elementos das classes médias, de cariz liberal e conservador, outro ainda constituído em torno de quadros ex-comunistas, com implantação no operariado e no campesinato. Nas eleições de 1993, beneficiando do descontentamento social originado pelas dificuldades sócio-económicas, foi este núcleo que, sob um programa social democrata, conseguiu a maioria, substituindo no poder o anterior governo liberal.

Entretanto, tem-se vindo a verificar um relativo enfraquecimento da influência da Igreja na sociedade polaca, e um crescimento acelerado da criminalidade, bem como do consumo de drogas e da prostituição. Por outro lado, a Polónia tem um nível médio de instrução bastante elevado, o que permite prever uma relativamente rápida adaptação às tecnologias ocidentais, assim como às formas de pensar e aos comportamentos requeridos pelo funcionamento de uma sociedade demo-liberal.

A situação sócio-económica

A Polónia, tentou, desde 1990, uma corajosa mas arriscada política de rápida transformação da sua economia centralizada em economia de mercado. Conseguiu criar mais de 400.000 novas empresas privadas, que em fins de 91 detinham já cerca de 80% do comércio, 20% da indústria, e 85% da agricultura, empregando cerca de 45% dos trabalhadores, e representando cerca de 40% do PIB.

O processo gerou uma fortíssima inflação, que atingiu 600% no fim de 1989, mas que estava reduzida a 80% no fim de 1991, e a 38% no fim de 1993. Entretanto a produção industrial caiu 17% em 1991, e o desemprego, nesse ano, atingiu 11%, estando actualmente em cerca de três milhões o número oficial de desempregados.

Uma das principais dificuldades tem sido o reduzir os obstáculos ao investimento estrangeiro. Legislação de 1991, liberalizando consideravelmente as condições de gestão das empresas, terá contribuído para melhorar a situação nesse domínio, sendo hoje em dia a Polónia talvez o país da região em que esse investimento tem sido mais forte.

Em termos globais, a economia polaca conseguiu crescer 1% em 1992, entre 3 a 4% em 1993, e prevê um crescimento de cerca de 5% para este ano.

Os problemas da segurança

No presente, a Polónia tem três conjuntos de problemas principais: os relacionados com as pressões alemã e russa, e o conflito com a Lituânia.

A questão alemã inclui as dificuldades inerentes ao relacionamento com um vizinho política e economicamente muito mais forte, com mais do dobro da sua população, e com um PNB per capita dez vezes superior. Inclui também os problemas fronteiriços e territoriais resultantes dos acordos de Yalta e de Potsdam, com a Pomerania e a Prússia retiradas à Alemanha, e o problema das minorias alemãs (cerca de 2% da população da Polónia, ou seja, 700.000 pessoas) nesses territórios. Embora as relações polaco-alemãs sejam boas após reiteradas afirmações do Governo de Bona de que não alimentava reivindicações territoriais, permanecem os factos atrás mencionados.

O problema russo, de certo modo simétrico do alemão, resulta da existência de um vizinho política e militarmente muito mais forte, com mais do quádruplo da sua população. Também neste caso há graves problemas territoriais em jogo, que, no entanto, devido à decomposição do império soviético, passaram a ser com a Bielorrússia e com a Ucrânia, detentores em conjunto, de cerca de 1% do território que era polaco em 1939, onde permanecem algumas centenas de milhares de polacos, havendo também várias centenas de milhares de ucranianos e de bielo-russos na Polónia. Actualmente as relações da Polónia com estes dois países são boas, tendo sido assinados tratados de cooperação e boa vizinhança com ambos.

Quanto ao conflito com a Lituânia, relaciona-se com a protecção dos direitos dos polacos residentes naquele país báltico, constituindo cerca de 7% da população, concentrados porém em dois distritos onde a sua percentagem atinge cerca de 80%. O direito ao uso da língua polaca, e a permanência dos Conselhos locais dominados pelos polacos naquelas regiões, constituíram motivo para um conflito em 1991, resolvido por uma

declaração conjunta em janeiro de 1992, em que os direitos tradicionais dos polacos foram salvaguardados.

A política externa

A Polónia assinou tratados de cooperação bilaterais com a França, a Grã-Bretanha, a Itália, e os EUA. Aderiu em julho 1991 à «Iniciativa centro europeia», e faz parte do «Grupo de Visegrado».

Com a Alemanha assinou um tratado em novembro de 1990, garantindo o reconhecimento da linha Oder-Neisse como fronteira definitiva entre os dois países. Em junho 1991, assinou um tratado de cooperação, garantindo direitos à minoria alemã na Polónia.

As relações com a Rússia e os Estados da CEI são mais complexas. As negociações, concluídas só em fins de 1991, para a retirada das tropas soviéticas, revelaram-se difíceis. Entretanto a Polónia procura desenvolver relações bilaterais com os países bálticos, e assinou tratados de cooperação com a Ucrânia, em outubro de 1990, com a Bielorrússia, em setembro de 1991, e com a Rússia, em outubro do mesmo ano.

E membro de pleno direito do Conselho da Europa desde novembro de 1991 e integra tanto o CCNA como a «Parceria para a Paz», da OTAN.

Forças Armadas e Defesa

A Polónia declarou prescindir de armas de destruição maciça, e da utilização das suas Forças Armadas fora das suas fronteiras. Em maio de 1991 os seus efectivos somavam cerca de 300.000 homens, dos quais 200.000 conscritos, provendo-se a redução desses efectivos para cerca de 250.000 em 1995, bem como o aumento da taxa de profissionalização, actualmente em 40%, para 50% ou 60% até ao ano 2000. A duração do serviço militar é de 18 meses, estando prevista a sua redução para 12 meses a partir de 1995. Mas consideram que o processo deverá ser lento, pois que a redução do serviço militar obrigatório implica aumentos consideráveis de despesas.

A Polónia dissolveu as suas tropas de defesa territorial, e a milícia e as guardas de fronteira passaram para a égide do Ministério do Interior.

Possui a marinha de guerra mais forte de entre as dos antigos membros não soviéticos do ex-Pacto de Varsóvia, contando cerca de 60 navios e três submarinos.

O ministro da Defesa passou a ser civil, e no ministério existem um sector civil e um militar. O sector civil encarrega-se da formulação e gestão das políticas de defesa, da sua coordenação com outros ministérios e agentes, dos contactos com administrações estrangeiras e do desenvolvimento das Forças Armadas. O sector militar tem a seu cargo a preparação das operações.

Está em curso uma profunda reestruturação das Forças Armadas. A Polónia decidiu suprimir Unidades pesadas, várias unidades aéreas, algumas de suporte logístico. Privilegia as forças de reacção rápida, aerotransportadas e aeromóveis, e o sistema de defesa aérea. O exército virá a ficar constituído por 10 divisões mecanizadas, e por unidades de defesa regional equipadas de armas ligeiras. Em 1992, dispunha de 2.850 carros de combate, quando o FCE só lhe permite 1.730, dispunha de 2.250 carros blindados, sendo o tecto FCE de 2.150, dispunha ainda de 2.300 peças de artilharia, quando o FCE lhe estabelece um tecto de 1.610. Está prevista uma redistribuição do dispositivo, que até agora concentrava 50% da força a Oeste, 25% ao Centro e 25% a Leste. Os militares desejam participar em operações fora do seu território, tendo-se verificado a sua participação em missões de Paz da ONU, numa delas, na Croácia, com o efectivo já significativo de um batalhão.

No princípio de 1990, um antigo ministro da Defesa declarou que o objectivo da reestruturação das Forças Armadas polacas era o de conseguir a sua redução aumentando a sua eficácia e acentuando a sua natureza defensiva. As Forças Armadas são percebidas como uma instituição útil, e parece que aos olhos da maior parte dos dirigentes polacos, elas serão indispensáveis à edificação, no futuro, de uma república forte e confiante.

No entanto, o comprometimento das Forças Armadas com o regime comunista durante o domínio soviético, tendo-lhes criado uma má imagem junto de sectores significativos da opinião pública, levou à implementação de uma série de reformas visando mobilizar a população. Entretanto, o orçamento da defesa foi progressivamente reduzido desde 1989. Em 1992, correspondia a cerca de 6% do orçamento do Governo, tendo baixado 23% em relação a 1991, e atingia apenas 2,4% do PNB. Apenas 4% do orçamento da Defesa está destinado à compra de armamentos e de equipamentos.

A indústria de defesa

A indústria de defesa polaca dispõe de uma capacidade de produção considerável, que no entanto nunca foi plenamente explorada. A indústria de

construção de carros, por exemplo, pode fabricar cerca de 350 carros de combate, e 600 carros blindados de transporte de pessoal, cada ano. Dispõe também de capacidades de pesquisa e desenvolvimento, tendo contribuído para a introdução de modificações melhorando modelos soviéticos. Dispõe ainda de uma importante indústria aeronáutica que empregava cerca de 90.000 trabalhadores, constrói helicópteros e aviões, e participa em numerosos programas de cooperação com outras indústrias estrangeiras, designadamente a Antonov, a Iliouchine, e a Piper.

Até 1989, 80 a 90% das exportações de armamentos efectuadas pela Polónia destinavam-se aos países do Pacto de Varsóvia e ao Terceiro Mundo.

Desde 1990, a desapareição da maior parte destes mercados colocou em grave crise a indústria militar polaca, obrigando à procura urgente de novos mercados, e a esforços de reconversão, tendo vindo a esforçar-se por tornar mais competitiva a sua produção nacional de armamentos, procurando também novos mercados (países árabes, Europa Ocidental).

Numa recente visita do IDN à Polónia, foi declarado por altos representantes do Ministério da Defesa polaco que o país que não produz o seu próprio equipamento militar coloca-se numa situação de grande vulnerabilidade face à sua soberania. Isto parece indiciar que a Polónia estará disposta a fazer grandes sacrifícios para manter, no essencial, a sua indústria militar.

Conclusões

Enfim, e em jeito de síntese conclusiva, poderemos talvez afirmar:

- a) Que existe, efectivamente, um «déficit» de segurança e defesa na Europa Central. Esse déficit compromete naturalmente a segurança nessa região, mas, dadas as condições actuais de interdependência em todo o subsistema europeu, ameaça também a estabilidade e Segurança na Europa inteira.
- b) Que aquele «déficit» de segurança e defesa assenta em razões político-estratégico, mas que é potencializado por razões político-económicas e sócio-culturais.
- c) Que a redução desse «déficit» passa necessariamente pela organização internacional da Europa Central em conjugação com a de toda a Europa. Os acordos e instituições regionais podem portanto ajudar, mas só por si não bastarão. A adesão plena, mais tarde ou mais cedo, às instituições centrais da integração europeia, a OTAN, a UE e a

UEO, que aliás é persistentemente reclamada pelos quatro Estados do «Grupo Visegrado», será portanto necessária.

- d) Que o desenvolvimento económico se apresenta como o primeiro passo para o difícil processo de integração nas organizações referidas. Mas, por outro lado, o desenvolvimento económico exige a prévia existência de segurança e de estabilidade que dê confiança e garantias aos investidores. Existe assim um círculo vicioso entre segurança e desenvolvimento económico, cada um exigindo a prévia existência do outro, círculo que pode estar a ser quebrado através da associação a organizações como a CSCE, a CCNA e a «Parceria para a Paz», associação essa que de uma forma progressiva, vem adensando uma rede de relações de cooperação sobre a Europa Central.
- e) Que a economia polaca oferece boas perspectivas de uma evolução favorável, apesar do rápido crescimento da criminalidade, da droga e da prostituição. Se se confirmarem os números previstos para o crescimento do PNB e para a inflação este ano, e a tendência evolutiva que demonstram se confirmar como autosustentada, a Polónia poderá ter condições para entrar para a UE talvez já nos próximos 10 anos.
- f) Que a Polónia é o Estado mais integrado e potencialmente mais poderoso de entre os seis que considerámos constituir a Europa Central. O seu fortalecimento económico e político tem bons fundamentos, e será benéfico para a estabilidade da região. Por outro lado, esse fortalecimento minimizará tentações expansionistas russas ou alemãs, contribuindo assim também desse modo para a estabilidade global da Europa.
- g) Ou seja, para concluir, que a segurança europeia passa pela Segurança na Europa Central, e que esta depende, em larga medida, do êxito do processo de democratização política e de liberalização económica em curso na Polónia, país que, pela sua importância geopolítica, se pode considerar fulcral naquela região.

POLONIA Y LA NUEVA EUROPA

Sexta conferencia (España)

FERNANDO OLIVIE Y GONZÁLEZ DE PUMARIEGA
Embajador.

En estas XIII Jornadas que el CESEDEN y el IDN celebran juntos para analizar el problema de *La Seguridad de la Europa Central y la Alianza Atlántica* y a las que agradezco mucho haber sido invitado, me corresponde hablar sobre Polonia, juntamente con el general de brigada Raúl François Martins, subdirector del Instituto de Defensa Nacional de Portugal. Sobre una Polonia que forma parte, con Hungría y las Repúblicas Checa y Eslovaca, del llamado «Grupo de Visegrado» creado por los presidentes Walesa, Havel y Góncz después de la liquidación de los regímenes comunistas de Polonia, Checoslovaquia y Hungría. En la actualidad, Polonia, juntamente con las Repúblicas Checa y Eslovaca, y con Hungría constituye el corazón de Centroeuropa. De la parte de Europa cuya seguridad estamos sopesando desde nuestro punto de vista de miembros de la Alianza Atlántica.

Antes de entrar en el contenido de mi intervención quiero felicitar al general Martins por su brillante retrato de la actual realidad polaca. He vivido en Polonia desde fines del 86 hasta finales del año noventa y doy fe de exactitud con la que la misión de estudios de Portugal que visitó Varsovia y en la que participó el general Martins, supo captar la verdadera imagen de la Polonia actual.

El fin del sistema de Postdam

Sería muy difícil tratar de explicar los problemas relativos a la seguridad polaca si nos limitáramos a estudiar a Polonia o a los cuatro países de Visegrado, aislándolos del contexto político de la Europa actual. Para entender los problemas de la seguridad polaca hay que partir del hecho de que como ya hemos señalado, el país pertenece en primer lugar, al mencionado «Grupo de Visegrado» y en segundo lugar al sector europeo que estuvo anteriormente sometido a la influencia soviética y que hoy en día,

después de la desaparición de la URSS en agosto de 1991, flota en la magma de una Europa que todavía no se ha dotado de un ordenamiento político-económico que sustituya al de Postdam.

El gran problema europeo, que es más problema para los países del Este que para los que militan en la OTAN, radica en que, en efecto, el sistema de Postdam ha muerto y hoy en día, en 1994, no ha sido todavía sustituido por otro ordenamiento político-económico que establezca y dé seguridad a todo el continente. El sistema de Postdam murió cuando se produjo la reunificación de Alemania en 1990 y Europa dejó de estar dividida por una frontera ideológica en dos campos hostiles; el democrático y el comunista. ¿Por qué en 1994, cuatro años después de la mencionada reunificación alemana, no tenemos todavía los países europeos un ordenamiento estable y omnicompreensivo que tenga en cuenta, entre otras cosas, esa reunificación?

La Historia nos enseña que todos los ordenamientos político-económicos que han venido configurando a los distintos sectores de la Comunidad Internacional de Naciones Europeas han sido consecuencia de unas guerras al término de las cuales los vencedores imponían, con «su paz», su orden a los vencidos... y también a los neutrales. La paz, de Utrecht, que expulsó a España de Europa y aseguró la convivencia a través del equilibrio de poderes; el Congreso de Viena de 1815, que impuso a nuestro continente un ordenamiento posnapoleónico basado en la convivencia de varios Imperios (el alemán, el austro húngaro, el ruso) cada uno de los cuales se ocupaba de mantener la paz entre los distintos grupos de etnias y de pueblos que controlaba; los Tratados de Versalles de 1919, que configuraron un ordenamiento europeo basado en la coexistencia de una serie de Estados-Naciones sometidos a la disciplina de la Sociedad de Naciones y, por último, el Tratado de Postdam de 1945 que dividió al Viejo Continente en una Europa democrática y en una Europa comunista, fueron todos ellos impuestos a los derrotados por los vencedores de una guerra o de una serie de guerras (las napoleónicas duraron 26 años) y cada uno de esos tratados liquidó un ordenamiento anterior para sustituirlo por otro nuevo.

Pero ahora, por primera vez en la Historia, un ordenamiento, el de Postdam de 1945, ha desaparecido sin que su desaparición sea la consecuencia de una conflagración previa. En efecto, la liquidación del sistema de Postdam, que mantuvo dividida a Europa y a Alemania durante 45 años (de 1945 a 1990), se ha producido por el agotamiento histórico del régimen

político de una de las partes que crearon y mantuvieron en pie dicho ordenamiento; por el agotamiento del régimen comunista que ha tenido por consecuencia la liquidación de la Unión Soviética. Pero eso no quiere decir que la Unión Soviética haya sido derrotada por Occidente y que en la Europa de hoy convivan unos vencedores que puedan imponer sus criterios y sus intereses a unos vencidos. La URSS se vino abajo, por el peso de sus errores y su caída, que es la caída de un régimen político, no significa que Rusia —la pieza clave de la antigua URSS—, haya dejado de ser una gran potencia militar y económica; una gran potencia nuclear a la que no se le pueda dictar una política a seguir sino quiere voluntariamente aceptarla.

No hay en estos momentos Estados en Europa o fuera de Europa lo suficientemente fuertes como para imponerse militar o económicamente a la totalidad de los países europeos y el nuevo ordenamiento en que estos últimos tendrán que convivir está, o debería estar, surgiendo de la discusión y del diálogo entre todos ellos. El nacimiento de un nuevo sistema de relaciones intraeuropeas que sustituya al de Postdam tarda en pergeñarse y no ha encontrado todavía ni su rumbo ni la filosofía que deba inspirarlo. Exigir que todos los Estados que formen parte de ese nuevo sistema, todavía por hacer, sean democráticos y practiquen una economía de libre no es suficiente para garantizar la solidez y la perdurabilidad del mismo. Es preciso que dentro del nuevo ordenamiento se sientan cómodos la inmensa mayoría de los países que lo compongan y eso sólo se logra cuando esa inmensa mayoría intuye que el mencionado nuevo ordenamiento es el que mejor protege sus respectivos y privativos intereses.

Mientras no se llega a la organización de la paz que debe seguir al fin de la guerra fría el sistema impuesto por los vencedores de la Segunda Guerra Mundial se va desmantelando paulatinamente. La mayor parte de las instituciones que se crearon a la sombra del Tratado de Postdam ya no tienen razón de ser y han desaparecido, como ha ocurrido con el Pacto de Varsovia y el COMECON o deben adaptarse a una nueva realidad todavía muy confusa como ocurre con la OTAN o la propia Unión Europea Occidental que nació a la vida para controlar a la Alemania de Bonn y de la que hoy es pieza clave la Alemania reunificada.

Al igual que en lo político, el sistema de Postdam ha muerto también en lo económico. Los aliados occidentales vencedores, juntamente con la URSS, de alemanes, italianos y japoneses, crearon en Bretton Woods un sistema económico en el que, entre otras cosas, el dólar pasaba a ser

moneda de reserva del mundo democrático y las paridades de las distintas monedas quedaban fijadas de una manera estable con el objeto de asegurar un comercio internacional que se esperaba que fuera fluido y que en gran medida lo fue Bretton Woods no se aplicó a la URSS ni a la zona de Europa sobre la que Moscú ejerció su hegemonía política. Dos economías contrapuestas y aisladas la una de la otra han coexistido durante cerca de casi medio siglo. La economía de libre mercado a la que le dio un gran impulso el Plan Marshall ha prosperado y ha incrementado el nivel de vida de los países que la aplicaron, a pesar del hecho de que muchas de las normas de Bretton Woods saltaron en pedazos cuando en 1971 y 1973 se produjo la primera gran subida de los precios del petróleo.

La economía marxista-leninista de la URSS y de sus satélites ha sido, por lo contrario, un verdadero desastre y la causa principal de la caída de los regímenes comunistas en los países de la Europa situada al este del río Order.

El ordenamiento de Postdam trazó, también, las fronteras políticas y las fronteras geográficas de una nueva Europa. En lo que se refiere a los países situados al este del Elba y que no eran miembros constituyentes de la propia URSS el citado Tratado de Postdam:

- Creó entre el Elba y el Oder una república comunista alemana que aspiraba, por un lado a comunistizar a la Bundesrepublik y por otro a evitar que esta última democratizara a toda Alemania y la situara, políticamente hablando, en el campo occidental.
- Reconstruyó una Polonia nueva entre el Bug y el Oder también comunista pero que, paradójicamente, se convirtió en el primer Estado polaco culturalmente puro y religiosamente homogéneo (católico) que ha tenido Polonia a lo largo de su historia.
- Y por último, reimplantó las fronteras de Versalles en Checoslovaquia, Hungría, Rumania y Bulgaria países que pasaron a depender políticamente de la Unión Soviética.

Al liquidarse Postdam, ¿qué es lo que ha quedado de todo ello? En principio quedan las fronteras de todos esos Estados porque en 1975 en Helsinki los Estados Unidos, Canadá y todos los países europeos de entonces, incluida la URSS, se comprometieron a respetar las fronteras existentes que son las trazadas término de la Segunda Guerra Mundial y hasta ahora las han respetado.

Pero aparte de las fronteras, que presisten, la desaparición del Tratado de Postdam ha dado lugar en Centroeuropa a la liquidación de la república

comunista alemana cuyos cinco *länder* han quedado unidos a la Bundesrepublik y ha suprimido también la relación de dependencia respecto a la Unión Soviética a que estuvieron sujetas Polonia, Hungría y Checoslovaquia (y Rumania y Bulgaria). Consecuencia más remota del fin del ordenamiento de Postdam es la división de Checoslovaquia en dos nuevos Estados; las Repúblicas Checa y Eslovaca.

La liquidación del citado ordenamiento de Postdam ha dado lugar también a la desaparición de los regímenes comunistas que gobernaban a estos países y sus economías han dejado de ser centralizadas y estatalizadas para pasar a ser unas economías de libre mercado, lo que no se ha logrado todavía plenamente pues gran parte de sus medios de producción son todavía de propiedad estatal.

Por último, con la muerte de Postdam han muerto también los acuerdos que ligaban entre ellos y a todos ellos con la URSS a los países que quedaron políticamente dependientes de esta última. La desaparición de esa red de convenios que ligaban a los países de esa parte de Europa entre ellos disminuye sensiblemente el nivel de seguridad de la región. Al cancelarse, por ejemplo, el Pacto Varsovia que garantizaba militar y políticamente la colaboración entre los países que lo integraban se ha suprimido la barrera más importante puesta a cualquier conflicto que pudiera surgir entre ellos y es evidente que los conflictos de intereses entre los antiguos miembros del Pacto de Varsovia abundan. El citado Pacto de Varsovia no sólo sirvió para que un grupo de Estados marxista-leninistas coordinaran sus medios defensivos frente a un mundo capitalista al que consideraban su enemigo. Sirvió también para que el este de Europa conociera 50 años de paz.

El fin del sistema de Postdam ha llevado también aparejado el fin del Consejo de Ayuda Económica Mutua (el COMECON) que había ligado durante medio siglo los sistemas económicos de los países marxista-leninistas de Europa Oriental. Nada tiene pues de extraño que la libertad política y la independencia nacional adquiridas de nuevo al cesar la hegemonía soviética sobre los países que habían sido sus satélites, ha dejado a estos últimos huérfanos. Es decir solos, desunidos y lógicamente preocupados por su seguridad y por su bienestar económico.

La colaboración, pactada en Visegrado (Checoslovaquia) en 1990 por los presidentes checoslovaco, polaco y húngaro fue el primer paso que dieron los cuatro países de Europa Central para paliar, en la medida de lo posible, esa «soledad política» a la que se vieron expuestos a partir de la caída del muro de Berlín.

Pero es evidente que el Pacto de Visegrado no basta ni para garantizar la seguridad ni para promover el desarrollo económico de sus firmantes. Los cuatro países que ahora lo integran y sobre todo Polonia, que es la que interesa especialmente en este estudio, están tratando de acercarse a Europa Occidental y de colocarse bajo su amparo. Todos ellos han firmado con la OTAN el Tratado de «Asociación para la Paz» y han suscrito con la Unión Europea (UE) acuerdos económicos de asociación, como pasos previos para una mayor integración en la vida política y económica de Occidente.

Polonia, Hungría, la República Checa y Eslovaquia estiman que tanto su seguridad futura como sus posibilidades de desarrollo económico sólo quedarán garantizados cuando los cuatro países sean parte integrante de la UE y miembros de pleno derecho de la OTAN. Para que esto ocurra tienen que superarse antes una serie de obstáculos que podrían dividirse en dos grandes grupos; en un primer grupo se encuentran los obstáculos que hacen difícil la ampliación de la Unión Europea Occidental y que son obstáculos fundamentalmente económicos y en un segundo grupo se encuentran los obstáculos, esencialmente políticos, que se oponen al ingreso puro y simple de estos cuatro países en la OTAN. Si este ingreso se produjera en estos momentos encontraría, entre otras cosas, la hostilidad de una Rusia a la que se le prometió, cuando se produjo la reunificación alemana, que la OTAN no se extendería al este del Elba.

Los comienzos de un nuevo ordenamiento europeo

Como antes se señalaba, el nuevo ordenamiento que deberá sustituir al de Postdam y que debería ser obra del esfuerzo de todos los que van a convivir bajo el mismo, está todavía en mantillas. En la confusa situación político-económica que vive Europa en estos momentos sólo hay dos instituciones sólidas, cuyos objetivos son claros; se trata de la UE de la OTAN. Ello explica el deseo de pertenecer a las mismas que han expresado los cuatro países del «Grupo de Visegrado».

La UE, si bien es sólida y estable cuando se la compara con el mundo que la rodea, tiene también sus problemas y algunos de ellos son muy graves. La UE, por ejemplo, alberga en su seno en estos momentos a 17 millones de desempleados y está saliendo de una de las más duras recesiones económicas de su historia. Su productividad es muy alta pero su competitividad no. La hora de trabajo cuesta en Europa 20 dólares y en Estados Unidos y Japón 16, mientras que en la Europa del Este y en el sudeste

asiático la hora cuesta sólo 4,5 dólares y 1,6 dólares respectivamente. Hacer a la UE competitiva asegurando, al mismo tiempo, su adecuado porcentaje de empleos u nivel de vida y su productividad es una tarea ingente que tendrá ocupados durante años a los Doce de ahora y a los Dieciséis (los Doce más Austria, Finlandia, Noruega y Suecia) que, posiblemente, la integrarán a partir del 1 de enero de 1995. La admisión inmediata de otros nuevos miembros queda por el momento descartada. Una apertura prematura de las puertas de la UE a los países del este de Europa no la soportarían ni las economías de estos últimos países ni la de la propia Unión.

Por su parte, la ampliación de la OTAN a países que pertenecieron antes a la esfera de influencia de la Unión Soviética exigiría un acomodo previo con los herederos directos del poder militar de dicha Unión, es decir, con Rusia y con la Comunidad de Estados Independientes (CEI). Ese acomodo no sería, por lo tanto, otra cosa que la base del nuevo ordenamiento que sustituirá, que tendrá que sustituir porque así lo exige la lógica de la Historia, al ordenamiento de Postdam.

Vemos así que los países que han quedado desamparados (los cuatro de Visegrado, los tres bálticos, Bulgaria y Rumania, etc.), al derrumbarse el sistema de relaciones internacionales establecido después de la Segunda Guerra Mundial, son los principales interesados en que surja un nuevo sistema en el que se encuentren al fin cómodos y seguros y al mismo tiempo independientes y libres. Estos países presionan, pues, para la creación de un nuevo orden europeo que consistiría fundamentalmente en la extensión de la OTAN y de la UE a la parte del continente que ocupan. En el fondo se trataría de repetir a escala europea lo que ocurrió en Alemania donde el Estado marxista-leninista de la Alemania Popular fue sustituido por cinco *länder* que pura y simplemente se unieron a la Bundesrepublik.

En la Europa Occidental, en el espacio político en el que se encuentran los países que impusieron a Europa el Tratado de Versalles y que participaron en la elaboración del de Postdam, también se siente la necesidad de crear un nuevo ordenamiento político-económico que sustituya al de la posguerra. Ahora bien, los Estados llamados a la construcción del nuevo sistema de relaciones continental no piensan todos del mismo modo y podrían dividirse en tres grupos: el grupo de los países que quieren seguir mandando, el de los que quieren mandar y el de los que se sienten cómodos tal como están por el mero hecho de pertenecer ya a la UE y a la OTAN. Entre estos últimos países se encuentran, al menos teóricamente España. La clase

política y la mayoría de la opinión pública española parecen estimar que nuestro país ha conseguido, al fin, la posibilidad de ser un país europeo más, por el simple hecho de haber sido admitido en los dos clubes más selectos de la Comunidad Internacional de Naciones. La mayoría de los españoles piensan que en política exterior ya poco tenemos que hacer, olvidando que dentro de los clubes mencionados tendremos que defender nuestros intereses con la misma ferocidad y el mismo coraje que habría que desplegar si no perteneiéramos a los mismos so pena de terminar ejerciendo una muy modesta tarea dentro de los clubes en cuestión. Si se examina más atentamente como se ha configurando la nueva Europa y como se va diseñando nuestra situación dentro de la misma, ni los diferentes partidos políticos españoles ni la opinión pública en general deberían tener motivos para sentirse excesivamente optimistas. Pero la explicación de este aserto exigiría por sí sola un análisis separado y eso es ya otra historia.

Entre los países que quieren seguir mandando sea cual sea el nuevo ordenamiento que se cree figuran Francia y Gran Bretaña. Francia e Inglaterra que nunca estuvieron al margen de la vida europea como nos pasó a nosotros, se dan cuenta de que la nueva Europa que se está conformando no va a ser el fruto puro y simple de decisiones adoptadas en París y Londres, como en el pasado y hacen todo lo posible para continuar disfrutando de una situación de preminencia en la nueva Europa que empieza a entretverse. Su pertenencia al Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, el apoyo norteamericano del que gozan y sus respectivas fuerzas nucleares son los mejores instrumentos de que disponen... a condición de que no haya otros países europeos que puedan disponer también de los mismos. Uno de esos países, el principal, era y es la Alemania reunificada.

Por ello es interesante examinar las posturas respectivas que adoptaron Londres y París frente a esa reunificación. La señora Thatcher se opuso por todos los medios a la misma y quiso convencer al señor Mitterand —y a otros dirigentes políticos europeos— de que era conveniente que también se opusieran. En una intervención ante el *Global Panel Conference* de La Haya el 15 de mayo de 1992 la *primer* ministro británica explicó las razones de su actitud. Alemania, vino a decir la señora Thatcher, es un problema para todos los europeos e incluso para los propios alemanes. Es demasiado fuerte para que se deje imponer políticas que no desea seguir pero, al mismo tiempo, no es lo suficientemente fuerte para imponer a los demás sus propios criterios. La conclusión era muy simple. Debería, según la señora Thatcher, haberse seguido manteniendo a Alemania en un nivel

determinado de fortaleza —en el nivel fijado al admitir en la OTAN a la Bundesrepublik— garantizado por su ligazón a una serie de instituciones occidentales fuera de las cuales Bonn no habría podido sobrevivir y dentro de las cuales Bonn no habría podido nunca mandar demasiado, entre otras cosas porque cada país miembro de ese entramado político-económico guardaría siempre su propia libertad de acción y un derecho a veto.

La Francia del presidente Mitterrand siguió una línea de conducta distinta. Dándose cuenta de que la reunificación alemana era imparable y comprendiendo que ni Estados Unidos ni la URSS estaban dispuestos a evitarla, se lanzó a fondo a jugar la carta de la amistad franco-alemana y en 1990, en unas declaraciones a *Le Monde* el presidente Mitterrand esbozó un diseño de la Europa futura en el que Alemania, ya reunificada, tendría su sitio adecuado. El Consejo de Europa, arguyó el señor Mitterrand sería el foro en el que se definirían los grandes principios de la civilización europea. La Conferencia sobre Seguridad y Cooperación Europea (CSCE) se ocuparía, por su parte, de resolver los conflictos intraeuropeos y la Comunidad Europea (hoy en día la Unión Europea) trazaría la política económica a seguir por sus miembros y contribuiría a dirigir el desarrollo económico de sus inmediatos vecinos. En resumen, la nueva Europa sería dirigida por una UE tan económicamente fuerte que los demás países del entorno aceptarían sin reticencias e incluso con entusiasmo esa dirección. Una dirección en la que el tándem franco-alemán llevaría la voz cantante.

La orientación francesa coincidió con las aspiraciones alemanas. Si Francia y Gran Bretaña pretendían seguir mandando, Alemania no se opondría pues ella también quiere mandar. A mandar por lo menos en el terreno económico. En unas declaraciones a *Le Figaro* del 20 de mayo de 1992 el canciller Kohl expuso sucintamente la política de su país. Alemania no quiere tener la bomba atómica ni una fuerza nuclear propia porque ya la tienen sus amigos y aliados, Estados Unidos, el Reino Unido y Francia que sabrán utilizarla en defensa de la democracia y de la libertad de los alemanes. Alemania no necesita ser miembro del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas porque ya lo son sus amigos y aliados; Estados Unidos, el Reino Unido y Francia. Pero Alemania es una gran potencia económica con una moneda fuerte y es, por lo tanto, deber esencial de los distintos Gobiernos de Alemania el de asegurar que el nivel de vida de los alemanes no sufra por culpa de la puesta en marcha de políticas económicas equivocadas. Por ello el Gobierno alemán quiere participar plenamente y dejar oír su voz en la toma de decisiones que afecten a la economía mundial y sobre todo a la economía europea.

En la elaboración del nuevo orden continental no se puede prescindir de las dos potencias extraeuropeas —Estados Unidos y Rusia— que participaron en la construcción del ordenamiento de Postdam. Estados Unidos que, en un principio, vio con suspicacia la creación de la Comunidad Económica europea y la conversión de Francia, de la Francia de De Gaulle, en una potencia nuclear, han aceptado ya plenamente como aliado y socio a dicha UE y han dejado de considerar a Gran Bretaña como su único representante en nuestro continente. Aunque las relaciones entre Washington con cualquier otra capital europea, es indudable que Estados Unidos considera en la actualidad que su mejor aliado a este lado del Atlántico es una UE con una economía poderosa que pueda ayudar a Norteamérica a mantener la paz global y que, además sea capaz de asegurar su propia defensa.

Con ocasión de la visita del presidente Clinton a Alemania a principios de julio de 1994, días después de la celebración de la Cumbre de los Siete países más industrializados que este año tuvo lugar en Nápoles, se puso de manifiesto, por parte de la diplomacia americana y por parte del propio presidente de Estados Unidos, que este último considera a la actual Alemania reunificada como el motor de la economía de la UE y como el país más importante de dicha Unión. Ello explica porque Washington en 1990 no sólo no se opuso a esa reunificación sino que mas bien la alentó y la hizo posible.

La desaparición de la Unión Soviética, acaecida inmediatamente después del fallido golpe de Estado de agosto de 1991, no ha supuesto, ni mucho menos, la liquidación del poder de Moscú. Rusia, que fue siempre la pieza esencial de la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas como lo había sido también del Imperio de los zares, es una gran potencia por derecho propio —una gran potencia económica y nuclear— que no está dispuesta a dejar de serlo aunque se convierta en un Estado democrático y practique una economía de libre mercado.

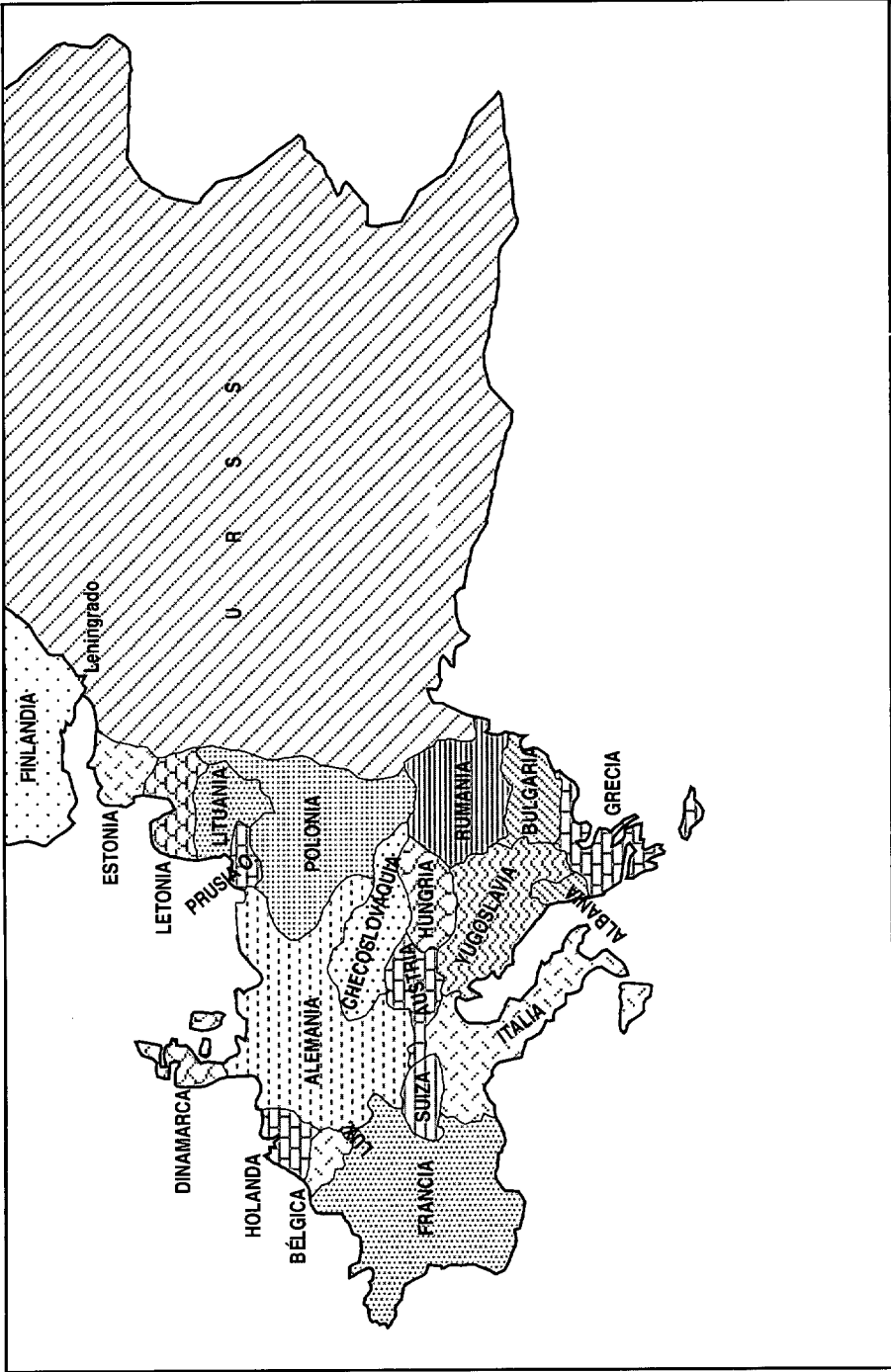
Así lo ha ido reconociendo Occidente a pesar de que voces muy prestigiosas, como las de Kissinger y Brzezinski, han recomendado a los gobiernos occidentales que aprovechen los problemas que se le presentan a un Moscú que se debate en la tarea de refundar su propio Estado, para desplazar hacia el Este, hacia Asia, el poder de ese nuevo Estado ruso que aún no ha cuajado, con el fin de que no pueda intervenir en el futuro en los asuntos del resto de Europa. El Gobierno del presidente Clinton y los de sus aliados europeos han preferido entenderse con la nueva Rusia y ayudarla a democratizarse, a modernizarse y a civilizarse. Y han hecho bien

pues lo primero que, después de la liquidación de la URSS, hicieron los tres grandes pueblos eslavos que fundaron Rusia hace ochocientos años (Rusia, Ucrania y Bielorrusia) fue unirse entre ellos.

Como se recordará, en agosto de 1991 se liquidó la URSS pero en diciembre del mismo año se fundó en Brest la CEI a la que se unieron inmediatamente y por su propia voluntad las cinco repúblicas ex soviéticas del Asia Central. Hoy en día todas las antiguas Repúblicas de la URSS, salvo las tres bálticas, pertenecen a la CEI y son los rusos los que están asegurando la defensa exterior de las mismas, como en un Tayikistán invadido por afganos, mediando entre ellas como en el caso de Nagorni Karabach donde Rusia trata de poner paz entre azeríes y armenios o simplemente salvaguardando la tranquilidad interna de las repúblicas en cuestión, como en el caso de Georgia donde la política ultranacionalista de Gamsakurdia dio lugar a la sublevación de Osetia del Sur y de Abkazia contra el Gobierno de Tbilisi. Nadie en Occidente ha puesto en entredicho esta política rusa y el propio Moscú ha llegado a pedir que la ONU subvencione las actividades humanitarias o para el mantenimiento de la paz que el Ejército ruso está llevando a cabo fuera de las fronteras estrictas de la República Federal Rusa pero dentro de las fronteras de las otras once Repúblicas que componen la CEI antes mencionada.

Pero Moscú no limita su proyección de gran potencia al ámbito estricto de la citada CEI. Quiere intervenir en Europa, quiere participar en la construcción del nuevo orden político europeo que sustituya al de Postdam y ha puesto de manifiesto esta aspiración en varias ocasiones recientes. Citemos sólo dos de éstas. La primera fue cuando se opuso a que los países situados al este del Oder, que habían pertenecido al Pacto de Varsovia, se integraran plenamente en la OTAN como esos países pretendían y algunos miembros de la OTAN deseaban. La oposición de Moscú a la extensión hacia el Este de la OTAN tenía su fundamento. Cuando Alemania se reunificó Moscú no se opuso a dicha reunificación a condición de que el Tratado del Atlántico Norte no extendiera sus responsabilidades más allá de los antiguos límites de la República Federal Alemana. Estados Unidos aceptó la reticencia rusa e inventaron la fórmula de la «Asociación para la Paz» que liga a los países del Este, uno a uno, a la OTAN sin formar parte plenamente de la citada Organización. Moscú ha aceptado esta fórmula.

La segunda ocasión en la que Rusia ha puesto de manifiesto su deseo de que se cuente con ella a la hora de tomar decisiones que afecten a otros



Mapa 1.—La Europa de Versalles y Brst-Litovsk.

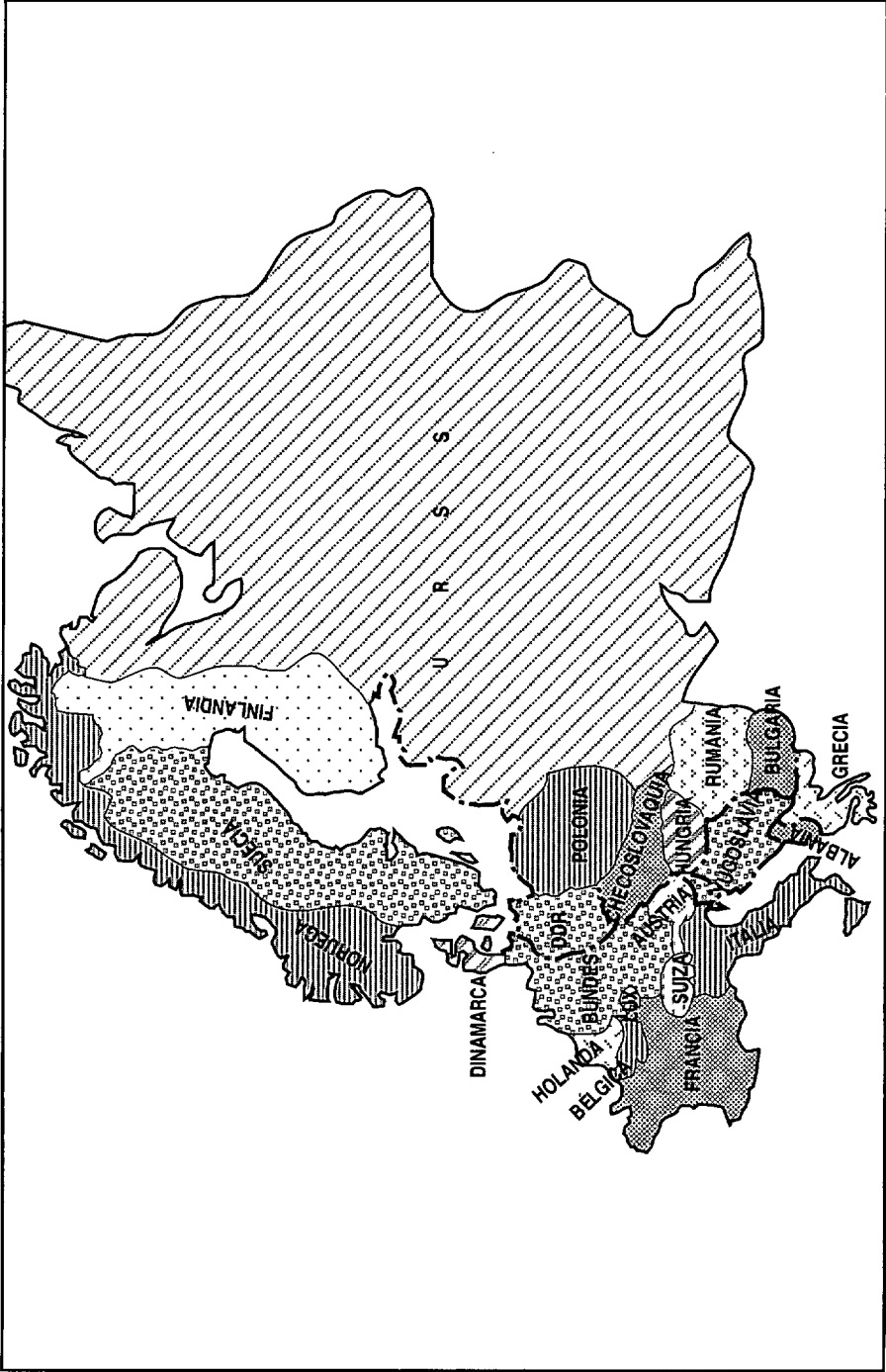
países europeos ha tenido lugar en febrero del presente año. Como se recordará, el 6 de febrero de 1994 una granada de mortero disparada por la artillería serbia que cerca a Sarajevo ocasionó una gran matanza de civiles en el mercado de la citada ciudad. La opinión pública mundial se soliviantó contra los serbios y exigió de la ONU y de la OTAN que se tomaran medidas contra los mismos. El Consejo de Seguridad exigió entonces a los serbios de Bosnia, a las autoridades de la llamada «República Serbia de Bosnia», que retiraran su artillería pesada detrás de un círculo con centro en Sarajevo y 20 kilómetros de radio. La diplomacia rusa, que intervino antes de que se produjera un conflicto armado entre la OTAN y los serbios, logró en unas horas que las autoridades serbias retiraran su artillería. Y lo logró en forma tal que Occidente no tuvo más remedio que apreciar que en los Balcanes la influencia de Rusa sigue siendo enorme; tan importante o más que la de Occidente.

A partir de ese momento no cabía otro recurso que el de asociar directamente a Moscú a los trabajos que se llevan a cabo para resolver el conflicto yugoeslavo y el 25 de abril del año actual nació en Londres el llamado «Grupo de Contacto», compuesto por Estados Unidos, Rusia, Gran Bretaña, Francia y Alemania, que ha tomado directamente en sus manos y prescindiendo del resto de Europa, la tarea de crear un ordenamiento político nuevo para asegurar la convivencia futura de los pueblos que integraron la extinta República Socialista Federativa de Yugoslavia.

Si el nuevo orden yugoeslavo cuaja y estabiliza esa parte de Europa el «Grupo de Contacto» habrá tenido un gran éxito y en ese caso no tendría nada de extraño que sus miembros intenten extender sus actividades a otros sectores de Europa.

¿Cuáles podrían ser estos sectores? El sector europeo que más necesitado está de unas normas internacionales que establezcan la convivencia es el que se extiende entre las fronteras orientales de la Alemania reunificada y las occidentales de la CEI. Desde 1918 a 1994 la geografía política de dicho sector ha sufrido importantes variaciones. El Tratado de Versalles (mapa 1) acabó con los Imperios alemán, austro-húngaro y ruso y creó una serie de Estados-Naciones entre una Alemania que había perdido importantes territorios en su parte oriental y una Rusia que los había perdido en su parte occidental, a los que se unieron los Estados sucesores de Austria-Hungría.

El Tratado de Postdam si bien quiso restablecer, en cierta medida, la geografía de Versalles simplificó enormemente la situación europea al dividir el continente en dos bandos (mapa 2, p. 150) separados por una frontera ideológica.



Mapa 2.—Europa de Postdam.

El fin del sistema de Postdam con sus consiguientes secuelas (separación de Checoslovaquia en una República Checa y otra Eslovaca, desintegración de la República Socialista Federativa de Yugoslavia, etc.) ha conformado un mapa de la Europa del Este (mapa 3, p. 152) en el que aparecen entre las fronteras occidentales de la CEI y las orientales de Alemania, nada menos que 15 nuevos países democráticos o en vías de serlo, que son: Estonia, Letonia, Lituania, Polonia, República Checa, Eslovaquia, Hungría, Rumania, Bulgaria, Eslovenia, Croacia, Bosnia-Herzegovina, la República Federal de Yugoslavia integrada por Serbia y Montenegro, Macedonia y Albania.

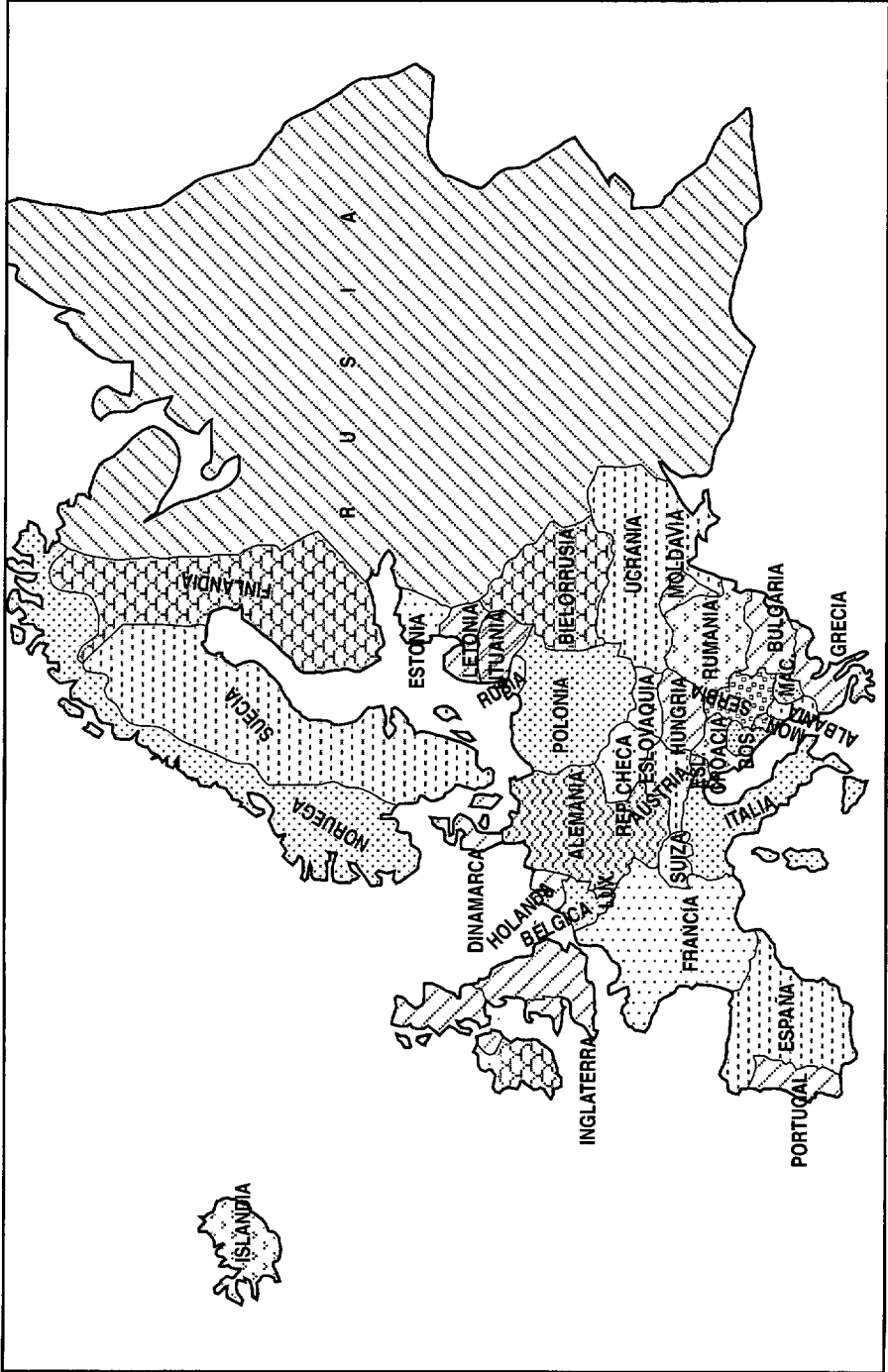
Estos 14 países ni son miembros de un Pacto de Varsovia, que ya no existe ni de una OTAN en la que no pueden ingresar. El CAME que relacionaba las economías de la mayor parte de ellos ha desaparecido, como tampoco puede ya un inexistente Pacto de Varsovia poner coto a los conflictos que pudieran surgir entre los mismos. Sus economías son caóticas y aunque mejoren con el tiempo nunca tendrán una base sólida consideradas una a una dada la pequeñez de sus mercados propios. Son países destinados a girar en la órbita económica alemana en la rusa... o en las dos.

Este examen previo de la actual realidad europea nos permitirá entender mejor cual es la actual situación de Polonia dentro de la nueva Europa que se está creando.

Polonia

El peso de la Geografía y de la Historia

Norman Davies, el profesor británico que ha escrito una de las mejores historias modernas de Polonia, dice que la situación geográfica de dicho país se parece a la de alguien que quisiera dormir la siesta en el centro de la Quinta Avenida de Nueva York. Quien intentare semejante aventura más temprano que tarde moriría aplastado por un autobús, un taxi o un vehículo particular. La Providencia ha situado a los polacos en el medio de la llanura centroeuropea, sin fronteras naturales al Este o al Oeste que los protejan de rusos y alemanes. Los ha colocado en la Quinta Avenida del Este, en el pasillo obligado por el que alemanes y rusos han circulado para combatirse a lo largo de la Historia. Como diría el escritor de temas militares Liddell Hart, Polonia es un excelente *tank country* y ello hace del país uno de los más inseguros de Europa, lo cual ha pesado mucho sobre su historia.



Mapa 3.—La Europa después de la reunificación alemana.

En efecto, mientras Polonia fue fuerte y sus vecinos débiles los polacos pudieron mantenerlos a raya. Cuando sus vecinos del Oeste y del Este crecieron en poderío, Polonia pagó cara su situación geográfica.

Los primeros polacos fueron una tribu eslava que se asentó a ambos lados del río Vístula y que se convirtió al catolicismo en el siglo x amparándose en el Papado para defenderse de un Imperio Romano Germánico que había empezado a extenderse hacia Oriente so pretexto de cristianizar a los pueblos situados al este del Elba y del Oder. Los primeros monarcas polacos de la dinastía de los Piast fundaron Cracovia, donde establecieron la capital del Reino y las principales ciudades del país entre las que figura la ciudad de Gdansk en la desembocadura del Vístula. En 1387 la última reina de la dinastía de los Piast, la beata Jadwiga, contrajo matrimonio con Jagiello, Duque de Lituania que se convirtió al catolicismo con todo su pueblo. El reino unido de Polonia y Lituania se convirtió en el Estado más importante —y más civilizado— del este de Europa. A fines del siglo xvi los territorios sujetos a los reyes de Polonia y duques de Lituania comprendían los actuales Estados de Polonia, Lituania, Bielorrusia, Ucrania, Rumania, Hungría, Croacia, Eslovenia, la República Checa y Eslovaquia, con costas al Báltico, al mar Negro y al Adriático. El padre de la historiografía polaca, Joachim Lelewel sostiene que el Estado polaco cumplió a lo largo de los siglos xv y xvi la misión de mantener a los turcos y a los mongoles alejados del resto de Europa lo que hizo posible el Renacimiento y permitió a nuestro continente incorporar gran parte del ultramar a la cultura occidental.

A fines del siglo xvi, en 1572, se extinguió la dinastía de los Jagiellones y los nobles polacos, reunidos en Asamblea (*Sejm*) donde la unanimidad era obligatoria para la adopción de cualquier ley o medida, decidieron elegir a sus soberanos futuros que reinarían con carácter vitalicio. La I República polaca nació así a la vida. Una república coronada donde los monarcas terminaron siendo elegidos por unos vecinos que se habían ido haciendo fuertes a costa de la debilidad cada vez mayor del Estado polaco. En 1795, reinando Stanislaw Poniatowski, el último soberano polaco, los emperadores de Austria y Rusia y el rey de Prusia se repartieron a Polonia que desapareció del mapa político europeo.

Desapareció Polonia como país independiente y soberano pero no los polacos que en 1918 volvieron a refundar su Estado —la II República polaca— bajo la dirección del mariscal Pildsuski. El mariscal supo apoyarse primero en los imperios centrales para zafarse del dominio ruso y luego en los aliados occidentales para liberarse de Alemania y de Austria-

Hungría. Al terminar la guerra, las fronteras occidentales que el Tratado de Versalles concedió a Polonia dejaban en manos alemanas la mayor parte de Silesia y de la antigua Pomerania polaca. La ciudad de Gdansk se convirtió en una ciudad libre administrada por la Sociedad de Naciones y un estrecho corredor permitió el acceso al Báltico del centro de Polonia, dejando a Prusia Oriental separada del resto de Alemania. Como compensación de estas complicadas fronteras occidentales —por culpa de las cuales estallaría mas tarde la Segunda Guerra Mundial— Polonia se anexionó al Este gran parte de Bielorrusia y de Ucrania así como un tercio de la actual Lituania, territorios arrancadas *manu militari* a una URSS que no se había recuperado todavía de la derrota de 1918 a manos de los imperios centrales y de su propia guerra civil entre rojos y blancos.

Los Tratados Molotov-Von Ribbentrop de agosto de 1939 sancionaron el fin de la II República polaca y repartieron el territorio polaco entre el III Reich y la Unión Soviética hasta la derrota de Alemania en 1945. Los acuerdos de Postdam de este último año dieron vida a una nueva República polaca; la III República que sería una república marxista-leninista hasta el año 1989. La Polonia de la posguerra ha quedado situada unos 200 kilómetros más al Oeste que la Polonia de entreguerras. La URSS se anexionó los territorios de Bielorrusia y de Ucrania conquistados por el mariscal Pildsuski después de la Primera Guerra Mundial, liberando a la actual Polonia de ciudadanos bielorrusos y ucranianos, ortodoxos todos ellos y que nunca se sintieron a gusto en la Polonia anterior a la última guerra mundial. Los polacos que vivían en los territorios del Este fueron trasladados al Oeste. A la Silesia y a la Pomerania cuyos habitantes alemanes fueron expulsados refugiándose en lo que más tarde sería la Bundesrepublik. Prusia Oriental fue dividida entre la URSS y la nueva república polaca y sus habitantes alemanes fueron también expulsados. Como los nazis habían exterminado a la población judía polaca, que era una de las mas numerosas de Europa, la Polonia nacida a la vida internacional después de la Segunda Guerra Mundial está habitada tan sólo por polacos y además por polacos católicos.

Sobre esta Polonia que las brutalidades de Stalin y de Hitler habían reducido a sus habitantes culturalmente polacos y religiosamente católicos el Tratado de Postdam impuso artificialmente un régimen marxista-leninista. La historia interna de la III República polaca es fundamentalmente la historia de la lucha entre el Estado marxista-leninista de un lado y la Iglesia católica de otro por el control de la sociedad, lucha que se saldó con la derrota del sistema marxista-leninista.

Este último pereció definitivamente en 1980, año en el que a los obreros organizados en el sindicato Solidaridad por Lech Walesa se unieron los intelectuales y prácticamente todas las clases que integraban a las profesiones liberales del país. El Movimiento Solidaridad creado entorno al sindicato de igual nombre llegó a contar con 10 millones de afiliados y se impuso al propio partido Obrero Unificado (el Partido Comunista). La reacción de los países vecinos de Polonia y en especial de la URSS contra las fuerzas políticas que constituían la oposición polaca fue inmediata y sólo la imposición de un régimen militar por el general Jaruzelski en diciembre de 1981 evitó una intervención de las tropas del Pacto de Varsovia similar a las intervenciones que se habían producido en Hungría en 1956 y en Checoslovaquia en 1968.

En 1989, el general Jaruzelski, que desde dicho año de 1981 controló el poder con el respaldo tácito de las Fuerzas Armadas, organizó una mesa redonda con las fuerzas de la oposición y el régimen marxista-leninista fue sustituido en junio de ese año, a través de unas elecciones legislativas seguidas de otras presidenciales, por un sistema democrático. La transición política polaca fue modélica. El último jefe de Estado del régimen marxista-leninista fue el general Jaruzelski. El primer presidente de la IV República polaca, de la actual Polonia democrática, fue el mismo general Jaruzelski, elegido para la Jefatura del Estado por el voto del grupo político que se le había opuesto en los últimos años del régimen marxista, es decir, por el voto del movimiento de Solidaridad.

Los problemas de la IV República polaca

PROBLEMAS DIPLOMÁTICOS

La II República polaca, la renacida en 1918, surgió a la vida internacional en un Estado de permanente hostilidad con prácticamente todos sus vecinos. La culpa de esa situación la tuvieron sus fronteras. Las fronteras polaco-alemanas fueron trazadas por el Tratado de Versalles que negó a Polonia la recuperación de todas las tierras que Prusia le había quitado en 1795. Silesia siguió siendo alemana como también siguió siéndolo Pomerania de forma que el acceso al mar que el punto número 13 de los famosos 14 puntos de Wilson prometía a Polonia se consiguió mediante un corredor polaco que unía al centro del país con el mar Báltico en la desembocadura del Vístula. Es más, la ciudad de Gdansk sita en la citada desembocadura no fue asignada ni a Polonia ni a Alemania; se convirtió en una «Ciudad Libre» administrada por la Sociedad de Naciones. El acceso al mar de la Polonia de entreguerras quedó reducido a una treintena de

kilómetros de costa en los que la II República polaca construyó el puerto de Gdynia que hoy está unido a la ciudad de Gdansk.

Estas fronteras no gustaron a Polonia pero tampoco gustaron a la Alemania de Weimar que quedó separada de Prusia Oriental por el citado corredor polaco. Las fronteras occidentales de Polonia, las fronteras germanopolacas, trazadas por el Tratado de Versalles serían la causa del estallido de la Segunda Guerra Mundial.

En el Este, las fronteras de Polonia con Lituania y con la recién nacida URSS se fijaron *manu militari*. Los polacos se apoderaron de una tercera parte de Lituania incluyendo su actual capital de Vilnius, alegando que esa zona estaba habitada por una mayoría polaca —lo que era cierto— y cuando Polonia derrotó en 1921 a una fuerza invasora soviética impuso a la URSS, por el Tratado de Riga de 18 de marzo del citado año, unas fronteras que dejaban dentro de Polonia grandes extensiones de la actual Bielorrusia y de la actual Ucrania.

Incluso al Sur, con la República de Checoslovaquia, Polonia tuvo problemas fronterizos. Los Gobiernos de Varsovia aceptaron a regañadientes que la zona de Teschen, donde vivía una importante minoría polaca, fuera asignada a Checoslovaquia y cuando Hitler, después de Munich, desmembró Checoslovaquia, tropas polacas se apoderaron de dicha zona.

La IV República polaca, surgida después de la caída de los regímenes marxista-leninistas, ha aprendido bien la lección de la Historia y su política exterior de país independiente y soberano ha buscado desde el primer momento mantener las mejores relaciones posibles con todos sus vecinos; incluso con la URSS que la tuvo dominada durante casi medio siglo. Y después de la disolución de la URSS con Bielorrusia y Ucrania.

Desde 1989 son cinco los gobiernos que se han sucedido en el poder en Varsovia pero la política exterior del país no ha variado y ha sido desarrollada tan sólo por dos ministros de Asuntos Exteriores. El primero de ellos, el señor Skubiszewski, ha ocupado la cartera de Exteriores desde 1989 hasta 1993. El segundo, el señor Olechowski, lleva ya casi un año en el cargo. El señor Skubiszewski es un profesor de Derecho Internacional de la Universidad de Poznan y un conocido tratadista de Derecho Internacional. Desde que se hizo cargo de la cartera de Exteriores su preocupación más importante fue la de asegurar, con sus vecinos, la garantía de las actuales fronteras polacas. Antes de la reunificación de Alemania, logró que el Gobierno de Bonn se comprometiera a respetar las que separan a

ambos países, promesa ratificada por la Alemania unida. Paralelamente Polonia ha firmado acuerdos de buena vecindad y cooperación con Checoslovaquia, Ucrania y Bielorrusia. Hasta el momento no ha podido firmarse un acuerdo similar con Lituania pues las autoridades de este último país exigen que Polonia pida perdón por la ocupación de Vilnius en 1918.

Al mismo tiempo Polonia ha manifestado su propósito de ingresar en la OTAN y en la UE como miembro de pleno derecho de ambas organizaciones. En estos momentos Polonia es «Asociado para la Paz» con la OTAN y tiene suscrito un Acuerdo de Asociación con la referida UE, acuerdo cuya negociación se inició en el invierno de 1989 siendo entonces España presidente del Consejo de Ministros de la Comunidad Económica Europea, predecesora de la mencionada Unión. El jefe de la delegación polaca que inició las negociaciones con el «Mercado Común» fue precisamente el actual ministro de Asuntos Exteriores, el señor Olechowski, que es un conocido economista.

PROBLEMAS POLÍTICOS

La transición polaca de un régimen marxista-leninista a un régimen democrático se produjo sin traumas y, como ya se ha dicho, en forma modélica. La evolución política de la IV República polaca, desde su nacimiento en 1989 hasta la fecha, ya no ha sido tan modélica y en estos cinco años transcurridos cinco Gobiernos han ocupado el poder en Varsovia; se trata de los presididos por los señores Mazowiecki, Bielecki, Olszewski, la doctora Suchocka y el señor Pawlak. Esta inestabilidad gubernamental que, afortunadamente, no se traduce en una inestabilidad del país, cuyo desarrollo es más bien tranquilo, obedece a la división de las fuerzas de la derecha, de las fuerzas que se opusieron al comunismo y que al alcanzar el poder se pelearon entre ellas y obedece también a la ausencia de una constitución democrática que no ha sido todavía redactada ni mucho menos promulgada. El país ha estado viviendo con la Constitución de la República Popular, es decir con la Constitución comunista, pulgada de sus connotaciones marxistas y, últimamente, con la llamada «Pequeña Constitución» que está integrada por unas cuantas leyes fundamentales.

El presidente Walesa, que sustituyó en la Jefatura del Estado al general Jaruzelski, supo aunar a toda la oposición en los años duros del régimen comunista pero no ha podido mantener unidas, ahora, en los años más amables de la actual república democrática y parlamentaria, a las fuerzas que constituían esa oposición. Las elecciones legislativas han dado origen a un Senado y a una Asamblea o *Sejm* muy fragmentados lo que explica

la corta duración de los distintos gobiernos. Estos, en general, han seguido una política continuista sólo turbada por el Gobierno del señor Olszewski que duró pocos meses en el poder pues pretendió purgar a los que habían «colaborado» con el régimen anterior, lo que suponía purgar a toda la clase política y a toda la clase dirigente del país.

El actual Gobierno que preside el señor Pawlak es un gobierno de coalición como los anteriores. Pero es un gobierno de coalición entre el Partido Campesino, el del señor Pawlak y el Partido Social Demócrata del señor Kwasnieski. El Partido Social Demócrata se creó en 1990 una vez disuelto el Partido Obrero Unificado (Partido Comunista) y fue creado por los dirigentes más jóvenes y más reformistas del citado POUP, uno de los cuales era el mencionado señor Kwasnieski. Durante todo el régimen comunista, Polonia estuvo gobernada por el POUP y por el Partido Campesino; un Partido Campesino que había sido marxistizado a la fuerza y cuyos dirigentes eran prácticamente elegidos por los comunistas del POUP.

Ahora, a los cinco años de vida democrática, se han cambiado las tornas y por la fuerza de los votos ha llegado al poder un Partido Campesino que ha recuperado el perfil democrático que tuvo antes de la Segunda Guerra Mundial y ha arrastrado consigo a unos ex comunistas a los que habría que llamar más bien poscomunistas, pues sus dirigentes son los que lucharon en los últimos años del régimen anterior por reformarlo desde dentro y ligarlo a la socialdemocracia de Europa Occidental y en especial a la socialdemocracia alemana. Un observador que no conoce bien Polonia podría pensar que la izquierda marxista ha vuelto al poder. Ello no es así. Ha vuelto al poder una izquierda que quiere, como la derecha, que Polonia entre en la OTAN y en la UE pero que vive más preocupada por los problemas de los obreros y de los campesinos que por cuestiones ideológicas.

PROBLEMAS MILITARES

Las Fuerzas Armadas polacas, profesionalizadas por el general Jaruzelski a quien obedecían y respetaban, aceptaron disciplinadamente el tránsito a la democracia y por ello fueron, a su vez, respetadas por los nuevos dirigentes políticos del país.

Ahora bien, una vez finalizada la transición dichas Fuerzas Armadas tuvieron que enfrentarse con dos problemas importantes: el primero de ellos fue el de reorganizarse para asegurar exclusivamente la soberanía de Polonia, cosa complicada habida cuenta de que habían sido recreadas después de

la Segunda Guerra Mundial para ser una pieza más del gran Ejército del Pacto de Varsovia controlado por la URSS. El segundo problema que las Fuerzas Armadas polacas han tenido que resolver es el causado por los drásticos cortes que ha sufrido el presupuesto de Defensa. Los gastos de Defensa en 1993 fueron el 2,2% del PIB y este año de 1994 serán el 2,1%.

La superación de ambos problemas se está llevando a cabo paulatinamente. El Ejército de Tierra ha reducido su tamaño a base de convertir sus Divisiones en Brigadas. La cúpula militar está presidida por el ministro de Defensa, que el Gobierno deja que sea nombrado por el propio presidente de la República. En la actualidad el ministro es el almirante retirado Piotr Kolodziejczyk, que fue ya ministro justo después de la caída del régimen comunista y cuya primera visita a un país de la OTAN fue a España en 1990. El ministro está asesorado por una Oficina Nacional de Seguridad que es presidida por el viceministro de Defensa y por un jefe del Estado Mayor General del que dependen los jefes de Estado Mayor del Ejército, de la Armada y de la Fuerza Aérea.

El actual ministro de Defensa ha llegado a un acuerdo con sus colegas de Francia y de Alemania con los que se reúne una vez al año.

El ministro de Defensa polaco bajo el régimen comunista controlaba directamente la industria de armamentos que estaba muy desarrollada (era la tercera del Pacto de Varsovia después de las de la URSS y de Checoslovaquia) y concentrada en unas 80 fábricas. Hoy en día estas fábricas están pasando a manos civiles bajo el control del Ministerio de Industria y Comercio que se ha hecho cargo de 28 de esas industrias hasta que no se privatice toda la economía heredada del régimen anterior. El ministro de Defensa sigue asumiendo todavía la responsabilidad de muchas de estas empresas entre las que destaca el Kombinat Bumar situado en Silesia.

PROBLEMAS ECONÓMICOS

De todos los países del Bloque Soviético el que mejor resolvió el difícilísimo problema de la transición de una economía centralizada y estatalizada a una economía de libre mercado fue Polonia y ello se ha traducido en un PIB que crece anualmente. En 1993 creció un 4,5%.

El padre espiritual de esa transición fue el primer ministro de Hacienda de la democracia, el señor Balcerowicz quien al tomar posesión de su cargo invitó a Varsovia a una serie de economistas, ex ministros de Hacienda y gobernadores de Bancos Centrales para que estudiaran con él y con sus colaboradores lo que había que hacer con una economía polaca, que en

los últimos años del régimen comunista había caído en picado en lo que a productividad se refiere y estaba inmersa en un espiral inflacionario. Coordinó la labor de esos asesores el profesor de Harvard, señor Jeffrey Sachs y el resultado de esta asamblea de expertos en economía fue un plan de estabilización del zloty que convirtió a lo que había sido una simple medida de valor en una moneda de verdad.

Paralelamente se dejó amplia libertad al sector privado para que se desarrollara y hoy en día, al lado de las empresas mastodónticas creadas por el comunismo (los astilleros del Báltico, la fábrica de tractores Ursus de Varsovia, los Altos Hornos de Cracovia, etc.) que trabajan en pura pérdida, coexiste un sector privado integrado por 1.700.000 empresas que contribuyen a la creación del 55% del PIB y emplean al 60% de la masa trabajadora. El déficit fiscal será en 1994 un 2,7% del PIB, según dice *Le Monde* del 12-13 de junio de este año y la balanza comercial tendrá este año un déficit de 2.000 millones de dólares.

No todo son noticias favorables al hablar de la economía polaca actual. El pasado año la inflación rondó el 35% y el desempleo el 16%. La privatización de las empresas estatales creadas por el régimen comunista no se ha iniciado todavía por no existir un consenso político sobre la forma en que esa privatización debe llevarse a cabo. Todo ello prueba lo difícil que es liberalizar una economía que ha estado centralizada y manejada por el Estado durante casi medio siglo.

Conclusiones

La proyección de la imagen de la Polonia actual sobre el telón de fondo de una Europa que ha dejado atrás el sistema de Postdam sin haber construido todavía otro nuevo y la radiografía que hemos tratado de hacer de esa Polonia a través del examen de sus principales problemas, nos lleva ya a las siguientes conclusiones:

- a) De los 15 países independientes que existen en estos momentos entre las fronteras orientales de Alemania y las occidentales de la CEI, Polonia es, sin duda, el más importante por su extensión geográfica (311.730 kilómetros cuadrados), por el número de sus habitantes (38.000.000), por el nivel de su economía y por su cohesión social (gracias a su herencia católica, Polonia es una isla occidental entre el luteranismo del este de Alemania y la civilización ortodoxa del resto del mundo eslavo).

- Estos factores amortiguan y reducen la inseguridad causada por la situación geográfica y la fortaleza de los vecinos aunque no la suprimen del todo. Si bien es cierto que la existencia del arma atómica ha eliminado prácticamente la posibilidad de que estallen nuevas guerras mundiales como la primera y la segunda, no se puede descartar la aparición en el futuro de crisis económico-políticas que alteren sensiblemente el tejido europeo y que puedan llegar a producir inestabilidades económicas, caídas de regímenes políticos, cambios de fronteras, etc., acontecimientos que afectarían principalmente a los países más débiles. En el este de Europa los más débiles son, precisamente los 15 países a los que nos hemos referido, entre los que figuran los cuatro de Visegrado que son objeto de estudio.
 - Es, por lo tanto, comprensible que Polonia aspire a ser miembro pleno de la UE. Una UE de la que Alemania forma parte. Una UE que mantenga una relación política amistosa con la CEI, relación cimentada además en una estrecha colaboración económica.
 - Ahora bien, para que Polonia encuentre sitio en la mencionada UE sin que por ello sufran los intereses de los actuales miembros de esa Unión, estos últimos deben estudiar desde ahora, esa futura adscripción polaca a la Unión mencionada. Ni España ni Portugal, entre otros países, pueden dejar que esa futura y eventual adscripción de Polonia se haga sólo teniendo en cuenta intereses privados de las principales potencias europeas.
- b) Mientras los países de Visegrado y Polonia entre ellos, se encuentren en la sala de espera de la UE y de la OTAN, España y Portugal miembros ya de ambas organizaciones, tienen que contribuir, entre otros, a que esa espera sea cómoda para los que aguardan y a que durante la misma estos últimos se sientan seguros.
- Ello obliga a los países de la UE —a todos y no sólo a los que se han reunido en un «Grupo de Contacto» para resolver por su cuenta el problema de Yugoslavia— a trabajar y a imaginar proyectos de acción común que permitan que la garantía de la seguridad y de la estabilidad de los nuevos países independientes de Europa sea obra de todos, la CEI y Rusia incluidas. Ahora nadie ha ganado una guerra y nadie se ha instalado en una victoria desde la que se puedan dictar comportamientos a los demás países de nuestra privativa comunidad internacional. Pero esta verdad, la de que por primera vez en la historia todos los europeos

somos iguales, hay que recordarla continua, amistosa y diplomáticamente por los menos fuertes a los más. Constructivamente. En el lenguaje que debe usarse entre socios que están embarcados en una misma aventura, en la que el sentido común político tiene casi tanto o más valor que la potencia económica o militar.

PARTICIPANTES

Delegación portuguesa:

- EXCMO. SR. D. FERNANDO MANUEL PALLA MACHADO DA SILVA
Vicealmirante, director del IDN.
- EXCMO. SR. D. RAÚL FRANÇOIS R. C. MARTINS
Brigadeiro Exercito, subdirector del IDN.
- D. LUIS MANUEL DE MEDEIROS FERREIRA
Capitao de Mar e Guerra.
- D. NUNO ANTONIO BRAVO MIRA VAZ
Coronel de Cavaleria Tirocinado.
- D. ANTONIO D'OLIVEIRA BAPTISTA E SILVA
Coronel de Infantería Tirocinado Exército, coordinador del IDN.
- D. JOAO OLIVEIRA
Capitao, ayudante de campo del director del IDN.

Delegación española:

- EXCMO. SR. D. JAVIER PARDO DE SANTAYANA Y COLOMA
Teniente general, director del CESEDEN.
- EXCMO. SR. D. MIGUEL ALONSO BAQUER
General de brigada de Infantería, secretario permanente del IEEE.
- EXCMO. SR. D. FERNANDO OLIVIE Y GONZÁLEZ DE PUMARIEGA
Embajador.

- D. CARLOS ARMADA DE SARRIÁ
Coronel de Infantería, profesor del CESEDEN.
- D. JOAQUÍN LÓPEZ DE SAN ROMÁN JUAN
Coronel de Aviación, profesor-coordinador del CESEDEN.
- D. FERMÍN MOSCOSO DEL PRADO CALVÍN
Capitán de fragata (EMAD).
- D. ENRIQUE DE CASTRO HERRERO
Brigada de Aviación, auxiliar del IEEE.

RECENSION ON THE XIII CESEDEN-IDN (PORTUGAL) WORKING DAYS

The XIII CESEDEN-IDN Working Days were developed in Madrid, between the 22nd and 26th of June.

The subject of the Working Days was «Central Europe and Atlantic Alliance Security», which was studied and analyzed. Six lectures were given three by Spaniards and three by Portuguese lecturers on the following topics:

- The Hungarian Republic case.
- The case of the Czech and Slovak Republics.
- The Poland Republic case.

All four countries are trying to make an approach towards Western Europe showing their political will to belong to the European Security project and to being placed under its cover.

They all have signed the «Partnership for Peace» agreement with NATO, and underwritten some economical arrangements with the European Union; but if this is to be accomplished, they must previously overcome some obstacles, economical and political mainly, in order to evolve towards democracy in each country.

ÍNDICE

	<i>Página</i>
SUMARIO	5
PRESENTACIÓN.....	7
<i>Primera conferencia (Portugal)</i>	
EL CASO DE LA REPÚBLICA DE HUNGRÍA.....	11
— A problemática da Europa Central e a percepção das Ameaças	13
— A especificidade húngara.....	20
— <i>A situação política em fase de transição</i>	20
— <i>O vector económico</i>	21
— <i>A política externa. O problema das minorias húngaras nos países vizinhos</i>	24
— <i>A problemática da defesa. As Forças Armadas</i>	29
— A segurança da Europa e a NATO. O caso da Hungria.....	32
— <i>A participação dos EUA</i>	32
— <i>O papel da União Europeia e da CSCE</i>	35
— <i>A Hungria e a NATO</i>	39
— Bibliografia	47

Segunda conferencia (España)

EL CASO DE LA REPÚBLICA DE HUNGRÍA.....	49
— Nuevo orden europeo de seguridad: ensayo de regionalización	51
— La frontera oriental de la Alianza Atlántica	55
— La revolución pacífica de Hungría (1988-1991)	57
— Panorama político actual	58
— Síntesis histórica.....	60
— Situación militar.....	62
— A modo de conclusión.....	65

Tercera conferencia (Portugal)

EL CASO DE LAS REPÚBLICAS CHECA Y ESLOVAQUIA	71
— Aspectos da segurança e defesa europeia face a problemática na Europa Central	73
— <i>Introdução</i>	73
— <i>Os riscos e as incertezas</i>	75
— <i>A visão geopolítica de Mackinder e os conflitos culturais actuais</i>	75
— A especificidade da República Checa e Eslovaquia.....	76
— <i>Breve bosquejo histórico</i>	76
— <i>Os vectores económico e social</i>	78
— <i>Factores de instabilidade actuais. As políticas interna e externa</i>	81
— <i>As Forças Armadas e a Defesa</i>	84
— A segurança e defesa no centro europeu, e a possível articulação entre as diferentes organizações internacionais	86
— A guisa de conclusão.....	89
— Anexos	92
— Bibliografía	94

Cuarta conferencia (España)

EL CASO DE LAS REPÚBLICAS CHECA Y ESLOVAQUIA.....	95
— El factor físico	97
— Trayectoria de sus poblaciones	98

— La unión fracasada	99
— Consecuencias de la separación.....	101
— Consecuencias regionales.....	103
— <i>República Checa</i>	103
— <i>Eslovaquia</i>	104
— El problema de la seguridad.....	105
— Fuerzas Armadas.....	107
— <i>República Checa</i>	107
— <i>Eslovaquia</i>	109
— El reto de la seguridad.....	110

Quinta conferencia (Portugal)

EL CASO DE LA REPÚBLICA DE POLONIA	115
— A segurança na Europa Central.....	117
— <i>A queda do muro</i>	117
— <i>O peso da história</i>	117
— <i>Os problemas no âmbito da segurança na Europa Central..</i>	118
— <i>O vazio de segurança e os problemas sócio-económicos....</i>	119
— <i>A estruturação da Europa</i>	120
— <i>As tentativas de cooperação multilateral na Europa Central</i>	122
— <i>As razões para o desejo de entrarem para a OTAN</i>	122
— <i>O CCNA e a «Parceria para a Paz»</i>	124
— O caso da Polónia	126
— <i>As especificidades polacas</i>	126
— <i>A situação sócio-política</i>	127
— <i>A situação sócio-económica</i>	128
— <i>Os problemas da segurança</i>	129
— <i>A política externa</i>	130
— <i>Forças Armadas e Defesa</i>	130
— <i>A indústria de defesa</i>	131
— <i>Conclusões</i>	132

Sexta conferencia (Espanña)

POLONIA Y LA NUEVA EUROPA	135
— El fin del sistema de Postdam	137

	<i>Página</i>
— Los comienzos de un nuevo ordenamiento europeo.....	142
— Polonia	151
— <i>El peso de la Geografía y de la Historia</i>	151
— <i>Los problemas de la IV República polaca</i>	155
— Conclusiones.....	160
PARTICIPANTES.....	163
ABSTRACT.....	165
ÍNDICE.....	167

RELACIÓN DE MONOGRAFÍAS DEL CESEDEN

- CLAUSEWITZ Y SU ENTORNO INTELECTUAL (Kant, Guibert, Fichte, Moltke, Schlieffen, Lenin)
MIGUEL ALONSO BAQUER, ANTONIO DE QUEROL LOMBARDERO Y MARTÍN KUTZ
- LAS CONVERSACIONES DE DESARME CONVENCIONAL (CFE)
JULIÁN PEÑAS MORA
- DISUASIÓN CONVENCIONAL Y CONDUCCIÓN DE CONFLICTOS: EL CASO DE ISRAEL Y SIRIA EN EL LÍBANO
ELVIRA SÁNCHEZ MATEOS
- CINCO SOCIÓLOGOS DE INTERÉS MILITAR
MIGUEL ALONSO BAQUER
- PRIMERAS JORNADAS DE DEFENSA NACIONAL
- PROSPECTIVA SOBRE CAMBIOS POLÍTICOS EN LA ANTIGUA URSS
ESCUELA DE ESTADOS MAYORES CONJUNTOS XXIV CURSO 91/92
- CUATRO ASPECTOS DE LA DEFENSA NACIONAL. UNA VISION UNIVERSITARIA
- SEGUNDAS JORNADAS DE DEFENSA NACIONAL
- IX y X JORNADAS CESEDEN IDN DE LISBOA
- XI y XII JORNADAS CESEDEN IDN DE LISBOA



9 788478 234012

Colección Monografías del CESEDEN

